



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO
INSS - 2025**

PAUTA DA 17ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**16/10/2025
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Carlos Viana
Vice-Presidente: Deputado Duarte Jr.**



Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

**17ª REUNIÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA,
A REALIZAR-SE EM 16/10/2025.**

17ª REUNIÃO

quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	REQUERIMENTO	AUTOR(A)	PÁGINA
1	20/2025	Senador Izalci Lucas	41
2	126/2025	Senador Izalci Lucas	49
3	294/2025	Senador Izalci Lucas	57
4	1187/2025	Senador Marcos Rogério	61
5	1188/2025	Senador Marcos Rogério	64
6	1861/2025	Deputado Marcel van Hattem	68

7	1863/2025	Deputado Marcel van Hattem	76
8	1865/2025	Deputado Marcel van Hattem	84
9	1867/2025	Deputado Marcel van Hattem	91
10	1944/2025	Senadora Soraya Thronicke	99
11	2149/2025	Deputado Paulo Pimenta	102
12	2067/2025	Senador Sergio Moro	106
13	2070/2025	Deputado Kim Kataguirí	111
14	2074/2025	Senador Sergio Moro	115
15	2078/2025	Deputado Beto Pereira	119
16	2092/2025	Deputado Rogério Correia	127
17	2114/2025	Senador Rogerio Marinho	130
18	2115/2025	Senador Rogerio Marinho	134
19	2203/2025	Deputado Evair Vieira de Melo	137
20	2145/2025	Deputado Alfredo Gaspar	141

21	2208/2025	Senador Rogerio Marinho	144
22	2209/2025	Senador Rogerio Marinho	149
23	2210/2025	Senador Rogerio Marinho	155
24	2211/2025	Senador Rogerio Marinho	160
25	2212/2025	Senador Rogerio Marinho	164
26	2213/2025	Senador Rogerio Marinho	168
27	2214/2025	Senador Rogerio Marinho	172
28	2215/2025	Senador Rogerio Marinho	176
29	2216/2025	Senador Rogerio Marinho	181
30	2217/2025	Senador Rogerio Marinho	186
31	2218/2025	Senador Rogerio Marinho	191
32	2219/2025	Senador Rogerio Marinho	197
33	2220/2025	Senador Rogerio Marinho	201
34	2221/2025	Senador Rogerio Marinho	206

35	2222/2025	Senador Rogerio Marinho	210
36	2223/2025	Senador Rogerio Marinho	216
37	2224/2025	Senador Rogerio Marinho	220
38	2225/2025	Senador Rogerio Marinho	225
39	2226/2025	Senador Rogerio Marinho	229
40	2227/2025	Senador Rogerio Marinho	234
41	2234/2025	Deputado Paulo Pimenta	237
42	2235/2025	Deputado Paulo Pimenta	240
43	2236/2025	Deputado Paulo Pimenta	243
44	2237/2025	Deputado Paulo Pimenta	246
45	34/2025	Senador Izalci Lucas	249
46	373/2025	Deputado Alfredo Gaspar	253
47	456/2025	Deputado Mauricio Marcon	256
48	501/2025	Deputado Delegado Fabio Costa	259

49	698/2025	Deputada Bia Kicis	262
50	814/2025	Senador Rogerio Marinho	264
51	874/2025	Senador Marcos Rogério	266
52	1375/2025	Deputado Lucas Redecker	270
53	1777/2025	Deputado Evair Vieira de Melo	274
54	2048/2025	Deputada Coronel Fernanda	277
55	2205/2025	Deputado José Medeiros	280
56	327/2025	Deputada Adriana Ventura	284
57	459/2025	Deputado Rogério Correia	288
58	620/2025	Deputado Alencar Santana	291
59	805/2025	Senador Randolfe Rodrigues	294
60	923/2025	Senador Fabiano Contarato	297
61	1000/2025	Deputado Paulo Pimenta	300
62	1660/2025	Senador Izalci Lucas	303

63	1979/2025	Deputado Duarte Jr.	307
64	1177/2025	Deputada Coronel Fernanda	310
65	1618/2025	Deputada Bia Kicis	314
66	1845/2025	Deputado Alfredo Gaspar	317
67	2087/2025	Deputado Alfredo Gaspar	320
68	1019/2025	Deputado Paulo Pimenta	323
69	776/2025	Senador Randolfe Rodrigues	326
70	520/2025	Deputado Alencar Santana	329
71	476/2025	Deputado Rogério Correia	332
72	1809/2025	Deputado Paulo Pimenta	335
73	2230/2025	Deputado Paulo Pimenta	338
74	63/2025	Senador Izalci Lucas	341
75	419/2025	Senador Carlos Viana	345
76	538/2025	Deputado Rogério Correia	348

77	773/2025	Senador Randolfe Rodrigues	351
78	888/2025	Senador Fabiano Contarato	353
79	1126/2025	Deputado Orlando Silva	356
80	1322/2025	Deputado Paulo Pimenta	359
81	2049/2025	Deputada Coronel Fernanda	362
82	2229/2025	Deputado Paulo Pimenta	365
83	2232/2025	Senador Carlos Viana	368
84	801/2025	Senador Randolfe Rodrigues	371
85	621/2025	Deputado Alencar Santana	374
86	457/2025	Deputado Rogério Correia	377
87	797/2025	Senador Randolfe Rodrigues	380
88	519/2025	Deputado Alencar Santana	383
89	475/2025	Deputado Rogério Correia	386
90	1286/2025	Deputado Rogério Correia	389

91	1193/2025	Deputado Paulo Pimenta	392
92	1364/2025	Deputado Rogério Correia	395
93	1538/2025	Senadora Soraya Thronicke	398
94	1541/2025	Senadora Soraya Thronicke	401
95	1597/2025	Deputado Paulo Pimenta	405
96	1797/2025	Senadora Soraya Thronicke	408
97	2190/2025	Deputada Coronel Fernanda	411
98	2186/2025	Senador Rogerio Marinho	414
99	2191/2025	Deputado Sidney Leite	417
100	2231/2025	Deputado Alfredo Gaspar	421
101	2241/2025	Deputada Coronel Fernanda	425

2ª PARTE - OITIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Realização de oitiva	432

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana
VICE-PRESIDENTE: Deputado Duarte Jr.
(32 titulares e 32 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Soraya Thronicke(PODEMOS)(2)(57)	MS 3303-1775	1 VAGO(182)(11)(203)(58)(128)(127)(208)	
Jussara Lima(PSD)(3)(126)(183)	PI 3303-5800	2 Alessandro Vieira(MDB)(12)(96)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(64)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	3 Sergio Moro(UNIÃO)(66)(65)	PR 3303-6202
Carlos Viana(PODEMOS)(4)	MG 3303-3100 / 3116	4 Zequinha Marinho(PODEMOS)(95)(74)(204)	PA 3303-6623
Styvenson	RN 3303-1148	5 Oriovisto Guimarães(PSDB)(13)	PR 3303-1635
Valentim(PSDB)(77)(264)(53)(5)(253)			
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Randolfe	AP 3303-6777 / 6568	1 Beto	PA 3303-5220
Rodrigues(PT)(237)(151)(169)(179)(6)(219)(Faro(PT)(180)(108)(138)(55)(226)(9)(89)(17	
Rogério	SE 3303-2201 / 2203	2 Nelsinho Trad(PSD)(10)	MS 3303-6767 / 6768
Carvalho(PT)(110)(144)(159)(7)(254)(56)			
Humberto	PE 3303-6285 / 6286	3 Chico	RR 3303-2281
Costa(PT)(125)(85)(83)(100)(8)(88)(162)(14		Rodrigues(PSB)(84)(147)(86)(49)(198)(146)	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jorge Seif(PL)(17)	SC 3303-3784 / 3756	1 VAGO(210)(51)(220)(14)(228)	
Izalci Lucas(PL)(18)	DF 3303-6049 / 6050	2 Magno Malta(PL)(52)(15)	ES 3303-6370
Marcio	AC 3303-2115 / 2119 / 1652	3 Eduardo	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Bittar(PL)(209)(118)(216)(113)(132)(229)(13		Girão(NOVO)(70)(221)(257)(230)(16)	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Fabiano Contarato(PT)(171)(20)(231)	ES 3303-9054 / 6743	1 VAGO(25)(152)	
Augusta Brito(PT)(21)(60)	CE 3303-5940	2 Teresa Leitão(PT)(157)(23)(172)	PE 3303-2423
Leila Barros(PDT)(22)	DF 3303-6427	3 VAGO(90)(24)	
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Rogério	RN 3303-1826	1 Tereza Cristina(PP)(26)(117)(120)(199)	MS 3303-2431
Marinho(PL)(161)(28)(214)(227)(163)			
Dameres Alves(REPUBLICANOS)(29)	DF 3303-3265	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(27)	MG 3303-3811
Bloco PL, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA			
Coronel	RO 3215-5672	1 Zé	SC 3215-5921
Chrisóstomo(PL)(235)(30)(130)(123)(238)		Trovão(PL)(129)(215)(148)(121)(34)(250)(14	
Coronel	MT 3215-5242	2 Fernando	PE 3215-5554
Fernanda(PL)(135)(142)(31)(205)(92)(212)(9		Rodolfo(PL)(234)(124)(244)(35)(245)(131)	
Adriana	SP 3215-5802	3 Bia	DF 3215-5309
Ventura(NOVO)(170)(177)(32)(54)(75)(195)(Kicis(PL)(196)(236)(178)(249)(33)(248)(76)(
Alfredo Gaspar(UNIÃO)(62)	AL 3215-5543	4 Kim Kataguirí(UNIÃO)(111)	SP 3215-5744
Duarte Jr.(PSB)(63)	MA 3215-5344	5 Maurício Carvalho(UNIÃO)(112)	RO 3215-5508
Átila Lira(PP)(68)(149)(187)(153)(97)	PI 3215-5640	6 Delegado Fabio	AL 3215-5741
		Costa(PP)(78)(69)(98)(188)(136)(150)(71)(1	
Cleber	MA 3215-5710	7 Ricardo	BA 3215-5805
Verde(MDB)(81)(140)(211)(87)(102)(114)(26		Maia(MDB)(82)(224)(72)(94)(266)(115)(80)(
1)(158)(79)(207)(165)(225)(133)(67)(166)		202)(103)(259)	
Pedro	SC 3215-5229	8 Carlos	SP 3215-5207
Uczai(PT)(258)(213)(206)(36)(119)(192)(59)		Sampaio(PSD)(194)(243)(39)(193)(222)(223	
Ricardo Ayres(REPUBLICANOS)(37)	TO 3215-5676	9 Silas	AM 3215-5532
		Câmara(REPUBLICANOS)(93)(50)(40)(241)	
Alencar Santana(PT)(156)(189)(38)(137)	SP 3215-5256	10 Mauricio Marcon(PODEMOS)(41)	RS 3215-5339
Beto	MS 3215-5240	11 Evair Vieira de	ES 3215-5443
Pereira(PSDB)(197)(239)(251)(185)(174)(46		Melo(PP)(240)(252)(260)(61)(186)(173)	
PCdoB, PT, PV			
Paulo Pimenta(PT)(104)	RS 3215-5552	1 Orlando Silva(PCdoB)(242)(164)(106)	SP 3215-5217
Rogério Correia(PT)(109)(191)(105)	MG 3215-5614	2 VAGO(190)(107)	
AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE			
Bruno Farias(AVANTE)(43)	MG 3215-5637	1 Paulinho da	SP 3215-5241
		Força(SOLIDARIEDADE)(73)(42)	
PDT			
Dorinaldo	AP 3215-5733	1 Pompeo de Mattos(233)(200)(218)	RS 3215-5704
Malafaia(232)(181)(217)(256)(265)			
NOVO			
Marcel van Hattem(44)	RS 3215-5958	1 Luiz Lima(45)	RJ 3215-5504

(1) Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

(2) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.

(3) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.

- (4) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Podemos - SF.
- (5) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (6) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Omar Aziz, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (7) 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (8) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (9) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (10) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 51/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (11) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- (12) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 69/2025 da Liderança do MDB - SF.
- (13) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (14) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (15) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (16) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Rogério Marinho, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (17) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (18) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (19) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (20) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (21) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (22) 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (23) 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (24) 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (25) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (26) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (27) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (28) 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (29) 18/08/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (30) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (31) 18/08/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (32) 18/08/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (33) 18/08/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (34) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (35) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança do PL - CD.
- (36) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (37) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (38) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício nº 76/2025 da Liderança do Podemos - CD.
- (39) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (40) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 110/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (41) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Maurício Marcon, conforme Ofício nº 76/2025 da Liderança do Podemos - CD.
- (42) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício nº 70/2025 da Liderança do Avante - CD.
- (43) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Bruno Farias, conforme Ofício nº 62/2025 da Liderança do Avante - CD.
- (44) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Marcel van Hattem, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Novo - CD.
- (45) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Lima, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Novo - CD.
- (46) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 167/2025 da Fed. PSDB/CIDADANIA - CD.
- (47) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 52/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (48) 18/08/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 54/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (49) 18/08/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 54/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (50) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Thiago Flores, em substituição ao Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 112/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (51) 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
- (52) 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
- (53) 20/08/2025: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 34/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (54) 20/08/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 337/2025 da Liderança do PL - CD.
- (55) 18/08/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 58/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (56) 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Jussara Lima, em substituição à Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (57) 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Eduardo Braga, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (58) 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (59) 03/09/2025: Designado como titular o Deputado Castro Neto, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 144/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (60) 01/10/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 27/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (61) 19/08/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 168/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (62) 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Alfredo Gaspar, conforme Ofício nº 194/2025 do União Brasil- CD.
- (63) 19/08/2025: Designado como titular o Deputado Duarte Jr., conforme Ofício nº 194/2025 do União Brasil- CD.
- (64) 19/08/2025: Designada como titular a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 51/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (65) 19/08/2025: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 51/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (66) 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Sergio Moro, em substituição ao Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 62/2025 do Bloco Democracia - SF.

- (67) 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 225/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (68) 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 118/2025 da Liderança do PP - CD.
- (69) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 118/2025 da Liderança do PP - CD.
- (70) 20/08/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF, que solicitou alternância na ordem da suplência.
- (71) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 119/2025 da Liderança do PP - CD.
- (72) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício 228/2025 da Liderança do MDB.
- (73) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Paulinho da Força, em substituição ao Deputado Áureo Ribeiro, conforme Ofício nº 73/2025 da Liderança do Bloco Avante - CD.
- (74) 20/08/2025: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício nº 52/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (75) 20/08/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 338/2025 da Liderança do PL - CD.
- (76) 20/08/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 338/2025 da Liderança do PL - CD.
- (77) 20/08/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 53/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (78) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior, conforme Ofício nº 121/2025 da Liderança do PP - CD.
- (79) 20/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 231/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (80) 20/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 231/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (81) 25/08/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (82) 25/08/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício 238/2025 da Liderança do MDB-CD.
- (83) 25/08/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 55/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (84) 25/08/2025: Designado como suplente o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 55/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (85) 25/08/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (86) 25/08/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (87) 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 244/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (88) 27/08/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (89) 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 60/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (90) 26/08/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (91) 26/08/2025: Designado como titular o Deputado Sóstenes Cavalcante, em substituição à Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 373/2025 da Liderança do PL - CD.
- (92) 26/08/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado Sóstenes Cavalcante, conforme Ofício nº 375/2025 da Liderança do PL - CD.
- (93) 26/08/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, em substituição ao Deputado Thiago Flores, conforme Ofício nº 114/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (94) 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 244/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (95) 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 57/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (96) 27/08/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 58/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (97) 27/08/2025: Designado como titular o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 126/2025 da Liderança do PP - CD.
- (98) 27/08/2025: Designado como suplente o Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 126/2025 da Liderança do PP - CD.
- (99) 01/09/2025: Designada como suplente a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 61/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (100) 03/09/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 64/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (101) 01/09/2025: A Federação Brasil da Esperança é desligada do bloco, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança da Federação.
- (102) 01/09/2025: Designado como titular o Deputado Rafael Brito, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 246/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (103) 01/09/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 246/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (104) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Paulo Pimenta, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
- (105) 18/08/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
- (106) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
- (107) 18/08/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Fed. Brasil da Esperança - CD.
- (108) 05/09/2025: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 66/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (109) 25/09/2025: O Deputado Alencar Santana deixa de compor a Comissão. (Ofício nº 400/2025 da Liderança da FeBrasil - CD).
- (110) 02/09/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição à Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 63/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (111) 02/09/2025: Designado como suplente o Deputado Kim Kataguirí, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
- (112) 02/09/2025: Designado como suplente o Deputado Maurício Carvalho, conforme Ofício nº 39/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
- (113) 03/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 80/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (114) 03/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 252/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (115) 03/09/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 252/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (116) 04/09/2025: O PDT é desligado do bloco, conforme Ofício nº 52/2025 da Liderança da PDT.
- (117) 05/09/2025: Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 42/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (118) 05/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 82/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (119) 05/09/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Castro Neto, conforme Ofício nº 145/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (120) 15/09/2025: A Senadora Margareth Buzetti deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 48/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (121) 08/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 400/2025 da Liderança do PL - CD.
- (122) 08/09/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 68/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.

- (123) 08/09/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 401/2025 da Liderança do PL - CD.
- (124) 08/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zucco, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 402/2025 da Liderança do PL - CD.
- (125) 08/09/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Beto Faro, conforme Ofício nº 69/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (126) 08/09/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (127) 08/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 60/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (128) 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 61/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (129) 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
- (130) 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
- (131) 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Zucco, conforme Ofício nº 404/2025 da Liderança do PL - CD.
- (132) 09/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 83/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (133) 09/09/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 258/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (134) 09/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 406/2025 da Liderança do PL - CD.
- (135) 09/09/2025: Designado como titular o Deputado André Fernandes, em substituição à Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 406/2025 da Liderança do PL - CD.
- (136) 10/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 132/2025 da Liderança do PP - CD.
- (137) 10/09/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança do Podemos - CD.
- (138) 10/09/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 70/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (139) 10/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 84/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (140) 12/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Yury do Paredão, conforme Ofício nº 264/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (141) 15/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 415/2025 da Liderança do PL - CD.
- (142) 15/09/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado André Fernandes, conforme Ofício nº 415/2025 da Liderança do PL - CD.
- (143) 15/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 417/2025 da Liderança do PL - CD.
- (144) 15/09/2025: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição à Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (145) 15/09/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (146) 15/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (147) 15/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 72/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (148) 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 418/2025 da Liderança do PL - CD.
- (149) 16/09/2025: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 133/2025 da Liderança do PP - CD.
- (150) 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fabio Costa, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 133/2025 da Liderança do PP - CD.
- (151) 16/09/2025: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Omar Aziz, conforme Ofício nº 74/2025 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.
- (152) 16/09/2025: Designado como suplente o Senador Beto Faro, conforme Ofício nº 20/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (153) 16/09/2025: Designado como titular o Deputado Delegado Fábio Costa, em substituição ao Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do PP - CD.
- (154) 16/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 136/2025 da Liderança do PP - CD.
- (155) 29/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 441/2025 da Liderança do PL - CD.
- (156) 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 96/2025 da Liderança do Podemos - CD.
- (157) 17/09/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (158) 17/09/2025: Designado como titular o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 266/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (159) 17/09/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme Ofício nº 78/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (160) 17/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 89/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (161) 17/09/2025: O PP cede ao Bloco Vanguarda a sua vaga de titular, conforme Ofício 49/2025 do Bloco Aliança.
- (162) 18/09/2025: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Cid Gomes, conforme Ofício nº 80/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (163) 18/09/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, em substituição à Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 90/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (164) 18/09/2025: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 325/2025 da Liderança FeBrasil - CD.
- (165) 19/09/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Yury do Paredão, conforme Ofício nº 275/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (166) 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 287/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (167) 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Gustavo Gayer, em substituição à Deputada Adriana Ventura, conforme Ofício nº 424/2025 da Liderança do PL - CD.
- (168) 22/09/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 90/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (169) 22/09/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito, em substituição a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 85/2025 Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
- (170) 22/09/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Gustavo Gayer, conforme Ofício nº 426/2025 da Liderança do PL - CD.
- (171) 23/09/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (172) 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- (173) 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 215/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (174) 23/09/2025: Designado como titular o Deputado Lucas Redecker, conforme o Ofício nº 214/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania- CD.

- (175) 23/09/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 88/2025 Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
- (176) 23/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 88/2025 Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
- (177) 23/09/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 431/2025 da Liderança do PL - CD.
- (178) 23/09/2025: Designado como suplente o Deputado Gilson Marques, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 431/2025 da Liderança do PL - CD.
- (179) 01/10/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 97/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (180) 24/09/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 91/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (181) 24/09/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Mário Heringer, conforme Ofício nº 57/2025 da Liderança do PDT.
- (182) 25/09/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 68/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (183) 25/09/2025: Designada como titular a Senadora Jussara Lima, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 69/2025 do Bloco Democracia - SF.
- (184) 25/09/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 91/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (185) 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 220/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
- (186) 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, em substituição ao Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 221/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (187) 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lira, em substituição ao Deputado Delegado Fábio Costa, conforme Ofício nº 142/2025 da Liderança do PP - CD.
- (188) 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Fabio Costa, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 142/2025 da Liderança do PP - CD.
- (189) 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, em substituição ao Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 100/2025 da Liderança do Podemos - CD.
- (190) 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofícios 353 e 400/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
- (191) 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Rogério Correia, conforme Ofício nº 352/2025 da Liderança da FeBrasil - CD.
- (192) 25/09/2025: Designado como titular o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício 100/2025 da Liderança do PODEMOS.
- (193) 25/09/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 169/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (194) 26/09/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 172/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (195) 26/09/2025: Designada como titular a Deputada Adriana Ventura, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 440/2025 da Liderança do PL - CD.
- (196) 26/09/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Gilson Marques, conforme Ofício nº 440/2025 da Liderança do PL - CD.
- (197) 29/09/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Luciano Vieira, conforme Ofício nº 225/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania - CD.
- (198) 29/09/2025: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, conforme Ofício nº 95/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (199) 29/09/2025: Designada como suplente a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício nº 56/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- (200) 01/10/2025: Designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme Ofício nº 59/2025 Liderança PDT - CD.
- (201) 01/10/2025: Designado como titular o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 96/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (202) 01/10/2025: Designado como suplente o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Rafael Brito, conforme Ofício nº 282/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (203) 01/10/2025: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (204) 01/10/2025: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 73/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (205) 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Coronel Fernanda, conforme Ofício nº 454/2025 da Liderança do PL - CD.
- (206) 01/10/2025: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 176/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (207) 02/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 292/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (208) 13/10/2025: O Senador Veneziano Vital do Rêgo, deixa de compor a comissão, conforme Ofício nº 78/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- (209) 02/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 92/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (210) 02/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 93/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (211) 07/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 297/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (212) 03/10/2025: Designada como titular a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 455/2025 da Liderança do PL - CD.
- (213) 03/10/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 177/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (214) 06/10/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 94/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (215) 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 457/2025 da Liderança do PL - CD.
- (216) 06/10/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 95/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (217) 06/10/2025: Designado como titular o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (218) 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Pompeo de Mattos, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (219) 06/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício nº 99/2025 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
- (220) 06/10/2025: Designado como suplente o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício nº 96/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (221) 06/10/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (222) 06/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 181/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (223) 07/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 182/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (224) 07/10/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 297/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (225) 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Maia, em substituição ao Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 304/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (226) 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 100/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (227) 08/10/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, em substituição ao Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 102/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (228) 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 104/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.

- (229) 08/10/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (230) 08/10/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (231) 08/10/2025: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, conforme o Ofício 32/2025 do Bloco Parlamentar Pelo Brasil - SF.
- (232) 08/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme o Ofício 65/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (233) 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos, conforme o Ofício 65/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (234) 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
- (235) 08/10/2025: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
- (236) 08/10/2025: Designado como suplente o Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício 469/2025 da Liderança do PL - CD.
- (237) 08/10/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 103/2025 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática - SF.
- (238) 10/10/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição à Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
- (239) 14/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício 35/2025 do Bloco Parlamentar Pelo Brasil - SF.
- (240) 09/10/2025: Designado como titular o Deputado Lucas Redecker, em substituição ao Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 237/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania- CD.
- (241) 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Beto Pereira, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (242) 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Jeferson Rodrigues, em substituição ao Deputado Silas Câmara, conforme Ofício nº 140/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (243) 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 369/2025 da Federação Brasil da Esperança - CD.
- (244) 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, conforme Ofício nº 184/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (245) 09/10/2025: Designado como suplente o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício 474/2025 da Liderança do PL - CD.
- (246) 10/10/2025: Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado José Medeiros, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
- (247) 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Silas Câmara, em substituição ao Deputado Jeferson Rodrigues, conforme Ofício nº 144/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- (248) 10/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 186/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (249) 10/10/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 476/2025 da Liderança do PL - CD.
- (250) 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição a Deputada Bia Kicis, conforme Ofício nº 477/2025 da Liderança do PL - CD.
- (251) 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição ao Deputado Zé Trovão, conforme Ofício nº 477/2025 da Liderança do PL - CD.
- (252) 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 239/2025 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania- CD.
- (253) 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 240/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (254) 13/10/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, conforme Ofício nº 78/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (255) 13/10/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício nº 104/2025 do Bloco Resistência Democrática - SF.
- (256) 13/10/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 106/2025 do Bloco Vanguarda - SF.
- (257) 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício nº 66/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (258) 13/10/2025: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 106/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- (259) 13/10/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Sidney Leite, conforme Ofício nº 189/2025 da Liderança do PSD - CD.
- (260) 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Cleber Verde, conforme Ofício nº 304/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (261) 13/10/2025: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, em substituição ao Deputado Lucas Redecker, conforme Ofício nº 275/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA - CD.
- (262) 14/10/2025: Designado como titular o Deputado Cleber Verde, em substituição ao Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 306/2025 da Liderança do MDB - CD.
- (263) 14/10/2025: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Carlos Jordy, conforme Ofício nº 479/2025 da Liderança do PL - CD.
- (264) 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Sanderson, conforme Ofício nº 479/2025 da Liderança do PL - CD.
- (265) 14/10/2025: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 77/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- (266) 14/10/2025: Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado Josenildo, conforme Ofício 67/2025 da Liderança do PDT - CD.
- (267) 14/10/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Maia, conforme Ofício nº 306/2025 da Liderança do MDB - CD.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): LEANDRO BUENO | ADJUNTOS: MARCELO

ASSAIFE LOPES E ANTONIO SILVA NETO

TELEFONE-SECRETARIA: 6133033490

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 6133033490

E-MAIL: cpmi.inss@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 16 de outubro de 2025
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA

17ª Reunião

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS -
2025 - CPMI - INSS

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana

RELATOR: Deputado Alfredo Gaspar

VICE-PRESIDENTE: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Oitiva
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20, de 2025

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 126, de 2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 294, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1187, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Marcos Rogério

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1188, de 2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Marcos Rogério

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 1861, de 2025**

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 1863, de 2025**

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ITEM 8**REQUERIMENTO Nº 1865, de 2025**

Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ITEM 9**REQUERIMENTO Nº 1867, de 2025**

Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 1944, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Senhor Eli Cohen, abrangendo o período de janeiro de 2025 a setembro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 2149, de 2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do senhor Eli Cohen, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 7 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 2067, de 2025**

Requer a quebra de sigilo fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Sergio Moro

ITEM 13**REQUERIMENTO Nº 2070, de 2025**

Requer informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Danielle Miranda Fonteles, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de novembro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 2074, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Sergio Moro

ITEM 15**REQUERIMENTO Nº 2078, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa RJ RJ LTDA.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Deputado Beto Pereira

ITEM 16**REQUERIMENTO Nº 2092, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Marco Aurélio Gomes - apontado em matérias jornalísticas como Diretor das entidades Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev Clube de Benefícios, Associação Nacional de Defesa Dos Direitos Dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP) e Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)-, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 17**REQUERIMENTO Nº 2114, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Esférica Assessoria Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 2115, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Esférica Assessoria de Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 19**REQUERIMENTO Nº 2203, de 2025**

Requer o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes ao Sr. Marco Aurélio Gomes, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

ITEM 20**REQUERIMENTO Nº 2145, de 2025**

Requer a transferência de sigilo fiscal envolvendo as informações referentes às notas fiscais das seguintes aeronaves: Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV; Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM; e Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL.

Assunto: Informações

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ITEM 21**REQUERIMENTO Nº 2208, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 2209, de 2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa E&A Security LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 23**REQUERIMENTO Nº 2210, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 24**REQUERIMENTO Nº 2211, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 25**REQUERIMENTO Nº 2212, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 2213, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa E&A Security LTDA, abrangendo o período de 1º janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 27**REQUERIMENTO Nº 2214, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., abrangendo o período de 1º janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 28**REQUERIMENTO Nº 2215, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 29**REQUERIMENTO Nº 2216, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 2217, de 2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 31**REQUERIMENTO Nº 2218, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais

LTDA, entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 32**REQUERIMENTO Nº 2219, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 33**REQUERIMENTO Nº 2220, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 2221, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 35**REQUERIMENTO Nº 2222, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Federação de Apoio aos Idosos, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 36**REQUERIMENTO Nº 2223, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Federação de Apoio aos Idosos, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 37**REQUERIMENTO Nº 2224, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Rosiane Ramos Salomão, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 2225, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Rosiane Ramos Salomão, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 39**REQUERIMENTO Nº 2226, de 2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Rosiane Ramos Salomão, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: Transferência de Sigilo

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 40**REQUERIMENTO Nº 2227, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Rosiane Ramos Salomão, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 41**REQUERIMENTO Nº 2234, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Adv. Serviços LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 2235, de 2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Jbg Apoio Empresarial LTDA, CNPJ nº 48.850.427/0001-05, referentes ao período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 43**REQUERIMENTO Nº 2236, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Mkt Connection Group LTDA, abrangendo o período de 12 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 44**REQUERIMENTO Nº 2237, de 2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Amj Security LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Assunto: RIF

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 45**REQUERIMENTO Nº 34, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI).

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 373, de 2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ITEM 47**REQUERIMENTO Nº 456, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Mauricio Marcon

ITEM 48**REQUERIMENTO Nº 501, de 2025**

Requer a convocação do sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

ITEM 49**REQUERIMENTO Nº 698, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados - SINDNAPI.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Bia Kicis

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 814, de 2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi).

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 51**REQUERIMENTO Nº 874, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Marcos Rogério

ITEM 52**REQUERIMENTO Nº 1375, de 2025**

Requer a convocação do Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDINAPI).

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Lucas Redecker

ITEM 53**REQUERIMENTO Nº 1777, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

ITEM 54**REQUERIMENTO Nº 2048, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI).

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 2205, de 2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente SINDNAPI.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado José Medeiros

ITEM 56**REQUERIMENTO Nº 327, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ITEM 57**REQUERIMENTO Nº 459, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 58**REQUERIMENTO Nº 620, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alencar Santana

ITEM 59**REQUERIMENTO Nº 805, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 60

REQUERIMENTO Nº 923, de 2025

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Fabiano Contarato

ITEM 61**REQUERIMENTO Nº 1000, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 62**REQUERIMENTO Nº 1660, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Júnior, representante legal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 63**REQUERIMENTO Nº 1979, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Duarte Jr.

ITEM 64**REQUERIMENTO Nº 1177, de 2025**

Requer a convocação do senhor senhor Alan Santos, Diretor de Relacionamento e Negócios da empresa pública DATAPREV.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

ITEM 65

REQUERIMENTO Nº 1618, de 2025

Requer a convocação do Sr. Alan Santos, Diretor de Relacionamento e Negócios da Dataprev.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Bia Kicis

ITEM 66**REQUERIMENTO Nº 1845, de 2025**

Requer a convocação de Clelia Lucia Camilo de Moraes Antunes, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ITEM 67**REQUERIMENTO Nº 2087, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Reissanluz Sousa de Oliveira, um dos pilotos que mais realizou voos na aeronave Beech Aircraft, modelo F90, prefixo PT-LPL, ligada indiretamente a Antônio Carlos Camilo Antunes.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ITEM 68**REQUERIMENTO Nº 1019, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães, que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira (ex-ministro da Previdência) e de José Laudenor, todos sem justificativa aparente.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 69

REQUERIMENTO Nº 776, de 2025

Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 70**REQUERIMENTO Nº 520, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Jose Arnaldo Bezerra Guimarães, supostamente envolvido em ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alencar Santana

ITEM 71**REQUERIMENTO Nº 476, de 2025**

Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães, que realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-ministro da Previdência, e em favor e de José Laudenor, sem justificativa aparente.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 72**REQUERIMENTO Nº 1809, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 2230, de 2025

Requer a convocação do Sr. João Branco Garcia, sócio-administrador da Jbg Apoio Empresarial LTDA.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 74**REQUERIMENTO Nº 63, de 2025**

Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente de polícia federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Izalci Lucas

ITEM 75**REQUERIMENTO Nº 419, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 76**REQUERIMENTO Nº 538, de 2025**

Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 77**REQUERIMENTO Nº 773, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 78

REQUERIMENTO Nº 888, de 2025

Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente de polícia federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Fabiano Contarato

ITEM 79**REQUERIMENTO Nº 1126, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Orlando Silva

ITEM 80**REQUERIMENTO Nº 1322, de 2025**

Requer seja convocado o Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 81**REQUERIMENTO Nº 2049, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal afastado.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

ITEM 82**REQUERIMENTO Nº 2229, de 2025**

Requer a convocação do Sr. João Carlos Camargo Júnior, sócio-administrador da Mkt Connection Group LTDA.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 83

REQUERIMENTO Nº 2232, de 2025

Requer a convocação do Sr. Vinicius Ramos da Cruz, cunhado do Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), Carlos Lopes; casado com Thamyres de Oliveira, contadora da CONAFER; e Presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT).

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 84**REQUERIMENTO Nº 801, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 85**REQUERIMENTO Nº 621, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alencar Santana

ITEM 86**REQUERIMENTO Nº 457, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 87

REQUERIMENTO Nº 797, de 2025

Requer a convocação do Sr. Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas investigados.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 88**REQUERIMENTO Nº 519, de 2025**

Requer a convocação do Sr. Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal (PF).

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Alencar Santana

ITEM 89**REQUERIMENTO Nº 475, de 2025**

Requer a convocação de Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas investigados.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 90**REQUERIMENTO Nº 1286, de 2025**

Requer a convocação da Senhora Maria Luiza Ferreira Abreu, Presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 91**REQUERIMENTO Nº 1193, de 2025**

Requer a convocação do sr. Lenilson Queiroz de Araújo, ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 92

REQUERIMENTO Nº 1364, de 2025

Requer a convocação do Sr. Lenilson Queiroz De Araújo, Ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputado Rogério Correia

ITEM 93**REQUERIMENTO Nº 1538, de 2025**

Requer, ao Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em Brasília, informações sobre o procedimento de inspeção de embarque no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

Assunto: Informações

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

ITEM 94**REQUERIMENTO Nº 1541, de 2025**

Requer, ao Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo, informações sobre voos e horários nos quais investigados citados embarcaram no aeroporto de Congonhas, ou nesse aeroporto aterrissaram.

Assunto: Informações

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

ITEM 95**REQUERIMENTO Nº 1597, de 2025**

Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Data Leak e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à operação.

Assunto: Compartilhamento de Informações

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ITEM 96

REQUERIMENTO Nº 1797, de 2025

Requer ao Ministério da Previdência Social informações sobre registros de entrada nas dependências do INSS, bem como com quem foi realizada reunião e imagens eventualmente disponíveis do Sr. Philipe Roters Coutinho.

Assunto: Informações

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

ITEM 97**REQUERIMENTO Nº 2190, de 2025**

Requer, ao INSS, informações acerca de descontos indevidos realizados em benefícios previdenciários.

Assunto: Informações

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

ITEM 98**REQUERIMENTO Nº 2186, de 2025**

Requer seja enviado à Mesa e consequentemente ao Presidente do Senado Federal pedido para que seja incluído na Ordem do Dia do Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.546, de 2024.

Assunto: Outros

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ITEM 99**REQUERIMENTO Nº 2191, de 2025**

Requer seja representado, junto ao Banco do Brasil, pela rescisão dos contratos vigentes entre o banco e o escritório Nelson Willians Advogados e/ ou o NW Group.

Assunto: Outros

Autoria: Deputado Sidney Leite

ITEM 100

REQUERIMENTO Nº 2231, de 2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical(SINDNAPI).

Assunto: Outros

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ITEM 101**REQUERIMENTO Nº 2241, de 2025**

Requer o afastamento imediato e a substituição das diretorias das associações, sindicatos e empresas investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), com encaminhamento ao Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para análise e deliberação.

Assunto: Outros

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

2ª PARTE**Oitiva****Assunto / Finalidade:**

Realização de oitiva

Convidado/Convocado:**– Cícero Marcelino de Souza Santos**

Assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Família

Requerimentos: [104/2025](#) (Convocação), [399/2025](#) (Convocação)

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, assim como, no caso específico deste requerimento, dada a natureza restritiva da solicitação, das disposições contidas na Lei Complementar nº 105/2001 e na Lei nº 12.965/14, quando aplicáveis, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de LEVANTAMENTO (QUEBRA) e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados telemáticos institucional de **CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20), EX-MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

Telemático Institucional: atividades realizadas entre **JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025**, oficiando-se o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** para que forneça todo o conteúdo relativo às **CONTAS DE E-MAIL INSTITUCIONAL** de titularidade de **CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20)**, enquanto ocupante de cargo/função ligado à retrocitada entidade. Deve ser encaminhada cópia integral de todas as mensagens enviadas, recebidas ou armazenadas, incluídas àquelas em rascunhos e lixeira, com todos os seus respectivos anexos, em formato e conteúdo originalmente salvos pelo usuário, assim como os conteúdos multimídias (fotos, vídeos, áudios, documentos). Registre-se que a presente ordem



de levantamento de sigilo (quebra) e transferência de dados há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo-se as informações requeridas serem enviadas em formato digital.

JUSTIFICAÇÃO

É público e notório que as comissões parlamentares de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, ou seja, não têm o poder de punir quem quer que seja. No entanto, desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao conhecimento da sociedade ou das autoridades competentes para avaliá-los, segundo as óticas política e jurídica, respectivamente. Bem por isso a Constituição investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, porquanto atuam em nome do povo soberano do qual são representantes, não sendo possível, por isso mesmo, opor a elas quaisquer limitações no exercício desse importante múnus público, salvo, como é evidente, se vulnerarem direitos e garantias fundamentais dos investigados, o que não parece ser o caso, na espécie. Nessa esteira, a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de qualquer pessoa – natural ou jurídica – sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, ainda que superficialmente, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.

QUANTO AOS FATOS:

A medida excepcional de quebra de sigilo telemático institucional do ex-ministro da Previdência Social, senhor Carlos Lupi, é um imperativo categórico para a elucidação dos fatos investigados por esta CPMI. Foi sob sua gestão como autoridade máxima do Ministério da Previdência Social que se desenrolou a "Operação Sem Desconto", um esquema de pilhagem sistêmica que desviou a cifra



estorrecedora de R\$ 6,3 bilhões dos benefícios de aposentados e pensionistas. A escala e a persistência desta fraude, que operou por anos e se intensificou dramaticamente durante sua gestão, apontam para falhas sistêmicas profundas nos mecanismos de supervisão do INSS. Como chefe da pasta responsável pela autarquia, o senhor Lupi detinha o poder e o dever de zelar pela integridade do sistema, tornando sua conduta um ponto focal e inescapável desta investigação.

A justificativa para esta medida extrema não se baseia em ilações, mas em fatos concretos que sugerem, no mínimo, uma omissão gravíssima e, potencialmente, dolosa. É documentado que o ex-ministro foi formalmente alertado sobre a escalada das fraudes em 2023. De forma ainda mais contundente, consta que, na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o senhor Lupi teria negado um pedido da conselheira Tonia Galleti para discutir os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), que eram o exato mecanismo utilizado para perpetrar os descontos fraudulentos. Esta recusa em debater o cerne do problema, somada à demora de quase dez meses para a adoção de medidas efetivas, período no qual os descontos indevidos triplicaram, configura uma paralisia administrativa inescusável e uma aparente indiferença com a sangria dos recursos dos mais vulneráveis.

A responsabilidade do ex-ministro se aprofunda ao analisarmos suas decisões políticas, notadamente a indicação do senhor Alessandro Stefanutto para a presidência do INSS. Stefanutto foi posteriormente afastado judicialmente e demitido sob a acusação de ter autorizado o desbloqueio em lote de descontos associativos, contrariando pareceres técnicos da própria Procuradoria Federal. Ao nomear e manter no cargo um gestor cujas ações foram funcionais ao esquema, o senhor Lupi atrelou seu juízo político diretamente à facilitação da fraude. É imperativo que esta Comissão tenha acesso aos registros telemáticos para compreender as comunicações, as orientações e as possíveis pressões que envolveram essa nomeação e a subsequente conduta da presidência do INSS.



As suspeitas não se limitam à sua relação com o ex-presidente do INSS, mas se estendem ao seu círculo mais próximo. Relatos indicam que seu então chefe de gabinete e tesoureiro do PDT, Marcelo Oliveira Panella, teria indicado um advogado para "assessorar" as entidades sindicais na celebração dos próprios Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que estavam no centro do esquema. Essa proximidade promíscua entre o gabinete ministerial e os operadores da fraude levanta sérios questionamentos sobre o ambiente de conivência e permissividade que pode ter sido cultivado dentro do Ministério. O sigilo telemático é, portanto, ferramenta indispensável para verificar a existência e o teor de comunicações entre o ex-ministro, seu gabinete e os demais atores envolvidos, a fim de confirmar ou rechaçar a hipótese de uma atuação coordenada ou de tráfico de influência.

Diante do exposto, os depoimentos e as negativas públicas do ex-ministro Carlos Lupi mostram-se patentemente insuficientes para esclarecer sua real participação nos eventos. O acesso ao conteúdo de seu e-mail institucional é a única forma de obter provas diretas, não contaminadas e contemporâneas aos fatos, sobre o nível de conhecimento que detinha, as ordens que emitiu ou se omitiu de emitir, e as articulações políticas que ocorreram no âmbito de seu gabinete. Deixar de perscrutar esses registros seria uma falha indesculpável desta Comissão em seu dever de apurar a cadeia completa de comando e responsabilidade na maior fraude da história da Previdência Social, permitindo que a accountability política e administrativa se perca em meio a negativas e evasivas.

QUANTO AO DIREITO:

Os direitos fundamentais constituem base estruturante do Estado Democrático de Direito e um dos objetivos fundamentais do constituinte originário de 1988. Mas os direitos fundamentais não são absolutos e sua proteção, para além da esfera de proteção individual em face do Estados e dos demais cidadãos, serve também a um propósito de interesse público. Isso significa que, em situações excepcionais e previamente autorizadas por lei, os direitos fundamentais podem ser relativizados em prol da satisfação de outros direitos ou valores também



consagrados pelas sociedades democráticas. É precisamente isso que se verifica no presente caso. Há situações em que, pela gravidade dos fatos objeto de apuração e pela necessidade da medida, o interesse público justifica a relativização de direitos e garantias fundamentais da intimidade e da vida privada, a exemplo do sigilo de dados bancários e fiscais, das comunicações telefônicas, da correspondência etc. A ponderação entre a preservação dos direitos fundamentais e o interesse público na atividade de investigação deve ser realizada pela autoridade judicial ou, no caso, pela comissão parlamentar de inquérito, que tem poderes próprios de autoridade judicial. Observadas as condicionantes legais para a relativização desses direitos, como se demonstrou acima, é a autoridade competente que deve, em decisão fundamentada, avaliar a necessidade e a proporcionalidade da medida no caso concreto.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu, em diversos precedentes, a legitimidade da transferência de sigilo decretada por CPI quando observados os requisitos legais:

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI DO FUTEBOL). PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE. QUEBRA DE SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO. ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. 1. Se a CPI tornou sem efeito a transferência dos sigilos bancário e fiscal dos dois primeiros impetrantes, fica o writ, nessa parte, prejudicado. 2. Hipótese em que o ato impugnado partiu de fato concreto baseado em indícios de envolvimento do terceiro impetrante com evasão de divisas e irregularidades nas transações com jogadores nominalmente identificados. 3. Aplicação da jurisprudência desta Corte, que exige, na espécie, demonstração da existência concreta de causa provável que legitime a quebra do sigilo. Mandado de segurança prejudicado quanto aos dois primeiros impetrantes e indeferido relativamente ao terceiro, cassando-se, em relação a este último, a liminar anteriormente concedida. (MS 23860, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/10/2001, DJ 01-02-2002 PP-00085 EMENT VOL-02055-01 PP-00164).



No mesmo sentido, veja-se:

"O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (Disclosure) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula." (MS 24.817, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 3-2 2005, Plenário, DJE de 6-11-2009.) "A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida" (MS 24.749, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 29-9-2004, Plenário, DJ de 5-11-2004.).

Ademais, vale ressaltar que o endereço eletrônico funcional não pode se equiparar às contas pessoais dos agentes públicos, não sendo guardados com mesmo grau de sigilo e direito à intimidade com estas últimas. Trata-se, em verdade, não de um e-mail pessoal do servidor, mas de uma ferramenta de trabalho que serve ao cumprimento das atribuições do cargo ou função exercidos. Desse modo, já é ampla a jurisprudência dos tribunais superiores em que o direito à privacidade do servidor público é relativizado, quando o assunto tratado envolva interesse público.

Portanto, presentes neste requerimento os indícios suficientes para caracterizar a necessidade de participação da referida pessoa, sendo a medida necessária e proporcional, legítima e excepcional de transferência de sigilo, não se justificando qualquer censura.



Dessa forma, considera-se que o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados telemáticos institucional de **CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20), EX-MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

2



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, assim como, no caso específico deste requerimento, dada a natureza restritiva da solicitação, das disposições contidas na Lei Complementar nº 105/2001 e na Lei nº 12.965/2014, quando aplicáveis, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de LEVANTAMENTO (QUEBRA) e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de **CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20), EX-MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

a) Bancário: movimentação financeira, entre **JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025**, de todas as contas de depósitos, de poupança, de investimento e de outros bens, direitos e valores, inclusive mobiliários, assim como das operações com cartão de crédito;

b) Fiscal: declarações de imposto de renda, entre **JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025**, acompanhadas de dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: (1) Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); (2) Cadastro de Pessoa



Física; (3) Cadastro de Pessoa Jurídica; (4) Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); (5) Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; (6) Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); (7) Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); (8) DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); (9) DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); (10) DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); (11) DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); (12) DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); (13) DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); (14) DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); (15) DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); (16) DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); (17) DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); (18) DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); (19) DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); (20) CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); (21) DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); (22) DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); (23) DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); (24) PAES (Parcelamento Especial); (25) PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); (26) SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); (27) SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); (28) SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); (29) COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco). Requer-se outrossim, com relação ao mesmo período, e no que couber, a disponibilização das notas fiscais emitidas, uma análise sobre a movimentação financeira, assim como uma análise comparativa entre a referida movimentação financeira e aquelas verificadas nos três anos anteriores ao período em questão.



Registre-se que a presente ordem de levantamento de sigilo (quebra) e transferência de dados há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo-se as informações requeridas serem enviadas em formato digital.

JUSTIFICAÇÃO

É público e notório que as comissões parlamentares de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, ou seja, não têm o poder de punir quem quer que seja. No entanto, desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao conhecimento da sociedade ou das autoridades competentes para avaliá-los, segundo as óticas política e jurídica, respectivamente. Bem por isso a Constituição investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, porquanto atuam em nome do povo soberano do qual são representantes, não sendo possível, por isso mesmo, opor a elas quaisquer limitações no exercício desse importante múnus público, salvo, como é evidente, se vulnerarem direitos e garantias fundamentais dos investigados, o que não parece ser o caso, na espécie. Nessa esteira, a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de qualquer pessoa – natural ou jurídica – sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, ainda que superficialmente, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.

QUANTO AOS FATOS:

A quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro da Previdência Social, senhor Carlos Lupi, é medida de caráter excepcional, porém indispensável e inadiável para o pleno cumprimento dos objetivos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Foi sob sua gestão ministerial que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se tornou palco de um esquema de pilhagem de R\$ 6,3 bilhões,



vitimando milhões de aposentados e pensionistas. Como autoridade máxima da pasta, o ex-ministro detinha responsabilidade direta pela supervisão da autarquia e pela integridade de seus sistemas. A magnitude e a persistência da fraude, que se intensificou dramaticamente entre 2023 e 2024, período de seu comando, exigem um escrutínio rigoroso que transcenda suas declarações públicas e alcance a análise objetiva de seus dados financeiros e fiscais.

A necessidade desta medida gravosa fundamenta-se em uma série de atos e omissões que demonstram, no mínimo, uma assombrosa negligência administrativa. É fato documentado que o ex-ministro foi alertado sobre o recrudescimento das fraudes em 2023. De forma ainda mais contundente, na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), teria negado um pedido da conselheira Tonia Galletti para discutir os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), que eram o exato mecanismo utilizado para os descontos fraudulentos. Essa inércia de quase dez meses, enquanto a sangria financeira triplicava, não pode ser tratada como mera lentidão burocrática, mas como uma falha crassa de gestão que permitiu a consolidação de um prejuízo bilionário ao erário e aos cidadãos mais vulneráveis.

Ademais, as decisões políticas do ex-ministro Lupi são indissociáveis da facilitação do esquema. Foi ele o responsável por indicar e manter no cargo de presidente do INSS o senhor Alessandro Stefanutto, que veio a ser afastado e demitido por autorizar o desbloqueio em massa de descontos associativos, contrariando pareceres técnicos e regulamentações internas. A nomeação de um gestor cujas ações foram funcionais à fraude vincula diretamente o juízo político do ex-ministro ao colapso administrativo que permitiu o desvio de recursos. É imperativo investigar se essa cadeia de decisões, que se mostraram danosas ao interesse público, possui algum reflexo em suas movimentações financeiras ou em seu patrimônio.

As suspeitas se adensam ao se observar o círculo de influência do então ministro. Relatos apontam que seu chefe de gabinete, Marcelo Oliveira



Panella, também tesoureiro do PDT, teria atuado para indicar um advogado para "assessorar" as próprias entidades sindicais na celebração dos Acordos de Cooperação Técnica. Essa proximidade entre o gabinete ministerial e os operadores do esquema lança uma sombra de dúvida sobre a isenção e a lisura dos processos conduzidos sob a égide de Lupi. A análise de seus dados bancários e fiscais é crucial para verificar a existência de qualquer transação atípica que possa indicar tráfico de influência ou benefício indireto decorrente dessa relação promíscua.

Portanto, a quebra de sigilo não se configura como uma medida exploratória, mas como uma ferramenta investigativa essencial para confrontar as narrativas com os fatos. É fundamental para esta CPMI averiguar se a inexplicável letargia e as desastrosas decisões do ex-ministro Carlos Lupi, que culminaram na sua demissão por pressão política, podem estar correlacionadas a quaisquer vantagens patrimoniais ou financeiras indevidas. Ignorar a dimensão financeira e fiscal do principal gestor político da Previdência Social durante o auge do maior escândalo de sua história seria uma omissão imperdoável desta Comissão, comprometendo irremediavelmente a busca pela verdade e pela completa responsabilização dos envolvidos.

QUANTO AO DIREITO:

Os direitos fundamentais constituem base estruturante do Estado Democrático de Direito e um dos objetivos fundamentais do constituinte originário de 1988. Mas os direitos fundamentais não são absolutos e sua proteção, para além da esfera de proteção individual em face do Estados e dos demais cidadãos, serve também a um propósito de interesse público. Isso significa que, em situações excepcionais e previamente autorizadas por lei, os direitos fundamentais podem ser relativizados em prol da satisfação de outros direitos ou valores também consagrados pelas sociedades democráticas. É precisamente isso que se verifica no presente caso. Há situações em que, pela gravidade dos fatos objeto de apuração e pela necessidade da medida, o interesse público justifica a relativização de direitos e garantias fundamentais da intimidade e da vida privada, a exemplo do sigilo



de dados bancários e fiscais, das comunicações telefônicas, da correspondência etc. A ponderação entre a preservação dos direitos fundamentais e o interesse público na atividade de investigação deve ser realizada pela autoridade judicial ou, no caso, pela comissão parlamentar de inquérito, que tem poderes próprios de autoridade judicial. Observadas as condicionantes legais para a relativização desses direitos, como se demonstrou acima, é a autoridade competente que deve, em decisão fundamentada, avaliar a necessidade e a proporcionalidade da medida no caso concreto.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu, em diversos precedentes, a legitimidade da transferência de sigilo decretada por CPI quando observados os requisitos legais:

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI DO FUTEBOL). PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE. QUEBRA DE SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO. ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. 1. Se a CPI tornou sem efeito a transferência dos sigilos bancário e fiscal dos dois primeiros impetrantes, fica o writ, nessa parte, prejudicado. 2. Hipótese em que o ato impugnado partiu de fato concreto baseado em indícios de envolvimento do terceiro impetrante com evasão de divisas e irregularidades nas transações com jogadores nominalmente identificados. 3. Aplicação da jurisprudência desta Corte, que exige, na espécie, demonstração da existência concreta de causa provável que legitime a quebra do sigilo. Mandado de segurança prejudicado quanto aos dois primeiros impetrantes e indeferido relativamente ao terceiro, cassando-se, em relação a este último, a liminar anteriormente concedida. (MS 23860, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/10/2001, DJ 01-02-2002 PP-00085 EMENT VOL-02055-01 PP-00164).

No mesmo sentido, veja-se:

"O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção

de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (Disclosure) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula." (MS 24.817, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 3-2 2005, Plenário, DJE de 6-11-2009.) "A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida" (MS 24.749, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 29-9-2004, Plenário, DJ de 5-11-2004.).

Portanto, presentes neste requerimento os indícios suficientes para caracterizar a necessidade de participação da referida pessoa, sendo a medida necessária e proporcional, legítima e excepcional de transferência de sigilo, não se justificando qualquer censura.

Dessa forma, considera-se que o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de **CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20), EX-MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

3



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO** ao **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)**, em formato digital, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

1. RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF DE CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20) ENTRE JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025

JUSTIFICAÇÃO

A presente requisição é medida investigativa de caráter inadiável e essencial, considerando a posição de comando ocupada pelo senhor Carlos Lupi como Ministro da Previdência Social durante o ápice da fraude bilionária que devastou os cofres do INSS. É fato notório e documentado que, sob sua gestão, um esquema de R\$ 6,3 bilhões prosperou mediante descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas. A alegação de mera "demora" na resposta do governo é um eufemismo inaceitável diante das evidências de que o ex-ministro foi formalmente alertado sobre a escalada das fraudes em 2023, inclusive no âmbito



do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), onde teria negado o pedido da conselheira Tonia Galletti para discutir os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que eram o cerne do problema. Essa omissão administrativa, que se estendeu por quase dez meses enquanto os desvios triplicavam, transcende a simples ineficiência e adentra o campo da negligência culposa, exigindo desta CPMI um escrutínio rigoroso sobre as motivações subjacentes a tal inércia.

A necessidade de aprofundar a investigação se agrava ao se analisar as decisões políticas e o círculo de influência do então ministro. A indicação e manutenção de Alessandro Stefanutto na presidência do INSS, mesmo após alertas da CGU, culminando em sua demissão por envolvimento no escândalo, representa uma falha de julgamento catastrófica e de responsabilidade direta de Lupi. Ademais, pairam suspeitas sobre seu chefe de gabinete, Marcelo Oliveira Panella, que teria indicado um advogado para "assessorar" entidades sindicais nos mesmíssimos ACTs que viabilizaram as fraudes. Tal padrão de nomeações desastrosas e a proximidade de seu gabinete com os mecanismos do esquema tornam imperativo investigar se a paralisia administrativa de Lupi foi contaminada por fatores outros que não a mera lentidão burocrática, justificando a análise de qualquer movimentação financeira atípica que possa ter ocorrido em seu nome.

Desta forma, o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do ex-ministro Carlos Lupi, a ser fornecido pelo COAF, não é um expediente exploratório, mas sim um instrumento probatório indispensável para correlacionar a cronologia de sua omissão deliberada com suas atividades financeiras. É fundamental para os trabalhos desta CPMI verificar ou refutar, com base em dados técnicos, a hipótese de que a inexplicável letargia em face de uma fraude que sangrava os mais vulneráveis possa ter relação com vantagens indevidas ou transações suspeitas. Ignorar a vida financeira da autoridade máxima que presidiu o Ministério da Previdência durante o auge do maior escândalo da história do INSS seria uma falha monumental desta investigação, comprometendo a busca pela responsabilização em todas as suas esferas, da administrativa à criminal.



Dessa forma, considera-se que o **RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF DE CARLOS LUPI (CPF 434.259.097-20) ENTRE JANEIRO DE 2023 E JULHO DE 2025** tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, CPF nº 434.259.097-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 26 de agosto de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

O ex-ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, exerceu papel central na administração de uma das pastas mais sensíveis do Estado brasileiro, responsável pela gestão de aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários que atingem milhões de cidadãos. Durante sua gestão, foram noticiadas diversas irregularidades e denúncias relacionadas a descontos indevidos aplicados em benefícios do INSS, muitas delas vinculadas a sindicatos e entidades associativas.

A magnitude do esquema, que movimentou valores bilionários, exige investigação criteriosa. Nesse cenário, a simples análise documental de extratos bancários ou declarações fiscais não é suficiente para rastrear o caminho percorrido pelo dinheiro. É necessário verificar se houve movimentações atípicas, triangulações financeiras, operações fracionadas, transferências a entidades de



fachada ou ainda movimentação de recursos em nome de terceiros que possam indicar lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio ou uso de intermediários (“laranjas”).

O Relatório de Inteligência Financeira (RIF), produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), é a ferramenta adequada para esse fim. Por meio dele, é possível identificar padrões incomuns de movimentação, vínculos ocultos com outras pessoas físicas ou jurídicas, remessas internacionais suspeitas, operações de alto risco ou incompatíveis com a renda e com a posição do ex-ministro.

A solicitação desse relatório não se restringe a verificar condutas administrativas, mas visa esclarecer se houve benefícios financeiros pessoais, enriquecimento ilícito ou favorecimento irregular de entidades ou indivíduos ligados ao esquema de fraudes contra o INSS. Trata-se, portanto, de medida necessária, proporcional e de caráter técnico, destinada a fornecer a esta CPMI elementos concretos e qualificados para a responsabilização dos envolvidos.

Por isso, a requisição do RIF do ex-ministro Carlos Lupi, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2023 até a presente data, é fundamental para a elucidação dos fatos e para garantir transparência e rigor às apurações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Pelo exposto, peço aos Pares apoio na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, CPF nº 434.259.097-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 26 de agosto de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2023, durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o então ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, foi formalmente alertado sobre a escalada de descontos irregulares em aposentadorias e pensões do INSS. Apesar da gravidade, o tema não foi incluído na pauta da reunião e tampouco houve encaminhamento efetivo para providências.

Em abril de 2024, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União confirmaram que os descontos irregulares já representavam quase R\$ 250 milhões mensais, comprovando a materialidade de uma fraude em larga escala. A discrepância entre o alerta recebido e a ausência de medidas imediatas por parte do então ministro levanta suspeitas sobre eventual omissão deliberada, conivência ou proteção política a entidades como o Sindnapi, envolvidas no esquema investigado.



Reportagens amplamente divulgadas apontam que, mesmo ciente das irregularidades, o ex-ministro não adotou providências administrativas imediatas. Essa conduta reforça a necessidade de apuração aprofundada por esta CPMI, especialmente quanto a possíveis vínculos políticos e pessoais com dirigentes de entidades sindicais beneficiadas pelo esquema de descontos.

Diante desse quadro, a quebra de sigilo bancário e fiscal do ex-ministro Carlos Lupi é medida necessária para identificar movimentações financeiras atípicas que possam indicar recebimento de vantagens indevidas, favorecimento político ou outras práticas ilícitas. Trata-se de providência proporcional e indispensável para a elucidação dos fatos e responsabilização dos envolvidos.

Pelo exposto, peço aos Pares apoio na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Carlos Roberto Lupi, CPF nº 434.259.097-20, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC



(Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro de 2023, Carlos Lupi, quando ocupava o cargo de Ministro da Previdência Social no governo Lula, editou a Portaria MPS nº 342, avocando para si e para seu chefe de gabinete, o Sr. Marcelo de Oliveira Panella, a nomeação e a exoneração de diversos cargos de gestão e de chefia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ao promover a avocação de atribuições que seriam inerentes ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, que, à época, era ocupado por Glauco Wamburg, Carlos Lupi esvaziou a conhecida autonomia administrativa da autarquia previdenciária de conduzir a gestão de suas atribuições.

Como resultado da Portaria MPS nº 342, de 2023, Carlos Lupi nomeou Jucimar Fonseca da Silva (Portaria MPS nº 891, de 28 de março de 2023) e Geovani Batista Spiecker (Portaria MPS nº 889, de 28 de março de 2023), como Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios e Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, respectivamente.

De acordo com a representação de decretação de medidas cautelares diversas da prisão feita pela Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial



2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400), o Sr. Jucimar Fonseca da Silva foi o responsável, em conluio com demais agentes públicos do INSS, por promover a liberação irregular e ilegal de lote de mais de 30.000 (trinta mil) associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), após reunião com o seu presidente Aristides Veras dos Santos ocorrida em 16/06/2023.

Na mesma representação da Polícia Federal, consta que o Sr. Geovani Spiecker também inseriu, ainda que não autorizado, por duas vezes, lote de milhares de associados no sistema da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas.

Ao contrário do que afirma Carlos Lupi, existem evidências claras de que o ex-Ministro tinha conhecimento das irregularidades dos descontos associativos desde dia 12 de junho de 2023, por ter presidido naquela oportunidade a 296ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Nessa reunião, a Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti o avisou do aumento de denúncias de descontos associativos ilegais. Ao receber essa informação, Carlos Lupi, ao invés de agir, limitou-se a responder que não haveria condições de fazer a inclusão do tema de imediato, por ser necessário fazer um levantamento mais preciso.

A inação foi tão evidente, uma vez que não apontou, em depoimento perante esta CPMI, de que exerceu a supervisão ministerial prevista no art. 19 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para realizar o controle finalístico do INSS na gestão de consignações em folha de pagamento. Deixou simplesmente de averiguar a situação dos acordos de cooperação técnica (ACTs) que se encontravam com problemas de aumento de fraude na inclusão de consignações em folha de pagamento.



A falta do exercício da supervisão ministerial possibilitou, por exemplo, a realização da reunião entre Jucimar Fonseca da Silva, demais agentes públicos do INSS e a CONTAG que culminou na liberação de milhares descontos em folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

Além da 296ª reunião do CNPS, há provas de que Carlos Lupi reuniu-se com o Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União em 27 de setembro de 2023. Aroldo Cedraz é o relator da representação relativa aos descontos associativos indevidos. Essa questão foi levantada pela Deputada Federal Adriana Ventura durante o depoimento prestado por Carlos Lupi na 6ª reunião desta CPMI, tendo obtido a resposta de confirmação do encontro pelo depoente, que, aliás, segundo ele, ocorreu a pedido do ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

O próprio Carlos Lupi apontou, em coletiva de imprensa, que Stefanutto foi nomeado de sua inteira responsabilidade. Isso ocorreu no momento em que a Justiça Federal acolheu a representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400) para afastar, dentre outros, o ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

Ainda sobre a indagação da Deputada Federal Adriana Ventura, Carlos Lupi também confirmou que se encontrou, novamente em 8 de maio de 2024, com o Ministro Aroldo Cedraz. Um mês após houve a prolação do Acórdão 1.115/2024, que determinou a suspensão de novos descontos associativos até a adoção de providências de verificação de identidade, como a biometria.

Mesmo ciente de todas essas irregularidades e do aumento dos descontos associativos indevidos, Carlos Lupi não adotou nenhuma providência para exonerar Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker, como autorizado pela Portaria MPS nº 342, de 2023, que foi ele próprio quem a editou.

Esses fatos já revelam que, no mínimo, Carlos Lupi tornou-se partícipe dos delitos perpetrados por Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker. O quadro ainda se agrava, quando se considera que Carlos Lupi também nomeou



o Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida como substituto de Coordenador de Pagamentos e Gestão de Benefícios da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS em 9 de julho de 2024.

Esse agente público foi quem também, tal como o fez o Sr. Geovani Spiecker, inseriu, ainda que não autorizado, um lote de milhares de associados no sistema da DATAPREV no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas. Ou seja, um mês após a sua nomeação no cargo por Carlos Lupi, Reinaldo praticou ato criminoso de inserção de dados falsos em sistema da Administração Pública.

Essa sequência de fatos evidencia que o Ministro Carlos Lupi detinha todos os poderes necessários para fazer cessar ou atenuar a prática dos atos criminosos no INSS a partir do momento em que teve ciência das irregularidades dos descontos associativos em 12 de junho de 2023.

De acordo com a teoria do domínio do fato, de Claus Roxin e Hans Welzel, é considerado autor do crime aquele que detém o controle finalístico (o domínio) sobre a realização do verbo previsto no tipo penal. Ora, a Portaria MPS nº 342, de 2023, conferiu ao próprio Ministro da Previdência Social Carlos Lupi o poder de nomear e de exonerar os servidores que estejam no exercício de cargos de gestão e de chefia do INSS.

Mesmo com esse poder, Carlos Lupi resolveu não agir. Preferiu se omitir, mesmo ciente de todo o quadro de prejuízo potencial milionário a aposentados e a pensionistas. Omitiu-se no exercício da supervisão ministerial à autarquia vinculada ao Ministério do qual era titular. Deixou de exonerar aqueles que tinham o poder de melhorar a gestão de todos os processos de gestão de benefícios da Previdência Social.

Não bastasse tudo isso, ficou comprovado, após a apresentação de provas por este signatário, de que Carlos Lupi participou ativamente da oficialização da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e



Empreendedores Rurais (CONAFER) em 2011, quando era Ministro do Trabalho do governo Dilma.

Curiosamente, a própria CONAFER apresentou um crescimento exponencial de associados e de verbas a serem repassadas pelo INSS. A esse respeito, é importante aduzir que Carlos Lupi indicou o, à época, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS Alessandro Stefanutto em julho de 2023 para assumir a presidência da autarquia previdenciária.

Em agosto de 2023, a CONAFER apresentou um crescimento de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de valores repassados pela autarquia a título de descontos associativos, de acordo com o portal da transparência, pois saiu de um repasse de um pouco mais de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) para um pouco mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais)

Quer-se dizer: um mês após a nomeação e a posse do indicado por Carlos Lupi à presidência do INSS, a CONAFER teve um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta mensal a títulos e repasse de desconto associativo.

Esses elementos demonstram que há indícios claros e fortes de que Carlos Lupi pode ter tido alguma espécie de participação no concurso da prática dos crimes contra o INSS, em específico de corrupção passiva, de inserção de dados falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional, tal como narrado na representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400).

O art. 1º, § 4º, incs. VI, da Lei Complementar nº 105, de 2001, fixa que a quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente no crime contra a Administração Pública, como é o caso da corrupção passiva e de inserção de dados falsos ou, no mínimo, no caso de prevaricação (art. 319 do Código Penal).



A quebra do sigilo fiscal é medida estritamente proporcional e necessária para permitir rastrear movimentações, identificação de beneficiários e repasses entre o Carlos Lupi e os supostos autores e partícipes dos potenciais crimes praticados contra o INSS e aposentados e pensionistas, bem como com as entidades conveniadas e eventuais terceiros ainda não conhecidos ligados à “farra do INSS”.

Tal pedido está respaldado no §3º do art. 58 da CF, que autoriza as CPIs a solicitar quebra de sigilos com efeitos de autoridade judicial, além dos arts. 1º e 2º da Lei 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente conforme o art. 151 do Regimento Comum do Congresso.

Solicita-se, assim, a adoção imediata dessa medida, indispensável à elucidação completa dos fatos sob apuração, à responsabilização de eventuais envolvidos e à garantia da autoridade desta CPMI.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Deputado Marcel Van Hattem
(NOVO - RS)

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

Deputada Adriana Ventura
(NOVO - SP)

Deputado Luiz Lima
(NOVO - RJ)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que proceda-se à quebra de sigilo telemático do Senhor Carlos Roberto Lupi, CPF nº 434.259.097-20, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Para a transferência de sigilo telemático, solicita-se que sejam utilizados, como identificadores válidos, a URL <https://www.instagram.com/jcoliveiraa> do Instagram, a URL <https://www.facebook.com/oliveiradetrabalho> do Facebook e a URL <https://x.com/oliveiraporsp> do Twitter.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

b) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.



c) telemático (3), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro de 2023, Carlos Lupi, quando ocupava o cargo de Ministro da Previdência Social no governo Lula, editou a Portaria MPS nº 342, avocando para si e para seu chefe de gabinete, o Sr. Marcelo de Oliveira Panella, a nomeação e a exoneração de diversos cargos de gestão e de chefia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ao promover a avocação de atribuições que seriam inerentes ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, que, à época, era ocupado por Glauco Wamburg, Carlos Lupi esvaziou a conhecida autonomia administrativa da autarquia previdenciária de conduzir a gestão de suas atribuições.

Como resultado da Portaria MPS nº 342, de 2023, Carlos Lupi nomeou Jucimar Fonseca da Silva (Portaria MPS nº 891, de 28 de março de 2023) e Geovani Batista Spiecker (Portaria MPS nº 889, de 28 de março de 2023), como Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios e Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, respectivamente.

De acordo com a representação de decretação de medidas cautelares diversas da prisão feita pela Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400), o Sr. Jucimar Fonseca da



Silva foi o responsável, em conluio com demais agentes públicos do INSS, por promover a liberação irregular e ilegal de lote de mais de 30.000 (trinta mil) associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), após reunião com o seu presidente Aristides Veras dos Santos ocorrida em 16/06/2023.

Na mesma representação da Polícia Federal, consta que o Sr. Geovani Spiecker também inseriu, ainda que não autorizado, por duas vezes, lote de milhares de associados no sistema da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas.

Ao contrário do que afirma Carlos Lupi, existem evidências claras de que o ex-Ministro tinha conhecimento das irregularidades dos descontos associativos desde dia 12 de junho de 2023, por ter presidido naquela oportunidade a 296ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Nessa reunião, a Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti o avisou do aumento de denúncias de descontos associativos ilegais. Ao receber essa informação, Carlos Lupi, ao invés de agir, limitou-se a responder que não haveria condições de fazer a inclusão do tema de imediato, por ser necessário fazer um levantamento mais preciso.

A inação foi tão evidente, uma vez que não apontou, em depoimento perante esta CPMI, de que exerceu a supervisão ministerial prevista no art. 19 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para realizar o controle finalístico do INSS na gestão de consignações em folha de pagamento. Deixou simplesmente de averiguar a situação dos acordos de cooperação técnica (ACTs) que se encontravam com problemas de aumento de fraude na inclusão de consignações em folha de pagamento.

A falta do exercício da supervisão ministerial possibilitou, por exemplo, a realização da reunião entre Jucimar Fonseca da Silva, demais agentes



públicos do INSS e a CONTAG que culminou na liberação de milhares descontos em folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

Além da 296ª reunião do CNPS, há provas de que Carlos Lupi reuniu-se com o Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União em 27 de setembro de 2023. Aroldo Cedraz é o relator da representação relativa aos descontos associativos indevidos. Essa questão foi levantada pela Deputada Federal Adriana Ventura durante o depoimento prestado por Carlos Lupi na 6ª reunião desta CPMI, tendo obtido a resposta de confirmação do encontro pelo depoente, que, aliás, segundo ele, ocorreu a pedido do ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

O próprio Carlos Lupi apontou, em coletiva de imprensa, que Stefanutto foi nomeado de sua inteira responsabilidade. Isso ocorreu no momento em que a Justiça Federal acolheu a representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400) para afastar, dentre outros, o ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

Ainda sobre a indagação da Deputada Federal Adriana Ventura, Carlos Lupi também confirmou que se encontrou, novamente em 8 de maio de 2024, com o Ministro Aroldo Cedraz. Um mês após houve a prolação do Acórdão 1.115/2024, que determinou a suspensão de novos descontos associativos até a adoção de providências de verificação de identidade, como a biometria.

Mesmo ciente de todas essas irregularidades e do aumento dos descontos associativos indevidos, Carlos Lupi não adotou nenhuma providência para exonerar Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker, como autorizado pela Portaria MPS nº 342, de 2023, que foi ele próprio quem a editou.

Esses fatos já revelam que, no mínimo, Carlos Lupi tornou-se partícipe dos delitos perpetrados por Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker. O quadro ainda se agrava, quando se considera que Carlos Lupi também nomeou o Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida como substituto de Coordenador de



Pagamentos e Gestão de Benefícios da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS em 9 de julho de 2024.

Esse agente público foi quem também, tal como o fez o Sr. Geovani Spiecker, inseriu, ainda que não autorizado, um lote de milhares de associados no sistema da DATAPREV no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas. Ou seja, um mês após a sua nomeação no cargo por Carlos Lupi, Reinaldo praticou ato criminoso de inserção de dados falsos em sistema da Administração Pública.

Essa sequência de fatos evidencia que o Ministro Carlos Lupi detinha todos os poderes necessários para fazer cessar ou atenuar a prática dos atos criminosos no INSS a partir do momento em que teve ciência das irregularidades dos descontos associativos em 12 de junho de 2023.

De acordo com a teoria do domínio do fato, de Claus Roxin e Hans Velzel, é considerado autor do crime aquele que detém o controle finalístico (o domínio) sobre a realização do verbo previsto no tipo penal. Ora, a Portaria MPS nº 342, de 2023, conferiu ao próprio Ministro da Previdência Social Carlos Lupi o poder de nomear e de exonerar os servidores que estejam no exercício de cargos de gestão e de chefia do INSS.

Mesmo com esse poder, Carlos Lupi resolveu não agir. Preferiu se omitir, mesmo ciente de todo o quadro de prejuízo potencial milionário a aposentados e a pensionistas. Omitiu-se no exercício da supervisão ministerial à autarquia vinculada ao Ministério do qual era titular. Deixou de exonerar aqueles que tinham o poder de melhorar a gestão de todos os processos de gestão de benefícios da Previdência Social.

Não bastasse tudo isso, ficou comprovado, após a apresentação de provas por este signatário, de que Carlos Lupi participou ativamente da oficialização da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e



Empreendedores Rurais (CONAFER) em 2011, quando era Ministro do Trabalho do governo Dilma.

Curiosamente, a própria CONAFER apresentou um crescimento exponencial de associados e de verbas a serem repassadas pelo INSS. A esse respeito, é importante aduzir que Carlos Lupi indicou o, à época, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS Alessandro Stefanutto em julho de 2023 para assumir a presidência da autarquia previdenciária.

Em agosto de 2023, a CONAFER apresentou um crescimento de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de valores repassados pela autarquia a título de descontos associativos, de acordo com o portal da transparência, pois saiu de um repasse de um pouco mais de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) para um pouco mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais)

Quer-se dizer: um mês após a nomeação e a posse do indicado por Carlos Lupi à presidência do INSS, a CONAFER teve um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta mensal a títulos e repasse de desconto associativo.

Esses elementos demonstram que há indícios claros e fortes de que Carlos Lupi pode ter tido alguma espécie de participação no concurso da prática dos crimes contra o INSS, em específico de corrupção passiva, de inserção de dados falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional, tal como narrado na representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400).

O art. 2º da Lei nº 9.296, de 1996, estabelece, a contrario sensu, que é possível o deferimento do fluxo de comunicações em sistema de telemática quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, não existir outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida com reclusão.



O caso revela a existência de indícios de autoria e de materialidade da autoria de Carlos Lupi, no mínimo, na prática do crime de prevaricação ou de partícipe dos crimes de corrupção passiva e de inserção de dados falsos, diante da incidência da teoria do domínio do fato. Além disso, não há outros meios disponíveis para comprovar o fato e os crimes dos quais teve o domínio do fato são puníveis com pena de reclusão.

Tal pedido está respaldado no §3º do art. 58 da CF, que autoriza as CPIs a solicitar quebra de sigilos com efeitos de autoridade judicial, além dos arts. 1º e 2º da Lei 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente conforme o art. 151 do Regimento Comum do Congresso.

Solicita-se, assim, a adoção imediata dessa medida, indispensável à elucidação completa dos fatos sob apuração, à responsabilização de eventuais envolvidos e à garantia da autoridade desta CPMI.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Deputado Marcel Van Hattem
(NOVO - RS)

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

Deputada Adriana Ventura
(NOVO - SP)

Deputado Luiz Lima
(NOVO - RJ)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

8



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, que proceda-se à quebra de sigilo telefônico do Senhor Carlos Roberto Lupi, CPF nº 434.259.097-20, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro de 2023, Carlos Lupi, quando ocupava o cargo de Ministro da Previdência Social no governo Lula, editou a Portaria MPS nº 342, avocando para si e para seu chefe de gabinete, o Sr. Marcelo de Oliveira Panella, a nomeação e a exoneração de diversos cargos de gestão e de chefia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ao promover a avocação de atribuições que seriam inerentes ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, que, à época, era ocupado por



Glauco Wamburg, Carlos Lupi esvaziou a conhecida autonomia administrativa da autarquia previdenciária de conduzir a gestão de suas atribuições.

Como resultado da Portaria MPS nº 342, de 2023, Carlos Lupi nomeou Jucimar Fonseca da Silva (Portaria MPS nº 891, de 28 de março de 2023) e Geovani Batista Spiecker (Portaria MPS nº 889, de 28 de março de 2023), como Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios e Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, respectivamente.

De acordo com a representação de decretação de medidas cautelares diversas da prisão feita pela Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400), o Sr. Jucimar Fonseca da Silva foi o responsável, em conluio com demais agentes públicos do INSS, por promover a liberação irregular e ilegal de lote de mais de 30.000 (trinta mil) associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), após reunião com o seu presidente Aristides Veras dos Santos ocorrida em 16/06/2023.

Na mesma representação da Polícia Federal, consta que o Sr. Geovani Spiecker também inseriu, ainda que não autorizado, por duas vezes, lote de milhares de associados no sistema da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas.

Ao contrário do que afirma Carlos Lupi, existem evidências claras de que o ex-Ministro tinha conhecimento das irregularidades dos descontos associativos desde dia 12 de junho de 2023, por ter presidido naquela oportunidade a 296ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Nessa reunião, a Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti o avisou do aumento de denúncias de descontos associativos ilegais. Ao receber essa informação, Carlos Lupi, ao invés de agir, limitou-se a responder que não haveria



condições de fazer a inclusão do tema de imediato, por ser necessário fazer um levantamento mais preciso.

A inação foi tão evidente, uma vez que não apontou, em depoimento perante esta CPMI, de que exerceu a supervisão ministerial prevista no art. 19 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para realizar o controle finalístico do INSS na gestão de consignações em folha de pagamento. Deixou simplesmente de averiguar a situação dos acordos de cooperação técnica (ACTs) que se encontravam com problemas de aumento de fraude na inclusão de consignações em folha de pagamento.

A falta do exercício da supervisão ministerial possibilitou, por exemplo, a realização da reunião entre Jucimar Fonseca da Silva, demais agentes públicos do INSS e a CONTAG que culminou na liberação de milhares descontos em folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

Além da 296ª reunião do CNPS, há provas de que Carlos Lupi reuniu-se com o Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União em 27 de setembro de 2023. Aroldo Cedraz é o relator da representação relativa aos descontos associativos indevidos. Essa questão foi levantada pela Deputada Federal Adriana Ventura durante o depoimento prestado por Carlos Lupi na 6ª reunião desta CPMI, tendo obtido a resposta de confirmação do encontro pelo depoente, que, aliás, segundo ele, ocorreu a pedido do ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

O próprio Carlos Lupi apontou, em coletiva de imprensa, que Stefanutto foi nomeado de sua inteira responsabilidade. Isso ocorreu no momento em que a Justiça Federal acolheu a representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400) para afastar, dentre outros, o ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

Ainda sobre a indagação da Deputada Federal Adriana Ventura, Carlos Lupi também confirmou que se encontrou, novamente em 8 de maio de 2024, com o Ministro Aroldo Cedraz. Um mês após houve a prolação do Acórdão 1.115/2024,



que determinou a suspensão de novos descontos associativos até a adoção de providências de verificação de identidade, como a biometria.

Mesmo ciente de todas essas irregularidades e do aumento dos descontos associativos indevidos, Carlos Lupi não adotou nenhuma providência para exonerar Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker, como autorizado pela Portaria MPS nº 342, de 2023, que foi ele próprio quem a editou.

Esses fatos já revelam que, no mínimo, Carlos Lupi tornou-se partícipe dos delitos perpetrados por Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker. O quadro ainda se agrava, quando se considera que Carlos Lupi também nomeou o Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida como substituto de Coordenador de Pagamentos e Gestão de Benefícios da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS em 9 de julho de 2024.

Esse agente público foi quem também, tal como o fez o Sr. Geovani Spiecker, inseriu, ainda que não autorizado, um lote de milhares de associados no sistema da DATAPREV no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas. Ou seja, um mês após a sua nomeação no cargo por Carlos Lupi, Reinaldo praticou ato criminoso de inserção de dados falsos em sistema da Administração Pública.

Essa sequência de fatos evidencia que o Ministro Carlos Lupi detinha todos os poderes necessários para fazer cessar ou atenuar a prática dos atos criminosos no INSS a partir do momento em que teve ciência das irregularidades dos descontos associativos em 12 de junho de 2023.

De acordo com a teoria do domínio do fato, de Claus Roxin e Hans Velzel, é considerado autor do crime aquele que detém o controle finalístico (o domínio) sobre a realização do verbo previsto no tipo penal. Ora, a Portaria MPS nº 342, de 2023, conferiu ao próprio Ministro da Previdência Social Carlos Lupi o poder de nomear e de exonerar os servidores que estejam no exercício de cargos de gestão e de chefia do INSS.



Mesmo com esse poder, Carlos Lupi resolveu não agir. Preferiu se omitir, mesmo ciente de todo o quadro de prejuízo potencial milionário a aposentados e a pensionistas. Omitiu-se no exercício da supervisão ministerial à autarquia vinculada ao Ministério do qual era titular. Deixou de exonerar aqueles que tinham o poder de melhorar a gestão de todos os processos de gestão de benefícios da Previdência Social.

Não bastasse tudo isso, ficou comprovado, após a apresentação de provas por este signatário, de que Carlos Lupi participou ativamente da oficialização da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (CONAFER) em 2011, quando era Ministro do Trabalho do governo Dilma.

Curiosamente, a própria CONAFER apresentou um crescimento exponencial de associados e de verbas a serem repassadas pelo INSS. A esse respeito, é importante aduzir que Carlos Lupi indicou o, à época, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS Alessandro Stefanutto em julho de 2023 para assumir a presidência da autarquia previdenciária.

Em agosto de 2023, a CONAFER apresentou um crescimento de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de valores repassados pela autarquia a título de descontos associativos, de acordo com o portal da transparência, pois saiu de um repasse de um pouco mais de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) para um pouco mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais)

Quer-se dizer: um mês após a nomeação e a posse do indicado por Carlos Lupi à presidência do INSS, a CONAFER teve um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta mensal a títulos e repasse de desconto associativo.

Esses elementos demonstram que há indícios claros e fortes de que Carlos Lupi pode ter tido alguma espécie de participação no concurso da prática dos crimes contra o INSS, em específico de corrupção passiva, de inserção de dados



falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional, tal como narrado na representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400).

O art. 2º da Lei nº 9.296, de 1996, estabelece, a contrario sensu, que é possível o deferimento da interceptação telefônica quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, não existir outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida com reclusão.

O caso revela a existência de indícios de autoria e de materialidade da autoria de Carlos Lupi, no mínimo, na prática do crime de prevaricação ou de partícipe dos crimes de corrupção passiva e de inserção de dados falsos, diante da incidência da teoria do domínio do fato. Além disso, não há outros meios disponíveis para comprovar o fato e os crimes dos quais teve o domínio do fato são puníveis com pena de reclusão.

Tal pedido está respaldado no §3º do art. 58 da CF, que autoriza as CPIs a solicitar quebra de sigilos com efeitos de autoridade judicial, além dos arts. 1º e 2º da Lei 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente conforme o art. 151 do Regimento Comum do Congresso.

Solicita-se, assim, a adoção imediata dessa medida, indispensável à elucidação completa dos fatos sob apuração, à responsabilização de eventuais envolvidos e à garantia da autoridade desta CPMI.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Deputado Marcel Van Hattem
(NOVO - RS)

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

Deputada Adriana Ventura
(NOVO - SP)

Deputado Luiz Lima
(NOVO - RJ)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

9



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Carlos Roberto Lupi, CPF nº 434.259.097-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro de 2023, Carlos Lupi, quando ocupava o cargo de Ministro da Previdência Social no governo Lula, editou a Portaria MPS nº 342, avocando para si e para seu chefe de gabinete, o Sr. Marcelo de Oliveira Panella, a nomeação e a exoneração de diversos cargos de gestão e de chefia no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



Ao promover a avocação de atribuições que seriam inerentes ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, que, à época, era ocupado por Glauco Wamburg, Carlos Lupi esvaziou a conhecida autonomia administrativa da autarquia previdenciária de conduzir a gestão de suas atribuições.

Como resultado da Portaria MPS nº 342, de 2023, Carlos Lupi nomeou Jucimar Fonseca da Silva (Portaria MPS nº 891, de 28 de março de 2023) e Geovani Batista Spiecker (Portaria MPS nº 889, de 28 de março de 2023), como Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios e Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, respectivamente.

De acordo com a representação de decretação de medidas cautelares diversas da prisão feita pela Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400), o Sr. Jucimar Fonseca da Silva foi o responsável, em conluio com demais agentes públicos do INSS, por promover a liberação irregular e ilegal de lote de mais de 30.000 (trinta mil) associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), após reunião com o seu presidente Aristides Veras dos Santos ocorrida em 16/06/2023.

Na mesma representação da Polícia Federal, consta que o Sr. Geovani Spiecker também inseriu, ainda que não autorizado, por duas vezes, lote de milhares de associados no sistema da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas.

Ao contrário do que afirma Carlos Lupi, existem evidências claras de que o ex-Ministro tinha conhecimento das irregularidades dos descontos associativos desde dia 12 de junho de 2023, por ter presidido naquela oportunidade a 296ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).



Nessa reunião, a Sra. Tonia Andrea Inocentini Galletti o avisou do aumento de denúncias de descontos associativos ilegais. Ao receber essa informação, Carlos Lupi, ao invés de agir, limitou-se a responder que não haveria condições de fazer a inclusão do tema de imediato, por ser necessário fazer um levantamento mais preciso.

A inação foi tão evidente, uma vez que não apontou, em depoimento perante esta CPMI, de que exerceu a supervisão ministerial prevista no art. 19 Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para realizar o controle finalístico do INSS na gestão de consignações em folha de pagamento. Deixou simplesmente de averiguar a situação dos acordos de cooperação técnica (ACTs) que se encontravam com problemas de aumento de fraude na inclusão de consignações em folha de pagamento.

A falta do exercício da supervisão ministerial possibilitou, por exemplo, a realização da reunião entre Jucimar Fonseca da Silva, demais agentes públicos do INSS e a CONTAG que culminou na liberação de milhares descontos em folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

Além da 296ª reunião do CNPS, há provas de que Carlos Lupi reuniu-se com o Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União em 27 de setembro de 2023. Aroldo Cedraz é o relator da representação relativa aos descontos associativos indevidos. Essa questão foi levantada pela Deputada Federal Adriana Ventura durante o depoimento prestado por Carlos Lupi na 6ª reunião desta CPMI, tendo obtido a resposta de confirmação do encontro pelo depoente, que, aliás, segundo ele, ocorreu a pedido do ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

O próprio Carlos Lupi apontou, em coletiva de imprensa, que Stefanutto foi nomeado de sua inteira responsabilidade. Isso ocorreu no momento em que a Justiça Federal acolheu a representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400) para afastar, dentre outros, o ex-Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.



Ainda sobre a indagação da Deputada Federal Adriana Ventura, Carlos Lupi também confirmou que se encontrou, novamente em 8 de maio de 2024, com o Ministro Aroldo Cedraz. Um mês após houve a prolação do Acórdão 1.115/2024, que determinou a suspensão de novos descontos associativos até a adoção de providências de verificação de identidade, como a biometria.

Mesmo ciente de todas essas irregularidades e do aumento dos descontos associativos indevidos, Carlos Lupi não adotou nenhuma providência para exonerar Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker, como autorizado pela Portaria MPS nº 342, de 2023, que foi ele próprio quem a editou.

Esses fatos já revelam que, no mínimo, Carlos Lupi tornou-se partícipe dos delitos perpetrados por Jucimar Fonseca da Silva e Geovani Spiecker. O quadro ainda se agrava, quando se considera que Carlos Lupi também nomeou o Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida como substituto de Coordenador de Pagamentos e Gestão de Benefícios da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS em 9 de julho de 2024.

Esse agente público foi quem também, tal como o fez o Sr. Geovani Spiecker, inseriu, ainda que não autorizado, um lote de milhares de associados no sistema da DATAPREV no dia 01/08/2024, funcionando como preposto de associações em substituição às pessoas devidamente habilitadas. Ou seja, um mês após a sua nomeação no cargo por Carlos Lupi, Reinaldo praticou ato criminoso de inserção de dados falsos em sistema da Administração Pública.

Essa sequência de fatos evidencia que o Ministro Carlos Lupi detinha todos os poderes necessários para fazer cessar ou atenuar a prática dos atos criminosos no INSS a partir do momento em que teve ciência das irregularidades dos descontos associativos em 12 de junho de 2023.

De acordo com a teoria do domínio do fato, de Claus Roxin e Hans Velzel, é considerado autor do crime aquele que detém o controle finalístico (o domínio) sobre a realização do verbo previsto no tipo penal. Ora, a Portaria MPS



nº 342, de 2023, conferiu ao próprio Ministro da Previdência Social Carlos Lupi o poder de nomear e de exonerar os servidores que estejam no exercício de cargos de gestão e de chefia do INSS.

Mesmo com esse poder, Carlos Lupi resolveu não agir. Preferiu se omitir, mesmo ciente de todo o quadro de prejuízo potencial milionário a aposentados e a pensionistas. Omitiu-se no exercício da supervisão ministerial à autarquia vinculada ao Ministério do qual era titular. Deixou de exonerar aqueles que tinham o poder de melhorar a gestão de todos os processos de gestão de benefícios da Previdência Social.

Não bastasse tudo isso, ficou comprovado, após a apresentação de provas por este signatário, de que Carlos Lupi participou ativamente da oficialização da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (CONAFER) em 2011, quando era Ministro do Trabalho do governo Dilma.

Curiosamente, a própria CONAFER apresentou um crescimento exponencial de associados e de verbas a serem repassadas pelo INSS. A esse respeito, é importante aduzir que Carlos Lupi indicou o, à época, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS Alessandro Stefanutto em julho de 2023 para assumir a presidência da autarquia previdenciária.

Em agosto de 2023, a CONAFER apresentou um crescimento de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de valores repassados pela autarquia a título de descontos associativos, de acordo com o portal da transparência, pois saiu de um repasse de um pouco mais de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) para um pouco mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais)

Quer-se dizer: um mês após a nomeação e a posse do indicado por Carlos Lupi à presidência do INSS, a CONAFER teve um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta mensal a títulos e repasse de desconto associativo.



Esses elementos demonstram que há indícios claros e fortes de que Carlos Lupi pode ter tido alguma espécie de participação no concurso da prática dos crimes contra o INSS, em específico de corrupção passiva, de inserção de dados falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional, tal como narrado na representação da Polícia Federal nos autos do Inquérito Policial 2024.0045640 (processo nº 1070160-13.2024.4.01.3400).

O art. 1º, § 4º, incs. VI, da Lei Complementar nº 105, de 2001, fixa que a quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente no crime contra a Administração Pública, como é o caso da corrupção passiva e de inserção de dados falsos ou, no mínimo, no caso de prevaricação (art. 319 do Código Penal).

A quebra do sigilo bancário é medida estritamente proporcional e necessária para permitir rastrear movimentações, identificação de beneficiários e repasses entre o Carlos Lupi e os supostos autores e partícipes dos potenciais crimes praticados contra o INSS e aposentados e pensionistas, bem como com as entidades conveniadas e eventuais terceiros ainda não conhecidos ligados à “farra do INSS”.

Tal pedido está respaldado no §3º do art. 58 da CF, que autoriza as CPIs a solicitar quebra de sigilos com efeitos de autoridade judicial, além dos arts. 1º e 2º da Lei 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente conforme o art. 151 do Regimento Comum do Congresso.

Solicita-se, assim, a adoção imediata dessa medida, indispensável à elucidação completa dos fatos sob apuração, à responsabilização de eventuais envolvidos e à garantia da autoridade desta CPMI.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Deputado Marcel Van Hattem
(NOVO - RS)

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



Deputada Adriana Ventura
(NOVO - SP)

Deputado Luiz Lima
(NOVO - RJ)



10



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional,, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO ao CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF), em formato digital.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA– RIF do Senhor Eli Cohen (CPF 037.747.958-60) ENTRE JANEIRO DE 2025 E SETEMBRO DE 2025.

JUSTIFICAÇÃO

No curso dos trabalhos desta Comissão, surgiram informações que indicam risco de interferência política e tentativa de coação sobre depoentes, conforme reportado em matéria intitulada “Uma ajuda do PL a um depoente na CPMI do INSS”, publicada no blog Lauro Jardim do *O Globo*. Tal alegação reforça a necessidade de profundidade investigativa sobre o papel de operadores que podem atuar nos bastidores, articulando apoio ou favorecimento que comprometam a independência do processo.

Considerando que o Senhor **Eli Cohen** figura como provável integrante do esquema de fraudes que atingiu o INSS, cabe solicitar ao órgão



competente a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) detalhado, visando identificar movimentações atípicas, fluxos financeiros entre pessoas e entidades vinculadas ao caso, bem como eventuais vínculos financeiros com partidos políticos ou agentes externos que possam exercer influência sobre as apurações.

A inclusão de tais informações é essencial para que esta CPMI tenha à sua disposição subsídios robustos para confrontar versões, detectar redes de apoio financeiro e estruturar linha de investigação compatível com a gravidade dos indícios já coletados. Dessa forma, estará mais bem embasada a responsabilização plena dos envolvidos e a proteção da autonomia investigativa frente a possíveis interferências.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2025.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



11



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Eli Cohen, CPF nº 037.747.958-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 7 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

No curso dos trabalhos desta Comissão, surgiram informações que indicam risco de interferência política e tentativa de coação sobre depoentes, conforme reportado em matéria intitulada “Uma ajuda do PL a um depoente na CPMI do INSS”, publicada no blog Lauro Jardim do O Globo. Tal alegação reforça a necessidade de profundidade investigativa sobre o papel de operadores que podem



atuar nos bastidores, articulando apoio ou favorecimento que comprometam a independência do processo.

Ainda, reportagem de hoje, 07/10/2025, do Poder 360, "Pivô da CPI do INSS sugere em áudio suborno por silêncio", teve acesso e publicou um áudio de uma conversa do Sr. Cohen, já periciado para confirmação da autoria, em que ele afirma ter proposto vender seu silêncio e cobrado dinheiro de Camisotti:

O pivô da CPMI do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), Eli Cohen, sugeriu, em uma gravação, que poderia negociar o que dizer a respeito de Márcio Alaor, o “papa dos consignados”, em seu depoimento ao colegiado.

É o que sugere áudio de 39 minutos e 42 segundos ao qual o Poder360 teve acesso. A gravação foi feita em um local onde Eli conversa com outros 2 homens. Um deles é identificado como Rogério – não se trata do senador Rogério Marinho (PL-RN). O outro, é o policial aposentado Mauro Baccan. A data exata da gravação não é conhecida, mas fica claro que foi depois do depoimento de Eli à CPMI, realizado em 1º de setembro de 2025. Além disso, o áudio também sugere que Eli tenha tentado fechar um acordo de R\$ 7 milhões com o empresário Maurício Camisotti, que está preso.

(<https://www.poder360.com.br/poder-congresso/pivo-da-cpi-do-inss-sugere-em-audio-suborno-por-silencio/>).

Ao longo do áudio publicado, que dura quase 40 minutos, há vários trechos da conversa que sugerem que ele pode ter mentido em seu depoimento nesta CPMI em 01/09/2025.

Assim, o Senhor Eli Cohen ressurge como uma figura com possível envolvimento no esquema de fraudes que atingiu o INSS, sendo importante



apurar ainda se ele tem ligações financeiras com os investigados, diante das informações reveladas na reportagem.

A inclusão de tais informações é essencial para que esta CPMI tenha à sua disposição subsídios robustos para confrontar versões, detectar redes de apoio financeiro e estruturar linha de investigação compatível com a gravidade dos indícios já coletados. Dessa forma, estará mais bem embasada a responsabilização plena dos envolvidos e a proteção da autonomia investigativa frente a possíveis interferências.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



12



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da Senhora Danielle Miranda Fonteles, CPF nº 512.936.171-72, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de setembro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC



(Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A quebra de sigilo fiscal da senhora Daniela Maria Fontelles revela-se medida necessária diante da existência de fortes indícios de que a mesma recebeu recursos de origem ilícita. Conforme revelado em reportagem de ampla repercussão nacional,¹ corroborada por informações constantes no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) encaminhado pelo COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a beneficiária recebeu aproximadamente **cinco milhões de reais** em seis repasses efetuados entre novembro de 2023 e março de 2025 pelo empresário **Antônio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “Careca do INSS”.

Este indivíduo, que já se encontra preso preventivamente por decisão do Ministro do STF André Mendonça e que foi confirmada pela 2ª Turma do tribunal, figura como um dos principais investigados em um esquema de fraudes previdenciárias de grande escala, responsável por desviar vultosos recursos públicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante concessão irregular de benefícios e utilização de mecanismos de lavagem de dinheiro para ocultar a origem ilícita dos valores.

A proximidade temporal entre os repasses e a deflagração de operações policiais contra a organização criminosa reforça a suspeita de que os montantes transferidos à beneficiária possam estar vinculados a tais práticas. No



caso de Daniela Fontelles, além do recebimento atípico e incompatível com seu perfil econômico, há indícios de envolvimento em operações suspeitas de financiamento irregular, conforme apontado em documentos oficiais. A movimentação de valores expressivos, sem justificativa contratual clara e proveniente de indivíduo diretamente ligado a fraudes previdenciárias, demanda o rastreamento do fluxo financeiro com vistas a esclarecer a origem, a destinação e a eventual participação da publicitária na ocultação ou repasse de ativos ilícitos.

A medida de quebra de sigilo fiscal, ainda que excepcional, apresenta-se proporcional e indispensável para a elucidação dos fatos, pois permitirá verificar a compatibilidade dos recursos recebidos com a capacidade financeira da senhora Daniela Fontelles, identificar possíveis transferências subsequentes para terceiros, avaliar se houve intermediação empresarial e mapear eventuais mecanismos de lavagem. O direito ao sigilo fiscal, embora constitucionalmente protegido, não é absoluto, devendo ceder quando há justa causa, indícios consistentes de crime e necessidade de instrução investigativa, como no presente caso.

Assim, a quebra do sigilo fiscal da publicitária é providência imprescindível para que se possa aprofundar a apuração das fraudes no INSS, identificar a rota dos recursos desviados e responsabilizar os envolvidos de maneira efetiva, garantindo a transparência, a proteção do patrimônio público e a efetividade da persecução penal.

Do exposto, conto com o apoio dos parlamentares membros para a aprovação deste requerimento, com a devida solicitação de encaminhamento à Receita Federal com a remessa do material à CPMI no prazo máximo de 15 (quinze) dias.



1. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/publicitaria-de-campanhas-do-pt-recebeu-r-5-milhoes-do-careca-do-inss/>

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2025.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)



13



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Danielle Miranda Fonteles, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de novembro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A p

A Sra. Danielle Fonteles é amplamente conhecida por sua atuação em campanhas eleitorais de relevo nacional, inclusive vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Informações constantes em relatórios da Polícia Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) apontam que a mesma recebeu **R\$ 5 milhões em repasses do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”,** entre novembro de 2023 e março de 2025.



Os repasses foram realizados em **seis parcelas vultosas**, sem justificativa aparente de prestação de serviços, justamente no período de maior movimentação do esquema fraudulento que vitimou aposentados em todo o país.

Diante da gravidade dos fatos e da possibilidade concreta de que tais recursos tenham sido empregados em **ocultação de patrimônio ilícito ou financiamento irregular de campanhas políticas**, impõe-se a esta CPMI avançar nas apurações, mediante a análise detalhada das movimentações financeiras e patrimoniais da referida publicitária.

A medida é **indispensável para a plena elucidação** dos fatos investigados, atendendo ao interesse público e à finalidade constitucional da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2025.

Deputado Kim Kataguiri
(UNIÃO - SP)



14



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SERGIO MORO

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário da Senhora Danielle Miranda Fonteles, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de outubro de 2023 a 1º de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

JUSTIFICAÇÃO

A quebra de sigilo bancário da senhora Daniela Maria Fontelles revela-se medida necessária diante da existência de fortes indícios de que a mesma recebeu recursos de origem ilícita. Conforme revelado em reportagem de ampla repercussão nacional,¹ corroborada por informações constantes no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) encaminhado pelo COAF - Conselho de Controle de



Atividades Financeiras, a beneficiária recebeu aproximadamente **cinco milhões de reais** em seis repasses efetuados entre novembro de 2023 e março de 2025 pelo empresário **Antônio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “Careca do INSS”.

Este indivíduo, que já se encontra preso preventivamente por decisão do Ministro do STF André Mendonça e que foi confirmada pela 2ª Turma do tribunal, figura como um dos principais investigados em um esquema de fraudes previdenciárias de grande escala, responsável por desviar vultosos recursos públicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante concessão irregular de benefícios e utilização de mecanismos de lavagem de dinheiro para ocultar a origem ilícita dos valores.

A proximidade temporal entre os repasses e a deflagração de operações policiais contra a organização criminosa reforça a suspeita de que os montantes transferidos à beneficiária possam estar vinculados a tais práticas. No caso de Daniela Fontelles, além do recebimento atípico e incompatível com seu perfil econômico, há indícios de envolvimento em operações suspeitas de financiamento irregular, conforme apontado em documentos oficiais. A movimentação de valores expressivos, sem justificativa contratual clara e proveniente de indivíduo diretamente ligado a fraudes previdenciárias, demanda o rastreamento do fluxo financeiro com vistas a esclarecer a origem, a destinação e a eventual participação da publicitária na ocultação ou repasse de ativos ilícitos.

A medida de quebra de sigilo bancário, ainda que excepcional, apresenta-se proporcional e indispensável para a elucidação dos fatos, pois permitirá verificar a compatibilidade dos recursos recebidos com a capacidade financeira da senhora Daniela Fontelles, identificar possíveis transferências subsequentes para terceiros, avaliar se houve intermediação empresarial e mapear eventuais mecanismos de lavagem. O direito ao sigilo bancário, embora constitucionalmente protegido, não é absoluto, devendo ceder quando há justa causa, indícios consistentes de crime e necessidade de instrução investigativa, como no presente caso.



Assim, a quebra do sigilo bancário da publicitária é providência imprescindível para que se possa aprofundar a apuração das fraudes no INSS, identificar a rota dos recursos desviados e responsabilizar os envolvidos de maneira efetiva, garantindo a transparência, a proteção do patrimônio público e a efetividade da persecução penal.

Do exposto, conto com o apoio dos parlamentares membros para a aprovação deste requerimento, com a devida solicitação de encaminhamento ao COAF e ao Bacen com a remessa do material em 15 dias à CPMI.

1. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/publicitaria-de-campanhas-do-pt-recebeu-r-5-milhoes-do-careca-do-inss/>

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2025.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)



15

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, assim como, no caso específico deste requerimento, dada a natureza restritiva da solicitação, das disposições contidas na Lei Complementar nº 105/2001 e na Lei nº 12.965/2014, quando aplicáveis, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de QUEBRA e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de DANIELLE MIRANDA FONTELLES (CPF 512.936.171-72), publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa RJ RJ LTDA, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos: a) Bancário: movimentação financeira, entre janeiro de 2019 e julho de 2025, de todas as contas de depósitos, de poupança, de investimento e de outros bens, direitos e valores, inclusive mobiliários, assim como das operações com cartão de crédito; b) Fiscal: declarações de imposto de renda, entre janeiro de 2019 e julho de 2025, acompanhadas de dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: (1) Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); (2) Cadastro de Pessoa Física; (3) Cadastro de Pessoa Jurídica; (4) Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); (5) Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; (6) Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); (7) Rendimentos Recebidos de PJ (todos os



valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); (8) DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); (9) DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); (10) DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); (11) DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); (12) DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); (13) DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); (14) DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); (15) DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); (16) DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); (17) DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); (18) DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); (19) DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); (20) CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); (21) DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); (22) DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); (23) DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); (24) PAES (Parcelamento Especial); (25) PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); (26) SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); (27) SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); (28) SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); (29) COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco). Requer-se outrossim, com relação ao mesmo período, e no que couber, a disponibilização das notas fiscais emitidas, uma análise sobre a movimentação financeira, assim como uma análise comparativa entre a referida movimentação financeira e aquelas verificadas nos três anos anteriores ao período em questão. Registre-se que a presente ordem de levantamento de sigilo (quebra) e transferência de dados há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendose as informações requeridas serem enviadas em formato digital,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à



quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELLER, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao dia 1º de janeiro de 2019.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados);



SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

As Comissões Parlamentares de Inquérito desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao seu conhecimento.

A Constituição Federal investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, excepcionadas as medidas submetidas à reserva de jurisdição.

Medidas restritivas de Direitos fundamentais, como a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de qualquer pessoa sujeita a investigação legislativa podem ser legitimamente decretadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com diversos precedents do Supremo Tribunal Federal, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, ainda que superficialmente, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.

No caso concreto, a medida se revela não apenas necessária, mas absolutamente indispensável para a plena elucidação dos fatos investigados por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A senhora Danielle Miranda Fontelles, publicitária que atuou em campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e chegou a firmar acordo de colaboração premiada confessando o recebimento de R\$ 6 milhões, de forma irregular, para a prestação de serviços em uma campanha específica[1], recebeu transferências que totalizaram o valor de R\$ 5 milhões, entre o período de 3 de novembro de 2023 e 13 de março de 2025, de Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”,



Conforme já antecipado, a Sra. Danielle Fontelles alegou que as transferências decorreram da negociação de uma casa em Trancoso, Bahia, negociação que não foi concluída.

Relatório da Polícia Federal aponta que Antonio Carlos Camilo Antunes é sócio de vinte e duas empresas, sendo que várias delas foram utilizadas nas fraudes.

Segundo a PF, as empresas do “Careca do INSS” operaram como intermediárias dos sindicatos e associações, recebendo os recursos que eram debitados indevidamente dos aposentados e Pensionistas, e repassando parte deles a Servidores do Instituto ou familiares e empresas ligadas a eles.

A PF afirma que, ao todo, pessoas físicas e jurídicas ligadas ao “Careca do INSS” receberam R\$ 53.586.689,10 diretamente das entidades associativas ou por intermédio de suas empresas.

As investigações ainda apontam que as transações realizadas por Antônio Carlos destoam e são muito superiores à sua suposta renda. Segundo o relatório, entre os dias 22 de abril de 2024 e 16 de julho de 2024 (menos de três meses), o “careca do INSS” acumulou patrimônio imobilizado no valor de R\$ 14,375 milhões.

Como se nota, o “Careca do INSS” encontra-se no epicentro de um sofisticado esquema de descontos irregulares de aposentados e pensionistas do INSS e de ocultação de valores, por meio de sua pulverização de recursos em contas de pessoas físicas e jurídicas diversas, próprias ou de terceiras pessoas.

É fundamental que se siga o rastro do dinheiro, desvende-se a cadeia de comando e os seus inúmeros beneficiários e se exponha a integralidade desta organização criminosa cuja atuação funesta vitimou milhões de brasileiros vulneráveis, por meio da necessária quebra do sigilo fiscal e bancário de Danielle



Miranda Fonteles. Além de necessária, a medida se mostra proporcional e indispensável para o bom termo dos trabalhos deste colegiado.

A legitimidade da prática da medida pleiteada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito já foi amplamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Senão, vejamos:

"O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (Disclosure) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula." (MS 24.817, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 3-2 2005, Plenário, DJE de 6-11-2009.)

"A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida" (MS 24.749, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 29-9-2004, Plenário, DJ de 5-11-2004.).

Consideramos, portanto, presentes neste requerimento os indícios suficientes para caracterizar a necessidade da medida pleiteada, que é proporcional e legítima. Consideramos ainda que o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e TRANSFERÊNCIA, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de DANIELLE MIRANDA FONTELLES (CPF 512.936.171-72) é fundamental para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.



Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] Conforme noticiado em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/pt-da-bahia-chega-a-acordo-e-paga-r-460-mil-a-delatora-da-lava-jato>.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2025.

Deputado Beto Pereira
(PSDB - MS)



16



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Marco Aurélio Gomes, CPF nº 436.070.708-81, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Segundo matérias jornalísticas, Marco Aurélio Gomes é apontado como Diretor de quatro entidades beneficiadas pelo esquema, a saber: Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev, ANDAPP e AASAP. Essas entidades movimentaram irregularmente milhões de reais obtidos a partir dos descontos indevidos em benefícios previdenciários.



Assim, é essencial que esta CPMI tenha acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira de Marco Aurélio Gomes, para confrontar com o relatório dos demais diretores e presidentes das entidades citadas. Examinar esse fluxo financeiro é, portanto, crucial para desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para subsidiar os trabalhos desta Comissão, o Relatório de Inteligência Financeira de Marco Aurélio Gomes, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2025.

Deputado Rogério Correia
(PT - MG)



17



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda, CNPJ nº 07.754.893/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com elementos indispensáveis à apuração de possíveis desvios de recursos oriundos de descontos compulsórios realizados sobre benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas vinculados ao INSS.

A empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda., de propriedade do Sr. Carlos Eduardo Teixeira Júnior, cunhado da filha do ex-presidente do Sindnapi, João Batista Inocentini, recebeu o montante de R\$ 2.294.879,68 da entidade sindical durante a gestão de Milton Cavalo. As circunstâncias da contratação levantam preocupações quanto à ausência de critérios técnicos objetivos ou de procedimento competitivo, sugerindo possível favorecimento a pessoas ligadas ao núcleo familiar da alta direção do sindicato.



Em razão da relação de parentesco entre o proprietário da empresa e a família do ex-dirigente sindical, bem como da magnitude dos valores envolvidos, torna-se imprescindível a verificação da existência de contraprestação real pelos serviços contratados, a investigação de possível sobrepreço ou contratação simulada, e a identificação dos beneficiários finais dos recursos repassados, com o fim de apurar eventual canalização indireta de recursos a agentes ligados à cúpula da entidade

A medida é indispensável à reconstrução dos fluxos financeiros e ao rastreamento de eventuais irregularidades na destinação de valores provenientes de descontos compulsórios incidentes sobre benefícios previdenciários.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos membros desta Comissão para aprovação do presente requerimento, a fim de garantir o acesso às informações necessárias para o esclarecimento dos fatos e o avanço das investigações em curso.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



18



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presiddente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Esférica Assessoria de Sistemas de Informática Ltda, CNPJ nº 07.754.893/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito por meio da obtenção de informações relevantes para a apuração de indícios de irregularidades envolvendo a destinação de recursos oriundos de descontos compulsórios aplicados sobre benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas vinculados ao INSS.

A empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda., de titularidade do Sr. Carlos Eduardo Teixeira Júnior, recebeu o valor de R \$2.294.879,68 do Sindnapi durante a gestão de Milton Baptista de Souza Filho. O proprietário da empresa é cunhado da filha do ex-presidente da entidade, João Batista Inocentini, o que indica vínculos familiares com a alta direção sindical



à época dos contratos. Tais circunstâncias motivam questionamentos sobre os critérios de seleção da empresa e a eventual ausência de processo técnico ou competitivo que justificasse a contratação.

Diante do contexto e da magnitude dos valores envolvidos, entende-se como necessária a verificação de eventuais indícios de favorecimento, da efetiva prestação dos serviços contratados e da destinação final dos recursos recebidos. A apuração busca esclarecer se houve repasses indiretos a pessoas ligadas à direção da entidade ou a utilização da estrutura empresarial para movimentações financeiras incompatíveis com a atividade formalmente declarada.

Considerando esses elementos, a requisição de informações contidas no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao CNPJ da empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda. é medida essencial para a análise das operações financeiras eventualmente relacionadas aos fatos investigados.

Dessa forma, solicita-se o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação do presente requerimento, com vistas a assegurar o acesso a informações estratégicas à elucidação dos fatos sob apuração.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



19



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Marco Aurélio Gomes, CPF nº 436.070.708-81, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com documentos obtidos pela Polícia Federal, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), o senhor Marco Aurélio Gomes passou a ocupar cargos de direção em entidades como Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev, ANDAPP e AASAP, logo após a deflagração da Operação Sem Desconto, em abril deste ano — operação que resultou na apreensão de veículos de luxo e na identificação de um esquema de desvio de recursos que alcança cerca de R\$ 700 milhões provenientes de descontos indevidos em aposentadorias e pensões.

Conforme noticiado pelo Metrôpoles[1], Marco Aurélio foi alçado à presidência e direção das associações no lugar de seus primos Felipe Macedo Gomes



e Igor Dias Delecrode, investigados como mentores do esquema. Há indícios de que sua nomeação tenha ocorrido com o objetivo de preservar a continuidade das operações ilícitas e ocultar o real controle das entidades pelos investigados originais, configurando possível tentativa de obstrução das investigações e lavagem de capitais por interpostas pessoas.

Os relatórios financeiros encaminhados a esta CPMI revelam que, mesmo após a substituição formal de seus dirigentes, as associações mantiveram as mesmas empresas contratadas e o mesmo padrão de movimentações financeiras suspeitas, indicando que Marco Aurélio Gomes pode ter atuado como gestor de fachada, em nome e benefício dos investigados principais.

Diante da gravidade das denúncias e da relevância de seu papel na estrutura das associações, a quebra de sigilo do senhor Marco Aurélio Gomes é medida imprescindível para esclarecer a sucessão administrativa das entidades, o fluxo de recursos após a deflagração da operação policial, e a eventual participação de familiares dos investigados na manutenção das fraudes.

[1] ricos-entidades <https://www.metropoles.com/sao-paulo/farrado-inss-novos>

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)



20



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da Lei nº 5.172/1966, art. 198, §1º, I e II, a transferência do sigilo fiscal envolvendo as informações referentes às notas fiscais que seguem listadas.

Aeronaves:

Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV

Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM

Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito identificou, ao longo das diligências, elementos que tornam relevante a obtenção das notas fiscais referentes às aeronaves acima listadas, uma vez que há indícios consistentes de aquisição de patrimônio a descoberto, bem como é importante conhecer da manutenção das mesmas.



Dessa forma, é medida necessária para o pleno entendimento dos fatos em apuração no âmbito desta CPMI.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator



21



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, CNPJ nº 51.423.646/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem como fundamento informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, além de dados colhidos em investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, e em reportagens jornalísticas que apontam a existência de fluxos financeiros entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo os elementos disponíveis, a empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais Ltda. (CNPJ nº 51.423.646/0001-12) movimentou aproximadamente R\$ 550.000,00, sendo identificada como destinatária de valores intermediados por Eric Fidelis em operações relacionadas ao sistema associativo de aposentados e pensionistas. O quadro societário da empresa é composto por Eric



Douglas Martins Fidelis e Maria das Dores Pessoa Santos Neta, sua esposa, ambos atuando como sócios-administradores.

Importa destacar que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, e figura em relatórios elaborados pelo COAF e pela Polícia Federal como intermediário de operações financeiras envolvendo operadores de entidades associativas e pessoas jurídicas, fato que evidencia a necessidade de apuração detalhada acerca da natureza dessas transações e de sua eventual relação com recursos de origem previdenciária.

Diante da relevância das informações e do volume dos valores movimentados, a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais Ltda. revela-se medida imprescindível para o pleno exercício da função investigatória desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Tal providência permitirá o rastreamento detalhado dos fluxos financeiros, a identificação dos reais beneficiários dos recursos, a verificação da compatibilidade entre as operações e a capacidade econômico-financeira declarada, além da detecção de eventuais mecanismos de ocultação patrimonial, repasses indiretos e uso de interpostas pessoas. A ausência dessas informações limitaria a profundidade da apuração e comprometeria a efetividade dos trabalhos desta CPMI.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo decretada por CPI é legítima quando observados os requisitos legais: existência concreta de *causa provável* lastreada em fatos específicos, deliberação sob o princípio da colegialidade e fundamentação que explicita as razões da medida. No Mandado de Segurança (MS) 23.860, firmou-se o atendimento à exigência de fundamentação com base em indícios objetivos; no MS 24.817, assentou-se que atos que importem restrição de direitos — como a revelação de operações financeiras — dependem de decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, estabeleceu-se que a motivação da CPI deve indicar



as razões determinantes sem exigir o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Nessa linha, em decisão mais recente, o STF, manifestou-se da seguinte forma:

"IV- É longo - e continua firme - o entendimento consolidado nesta Corte segundo o qual as comissões parlamentares de inquérito têm como ponto de partida elementos indiciários, longe ficando de revelar, ao primeiro exame, a convicção a respeito de práticas ilícitas de autoridades públicas ou privadas, empreendendo investigações de natureza política, não sendo exigível delas fundamentação exaustiva às diligências que determinam no curso de seus trabalhos, tal como ocorre com as decisões judiciais" (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

Diante de todo o exposto, a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Concilium Soluções e Participações Empresariais Ltda. apresenta-se como medida necessária, adequada e proporcional para subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI, viabilizando o aprofundamento da investigação, a identificação de eventuais ilícitos e a responsabilização dos agentes envolvidos.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



22



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E&A Security LTDA, CNPJ nº 53.143.198/0001-29, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações



sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, reportagens jornalísticas e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a existência de repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com possíveis vínculos com servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo as informações disponíveis, a E&A SECURITY LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.143.198/0001-29, consta no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis com movimentações financeiras da ordem de aproximadamente R\$ 1 milhão. A empresa foi constituída em 12/2023, tendo como sócio-administrador o Sr. Américo Monte.

Cabe destacar que Américo Monte é apontado pela Polícia Federal como integrante da rede de entidades que inclui a Amar Brasil (ACT 2022),



Masterprev (ACT 2023), ANDAPP (ACT 2024) e AASAP (ACT 2024), em conjunto com os senhores Igor Dias Delecrode, Felipe Macedo Gomes e Anderson Cordeiro.

No mesmo RIF, constam transações significativas, tais como: R\$ 3,9 milhões provenientes da Master Prev Clube de Benefícios; R\$ 3,7 milhões do Sr. Américo Monte Junior; R\$ 2 milhões da F2A Construtora e Incorporadora S.A., empresa iniciada em 09/2013, cujos diretores são Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro de Vasconcelos e Felipe Macedo Gomes; R\$ 842 mil direcionados ao Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos; e R\$ 48 mil para a MEU BEM PROTEGIDO.COM Serviços Administrativos, gerenciada pela neta de Américo Monte Junior, Sra. Micaela da Silva Magalhães. Essas movimentações evidenciam transações relevantes no contexto das operações associativas de aposentados e pensionistas, reforçando a necessidade de verificação detalhada da origem, destinação e intermediação desses recursos.

Estima-se que a rede de entidades supramencionada tenha transacionado descontos da ordem de R\$ 690 milhões, apresentando crescimento expressivo durante o governo Lula 3. Destaca-se que o vínculo do agente com essas entidades é relevante, considerando que elas foram objeto de investigações conduzidas pela Polícia Federal, constam em relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e integram o rol de organizações investigadas em Processos Administrativos de Responsabilização, a saber: PAR nº 00190.106851/2025-31 (AASAP); PAR nº 00190.106875/2025-91 (ABCB – Amar Brasil); PAR nº 00190.106876/2025-35 (ANDAPP); e PAR nº 00190.106878/2025-24 (Master Prev).

Frisa-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, tendo seu nome registrado em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de transações financeiras entre operadores de entidades associativas de aposentados e pensionistas e pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de apuração detalhada das transações.



Diante desse cenário, mostra-se imprescindível a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa E&A Security Ltda., medida que se revela essencial para o rastreamento dos fluxos financeiros, a identificação dos reais beneficiários, a verificação da compatibilidade entre as movimentações e a capacidade econômico-financeira declarada, e a detecção de eventuais mecanismos de dissimulação patrimonial, repasses indiretos ou uso de interpostas pessoas. Tais informações são vitais para subsidiar, com rigor técnico, os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, permitindo esclarecer de forma precisa a participação da empresa e de seus sócios nas operações sob apuração.

Conforme orientação consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo deliberada por CPI é válida quando atendidos os requisitos legais: (i) existência de causa provável amparada em fatos concretos, (ii) deliberação colegiada, e (iii) fundamentação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, reconheceu-se a necessidade demonstração da existência concreta de causa provável que legitime a quebra do sigilo; no MS 24.817, afirmou-se que atos restritivos de direitos — como a exposição de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, estabeleceu-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes, sem impor o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Em reforço, entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos. No presente requerimento, tais pressupostos estão atendidos: há indícios suficientes, a providência mostra-se necessária e proporcional ao objeto definido e constitui medida excepcional adequada à elucidação dos fatos.

Considerando a natureza e o volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da E&A SECURITY LTDA, a fim de esclarecer a origem, a destinação e a eventual relação dos recursos com repasses



intermediados por Eric Fidelis, subsidiando tecnicamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



23



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 53.482.769/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) relacionado ao Sr. Eric Fidelis, além de dados oriundos de reportagens jornalísticas e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a existência de repasses financeiros entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com possíveis vínculos com servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com as informações disponíveis, a empresa Ect Participações e Empreendimentos Ltda. (CNPJ nº 53.482.769/0001-50) realizou movimentações financeiras relevantes, no montante aproximado de R\$ 550.000,00, figurando como destinatária de valores intermediados por Eric Fidelis em operações relacionadas a entidades do sistema associativo de aposentados. Consta do quadro societário da empresa a participação de Caroline Martins Fidelis, Eric



Douglas Martins Fidelis e Thales Martins Felix Fidelis, todos na condição de sócios-administradores.

Destaca-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, e aparece em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário em transações financeiras envolvendo operadores de entidades associativas e pessoas jurídicas. Esse contexto reforça a necessidade de apuração minuciosa sobre a natureza e a origem das operações realizadas, bem como a eventual participação de agentes públicos ou privados em possíveis esquemas ilícitos relacionados ao uso de recursos provenientes de contribuições previdenciárias.

Considerando a natureza e o volume das movimentações financeiras, justifica-se a necessidade de verificação detalhada dos registros bancários e fiscais da empresa Ect Participações e Empreendimentos Ltda. Essa medida é essencial para que esta Comissão possa identificar a origem e o destino dos valores envolvidos, a cadeia de beneficiários, a compatibilidade das operações com a capacidade econômica declarada e a eventual utilização de interpostas pessoas ou mecanismos de dissimulação patrimonial.

A legitimidade constitucional dessa medida encontra respaldo sólido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A transferência de sigilo decretada por CPI é legítima quando observados os requisitos legais: existência concreta de causa provável lastreada em fatos específicos, deliberação sob o princípio da colegialidade e fundamentação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, firmou-se o atendimento à exigência de fundamentação com base em indícios objetivos; no MS 24.817, assentou-se que atos que importem restrição de direitos — como a revelação de operações financeiras — dependem de decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes sem exigir o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.



Entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos.

Dessa forma, a presente solicitação atende integralmente aos requisitos exigidos para a adoção de medida excepcional como a quebra de sigilo bancário e fiscal, revelando-se necessária, proporcional e adequada para subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI, aprofundar a investigação e viabilizar a responsabilização dos agentes eventualmente envolvidos em práticas ilícitas.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



24



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 53.482.769/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 1º de janeiro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Tal solicitação apoia-se em informações extraídas do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) vinculado ao Sr. Eric Fidelis, além de elementos constantes em investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, bem como em reportagens jornalísticas que revelam possíveis fluxos financeiros irregulares entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente associadas a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo os dados disponíveis, a empresa Ect Participações e Empreendimentos Ltda. (CNPJ nº 53.482.769/0001-50) foi identificada como destinatária de recursos intermediados por Eric Fidelis, registrando movimentações financeiras que totalizam cerca de R\$ 550.000,00. A composição



societária da empresa inclui Caroline Martins Fidelis, Eric Douglas Martins Fidelis e Thales Martins Felix Fidelis, todos atuando como sócios-administradores. Ressalte-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, e consta em relatórios produzidos pelo COAF e pela Polícia Federal como intermediário de operações financeiras envolvendo entidades associativas e pessoas jurídicas — fato que reforça a necessidade de aprofundamento investigativo.

Em razão da natureza das transações e da vinculação entre os envolvidos, torna-se fundamental que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) tenha acesso a informações consistentes e detalhadas que subsidiaram a elaboração dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) referentes à referida empresa. A obtenção desses elementos técnicos — como dados sobre padrões de movimentação atípica, critérios utilizados para classificação de risco e histórico das operações reportadas — é essencial para que a CPMI possa avaliar a coerência das conclusões apresentadas nos relatórios, reconstruir com precisão o fluxo financeiro e identificar beneficiários finais, origens e destinações dos valores movimentados.

A requisição do RIF não se trata de simples diligência acessória, mas de ferramenta indispensável ao exercício do poder investigatório conferido às Comissões Parlamentares de Inquérito pelo art. 58, § 3º, da Constituição Federal. Sem acesso a esses dados, a apuração dos fatos restaria incompleta, impossibilitando a verificação da legalidade das operações e o esclarecimento da eventual participação de agentes públicos ou privados em condutas ilícitas.

Assim, a requisição de informações, inclusive do RIF, mostra-se juridicamente adequada, legítima e indispensável ao aprofundamento das



investigações conduzidas por esta CPMI, permitindo o esclarecimento dos fatos sob apuração e a responsabilização dos eventuais agentes envolvidos.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



25



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, CNPJ nº 51.423.646/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento apoia-se em informações contidas no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, bem como em dados obtidos a partir de investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, além de reportagens jornalísticas que indicam a existência de possíveis fluxos financeiros irregulares entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas potencialmente vinculadas a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo as informações levantadas, a empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais Ltda. (CNPJ nº 51.423.646/0001-12) foi identificada como beneficiária de recursos intermediados por Eric Fidelis, apresentando



movimentações financeiras que alcançam aproximadamente R\$ 550.000,00. A composição societária da empresa inclui Eric Douglas Martins Fidelis e Maria das Dores Pessoa Santos Neta, ambos na qualidade de sócios-administradores. Ressalte-se que Eric Douglas, filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, figura em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de operações financeiras entre entidades associativas e pessoas jurídicas, o que reforça a relevância do aprofundamento das apurações.

Diante da relevância dos fatos, a requisição do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) se apresenta como medida indispensável para a continuidade e efetividade dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). A obtenção de informações consistentes que fundamentaram a elaboração dos relatórios — como parâmetros utilizados para a detecção de transações atípicas, perfis de risco, estrutura dos fluxos financeiros e identificação de beneficiários finais — permitirá reconstruir com precisão a trajetória dos valores movimentados, avaliar sua compatibilidade com a capacidade econômica dos envolvidos e verificar eventual utilização de recursos previdenciários em operações ilícitas.

A requisição do RIF não se limita a complementar as investigações já em curso: ela representa um instrumento técnico fundamental para a análise do comportamento financeiro dos investigados e para a formação de juízo fundamentado sobre a licitude ou ilicitude das operações realizadas. Sem essas informações, as investigações parlamentares permaneceriam incompletas e desprovidas dos elementos essenciais à identificação de eventuais condutas irregulares e à responsabilização dos agentes envolvidos.

O acesso aos elementos técnicos que compõem o RIF permitirá a esta CPMI aprofundar a investigação, esclarecer a origem e a destinação dos recursos movimentados e avançar no cumprimento de sua missão institucional de apurar



possíveis irregularidades no uso de valores provenientes de contribuições de aposentados e pensionistas.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa E&A Security LTDA, CNPJ nº 53.143.198/0001-29, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A apuração conduzida no âmbito da Operação Sem Desconto, pela Polícia Federal, somada a reportagens jornalísticas e a elementos constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, indica a existência de fluxos financeiros entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do INSS.

Entre os pontos mapeados, consta que a E&A Security Ltda. (CNPJ nº 53.143.198/0001-29), constituída em 12/2023 e administrada pelo Sr. Américo Monte, apresenta movimentações na ordem de R\$ 1 milhão no RIF de Eric Fidelis,



caracterizando-se como destinatária de recursos intermediados pelo mencionado investigado no contexto de operações associativas.

A Polícia Federal aponta Américo Monte como integrante de uma rede que envolve Amar Brasil (ACT 2022), Masterprev (ACT 2023), ANDAPP (ACT 2024) e AASAP (ACT 2024), em conjunto com Igor Dias Delecrode, Felipe Macedo Gomes e Anderson Cordeiro. No mesmo RIF, aparecem transações relevantes: R\$ 3,9 milhões provenientes da Master Prev Clube de Benefícios; R\$ 3,7 milhões de Américo Monte Junior; R\$ 2 milhões da F2A Construtora e Incorporadora S.A. (diretores: Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro e Felipe Macedo); além de R\$ 842 mil destinados a Anderson Cordeiro e R\$ 48 mil à MEU BEM PROTEGIDO.COM Serviços Administrativos, gerida por Micaela da Silva Magalhães, neta de Américo Monte Junior. Tais relações evidenciam um circuito de repasses que demanda esclarecimentos quanto à origem, intermediação e destino dos valores.

Estima-se, ademais, que a rede mencionada tenha movimentado cerca de R\$ 690 milhões em descontos incidentes sobre benefícios previdenciários, com crescimento expressivo no período recente. As entidades citadas figuram em auditorias da CGU e em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.106851/2025-31 (AASAP), PAR nº 00190.106875/2025-91 (ABCB – Amar Brasil), PAR nº 00190.106876/2025-35 (ANDAPP) e PAR nº 00190.106878/2025-24 (Master Prev).

Registre-se, por fim, que Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor da DIRBEN/INSS, André Fidelis, aparece em relatórios do COAF e da PF como intermediador de transações entre operadores de entidades associativas e pessoas jurídicas, reforçando a pertinência de aprofundar a análise financeira dos eventos descritos.

Diante desse conjunto de fatos, impõe-se a requisição de Relatório de Inteligência Financeira, bem como dos elementos técnicos que embasaram sua elaboração no tocante à E&A Security Ltda. O acesso a tais insumos é essencial para reconstruir os fluxos financeiros mapeados, avaliar a compatibilidade entre



a movimentação e a capacidade econômica declarada; e ainda, para verificar eventuais vínculos com recursos originados de descontos sobre benefícios previdenciários. Sem essas informações estruturantes, a investigação parlamentar ficaria incompleta e privada de base técnica para conclusões fáticas e jurídicas seguras.

Desta forma, a requisição do RIF e de seus elementos instrutórios mostra-se juridicamente adequada, necessária e proporcional para subsidiar os trabalhos desta CPMI do INSS e permitir o devido esclarecimento dos fatos sob exame.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



27



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., CNPJ nº 18.932.338/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação ampara-se em elementos colhidos no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, bem como em reportagens e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas ou jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do INSS.

Conforme informações constantes do RIF, a F2A Construtora e Incorporadora S.A. (CNPJ nº 18.932.338/0001-47) registrou movimentações financeiras próximas de R\$ 1 milhão. Constituída em setembro de 2023, a sociedade tem como diretores Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro de Vasconcelos



e Felipe Macedo Gomes. Há indícios de que a F2A integre a rede empresarial associada às entidades Amar Brasil (ACT 2022), Masterprev (ACT 2023), ANDAPP (ACT 2024) e AASAP (ACT 2024), administradas por Igor Dias Delecrode, Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro e Américo Monte, o que torna relevante o acompanhamento de suas transações no contexto das operações associativas de aposentados e pensionistas.

O mesmo RIF aponta operações de maior vulto, tais como: R\$ 3,9 milhões provenientes da Master Prev Clube de Benefícios; R\$ 3,7 milhões do Sr. Américo Monte Junior; R\$ 1 milhão da E&A Security Ltda.; R\$ 842 mil destinados ao Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos; e R\$ 48 mil para a MEU BEM PROTEGIDO.COM Serviços Administrativos, gerida por Micaela da Silva Magalhães, neta de Américo Monte Junior. Tais registros demonstram a necessidade de escrutínio técnico sobre origem, destinação e intermediação desses recursos.

Estima-se que a rede de entidades citada tenha movimentado cerca de R\$ 690 milhões em descontos incidentes sobre benefícios previdenciários, com crescimento expressivo no período recente. Essas organizações são objeto de investigações da PF, constam em relatórios da CGU e figuram em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.106851/2025-31 (AASAP), PAR nº 00190.106875/2025-91 (ABCB – Amar Brasil), PAR nº 00190.106876/2025-35 (ANDAPP) e PAR nº 00190.106878/2025-24 (Master Prev).

Registre-se, ainda, que Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor da DIRBEN/INSS, André Fidelis, aparece em relatórios do COAF e da PF como intermediário de transações entre operadores de entidades associativas e empresas privadas, o que reforça a necessidade de aprofundamento das apurações.

Para além da análise de extratos e documentos contábeis, mostra-se imprescindível requisitar Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado à UIF/COAF relativamente à F2A Construtora e Incorporadora S.A. O RIF — apoiado em parâmetros de atipicidade, identificação de contrapartes e padrões transacionais — permitirá reconstruir com precisão os fluxos financeiros, avaliar



a compatibilidade entre as movimentações e a capacidade econômico-fiscal declarada, identificar beneficiários finais e detectar fracionamentos, circularidade e uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a investigação permaneceria fragmentada, sem a visão sistêmica necessária para mensurar a real extensão das operações sob exame.

Diante do exposto, justifica-se a requisição do RIF atualizado e a verificação documental e financeira da F2A Construtora e Incorporadora S.A., de modo a subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI do INSS e esclarecer a origem, a destinação e a eventual vinculação dos recursos a repasses intermediados por Eric Fidelis.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



28



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA, CNPJ nº 51.678.959/0001-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem como lastro informações extraídas do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, além de reportagens e de investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, a qual investiga repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com eventuais vínculos com servidores do INSS.

De acordo com o referido RIF, a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda. (CNPJ 51.678.959/0001-11), constituída em 03/08/2023 e baixada em 21/05/2025, registrou movimentações financeiras relevantes no contexto das operações associativas de aposentados e pensionistas. A empresa tinha como sócio-



administrador o Sr. José Lins de Alencar Neto e, ao que tudo indica, integra a rede de entidades vinculadas à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), à Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP) e à Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), operadas por Cecília Rodrigues Mota.

Conforme apurações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, José Lins de Alencar Neto figura como um dos principais articuladores do esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários, atuando como controlador da AAPEN e da AAPB, que, somadas, movimentaram cerca de R\$ 472 milhões. Além de presidir a AAPB, Lins é proprietário da Global Planos Funerários, empresa ligada à AAPEN e que teria movimentado aproximadamente R\$ 70 milhões entre 2022 e 2024, segundo o Coaf. As investigações da Operação Sem Desconto indicam o uso integrado dessas entidades e empresas para a movimentação de recursos oriundos de contribuições descontadas automaticamente de aposentados do INSS, muitas vezes sem autorização.

O RIF associado a Eric Fidelis também registra transferências expressivas a diversas pessoas jurídicas e sociedades individuais: a AAPB teria recebido em torno de R\$ 20,1 milhões; a CAAP, cerca de R\$ 12,1 milhões; e a Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota, aproximadamente R\$ 7,5 milhões. A AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda. aparece com recebimentos na ordem de R\$ 510 mil, enquanto a AAPEN figura como destinatária de cerca de R\$ 504 mil.

Além disso, constam movimentações relevantes envolvendo empresas com participação societária de Cecília Rodrigues Mota, como a Highway Comércio e Serviços de Informática Ltda., que teria movimentado aproximadamente R\$ 803 mil, e a Mota e Oliveira Cadastro e Processamentos de Dados Ltda., com recebimentos próximos de R\$ 185 mil. Esses registros evidenciam a amplitude financeira das operações envolvendo associações de aposentados e pensionistas, sociedades de advocacia e empresas de processamento de dados.



Estima-se que o conjunto AAPB/CAAP/AAPEN tenha efetuado descontos da ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento acentuado no período recente. Nesse panorama, destaca-se o caso da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação irregular motivou a extinção de seu acordo com o INSS em 2019, após fiscalização. Não obstante, novo acordo foi firmado com o INSS em 2023, durante a gestão do Sr. André Fidelis.

O possível vínculo da pessoa jurídica aqui mencionada com essas entidades é particularmente relevante, pois elas foram objeto de investigações da Polícia Federal, constam em auditorias da CGU e integram Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB); PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP); e PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP).

Registre-se, ainda, que Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor da DIRBEN/INSS, André Fidelis, é citado em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de transações entre operadores de entidades associativas e pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de aprofundamento das verificações.

Para além da leitura de extratos ou de peças contábeis isoladas, é indispensável a requisição de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado à UIF/COAF, concernente à AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda. e aos demais entes correlatos. O RIF — fundamentado em parâmetros de atipicidade, identificação de contrapartes e padrões transacionais — permitirá reconstruir com precisão os fluxos de recursos, verificar a compatibilidade entre as movimentações e a capacidade econômico-fiscal declarada, identificar beneficiários finais, bem como detectar fracionamentos, circularidade de valores e eventual uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a investigação permaneceria fragmentada e sem a visão sistêmica necessária para aferir a real extensão das operações sob apuração.

Em razão do exposto, mostra-se devidamente justificada a requisição de RIF atualizado e a verificação documental e financeira da AAPEN Processamento



de Dados Cadastrais Ltda., de modo a subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI do INSS e esclarecer, com base objetiva, a origem, a destinação e a eventual vinculação dos recursos a repasses intermediados por Eric Fidelis.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



29



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 33.896.525/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, em reportagens jornalísticas e em investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do INSS.

Conforme o RIF mencionado, destacam-se movimentações financeiras relevantes envolvendo empresas de informática e tecnologia, com possíveis conexões a operações associativas de aposentados e pensionistas. A HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA (CNPJ nº 33.896.525/0001-06), aberta em 11/06/2019, tem como sócios-administradores os Srs. Igor Oliveira Freitas, desde 04/03/2020, e Cecília Rodrigues Mota, desde 21/06/2024, indicando continuidade de gestão ligada a redes de empresas



e entidades envolvidas em transações financeiras relevantes. A empresa possivelmente integra a rede vinculada à AAPB, CAAP e AAPEN, operadas por Cecília Rodrigues Mota.

O RIF do sr. Eric Fidelis registra transferências significativas para pessoas jurídicas e sociedades individuais dessa rede: AAPB recebeu cerca de R\$ 20,1 milhões, CAAP aproximadamente R\$ 12,1 milhões, e a Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota R\$ 7,5 milhões. Entre outras entidades, a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda recebeu R\$ 510 mil, e a AAPEN R\$ 504 mil. A HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA movimentou cerca de R\$ 803 mil, e a Mota e Oliveira Cadastro e Processamentos de Dados Ltda R\$ 185 mil, evidenciando a dimensão financeira das operações envolvendo entidades de aposentados, sociedades de advocacia e empresas de informática.

Estima-se que a rede de entidades mencionada (AAPB, CAAP e AAPEN) tenha efetuado descontos da ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento abrupto durante o governo Lula 3. Destaca-se o caso da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação anterior resultou na extinção do acordo com o INSS em 2019, mas que firmou novo acordo em 2023 sob a gestão de André Fidelis.

O vínculo da HIGHWAY com essas rede de entidades que realizaram descontos associativos é relevante, considerando que estas foram alvo de investigações da Polícia Federal, constam em auditorias da CGU e em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB); PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP); PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP). Ressalta-se que Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Fidelis, atua como intermediário de transações entre essas entidades e pessoas jurídicas, conforme registros do COAF e da Polícia Federal.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo deliberada por CPI é válida quando atendidos os requisitos legais: (i) existência de causa provável amparada em fatos concretos, (ii) deliberação colegiada, e (iii) fundamentação que explice as razões da medida.



No MS 23.860, reconheceu-se o cumprimento do dever de motivar com base em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou-se que atos restritivos de direitos — como a exposição de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes, sem impor o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Em reforço, entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos.

Diante da natureza e do volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, para esclarecer origem, destinação e eventual relação dos recursos com repasses intermediados por Eric Fidelis, subsidiando os trabalhos desta CPMI do INSS.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



30



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., CNPJ nº 18.932.338/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, reportagens jornalísticas e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a existência de repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com possíveis vínculos com servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, a F2A Construtora e Incorporadora S.A. (CNPJ nº 18.932.338/0001-47) registrou movimentações financeiras da ordem de aproximadamente R\$ 1 milhão. Constituída em setembro de 2023, a empresa tem como diretores Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro de Vasconcelos e Felipe Macedo Gomes. A F2A possivelmente integra a rede de empresas vinculadas às entidades Amar Brasil



(ACT 2022), Masterprev (ACT 2023), ANDAPP (ACT 2024) e AASAP (ACT 2024), administradas por Igor Dias Delecrode, Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro e Américo Monte. Tal contexto reforça a relevância de acompanhamento das transações da empresa no âmbito das operações associativas de aposentados e pensionistas.

No mesmo RIF, constam transações significativas, tais como: R\$ 3,9 milhões provenientes da Master Prev Clube de Benefícios; R\$ 3,7 milhões do Sr. Américo Monte Junior; R\$ 1 milhão da E&A Security Ltda; R\$ 842 mil direcionados ao Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos; e R\$ 48 mil para a MEU BEM PROTEGIDO.COM Serviços Administrativos, gerenciada pela neta de Américo Monte Junior, Sra. Micaela da Silva Magalhães. Essas movimentações evidenciam transações relevantes no contexto das operações associativas de aposentados e pensionistas, reforçando a necessidade de verificação detalhada da origem, destinação e intermediação desses recursos.

Estima-se que a rede de entidades supramencionada tenha transacionado descontos da ordem de R\$ 690 milhões, apresentando crescimento expressivo durante o governo Lula 3. Destaca-se que o vínculo do agente com essas entidades é relevante, considerando que elas foram objeto de investigações conduzidas pela Polícia Federal, constam em relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e integram o rol de organizações investigadas em Processos Administrativos de Responsabilização, a saber: PAR nº 00190.106851/2025-31 (AASAP); PAR nº 00190.106875/2025-91 (ABCB – Amar Brasil); PAR nº 00190.106876/2025-35 (ANDAPP); e PAR nº 00190.106878/2025-24 (Master Prev).

Frisa-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, tendo seu nome registrado em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de transações financeiras entre operadores de entidades associativas de aposentados e



pensionistas e pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de apuração detalhada das transações.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo deliberada por CPI é válida quando atendidos os requisitos legais: (i) existência de causa provável amparada em fatos concretos, (ii) deliberação colegiada, e (iii) fundamentação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, reconheceu-se o cumprimento do dever de motivar com base em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou-se que atos restritivos de direitos — como a exposição de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes, sem impor o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Em reforço, entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos.

Considerando a natureza e o volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da F2A CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A., a fim de esclarecer a origem, a destinação e a eventual relação dos recursos com repasses intermediados por Eric Fidelis, subsidiando tecnicamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



31



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA, CNPJ nº 51.678.959/0001-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, reportagens jornalísticas e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a existência de repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com possíveis vínculos com servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA (CNPJ nº 51.678.959/0001-11), aberta em 03/08/2023 e baixada em 21/05/2025, registrou movimentações financeiras relevantes no contexto das operações associativas de aposentados e pensionistas. A empresa tinha como sócio-administrador o Sr. José Lins de Alencar Neto e possivelmente integra a rede de entidades



vinculadas à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP) e Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), operadas por Cecília Rodrigues Mota.

José Lins de Alencar Neto é apontado pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União como um dos principais articuladores do esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários, atuando como controlador da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN) e da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), que juntas movimentaram cerca de R\$ 472 milhões. Além de presidir a AAPB, Lins é dono da Global Planos Funerários, empresa ligada à AAPEN que movimentou cerca de R\$ 70 milhões entre 2022 e 2024, segundo o Coaf. As investigações da Operação Sem Desconto apontam que ele usava essas entidades e empresas de forma integrada para movimentar recursos provenientes de contribuições descontadas automaticamente de aposentados do INSS, muitas vezes sem autorização.

Conforme registros de movimentações financeiras constantes no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, destacam-se transferências de recursos para diversas pessoas jurídicas e sociedades individuais, envolvendo valores expressivos. A AAPB recebeu aproximadamente R\$ 20,1 milhões, enquanto a CAAP movimentou cerca de R\$ 12,1 milhões. A Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota foi destinatária de múltiplas transações, totalizando aproximadamente R\$ 7,5 milhões. Entre outras entidades, a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda recebeu cerca de R\$ 510 mil, e a AAPEN foi destinatária de R\$ 504 mil.

Além disso, foram identificadas movimentações relevantes envolvendo empresas nas quais Cecília Rodrigues Mota figura como sócia, como a Highway Comércio e Serviços de Informática Ltda, que movimentou aproximadamente R\$ 803 mil, e a Mota e Oliveira Cadastro e Processamentos de Dados Ltda, com recebimentos da ordem de R\$ 185 mil. Esses registros evidenciam a significativa dimensão financeira das operações envolvendo



entidades representativas de aposentados e pensionistas, bem como sociedades individuais de advocacia e empresas prestadoras de serviços de processamento de dados e informática.

Estima-se que a rede de entidades mencionada (AAPB, CAAP e AAPEN) tenha efetuado descontos de aproximadamente R\$ 704 milhões, registrando crescimento abrupto durante o governo Lula 3. Chama atenção, nesse contexto, o caso da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação imprópria anterior já havia resultado na extinção de seu acordo pelo INSS em 2019, em razão de irregularidades identificadas em fiscalização. Não obstante, sob a gestão do Sr. André Fidelis, foi firmado novo acordo com o INSS em 2023, no governo Lula 3.

O possível vínculo da pessoa jurídica mencionada com essas entidades é relevante, considerando que elas foram objeto de investigações conduzidas pela Polícia Federal, constam em relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e integram o rol de organizações investigadas em Processos Administrativos de Responsabilização, a saber: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB); PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP); PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP).

Frisa-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, tendo seu nome registrado em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de transações financeiras entre operadores de entidades associativas de aposentados e pensionistas e pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de apuração detalhada das transações.

Conforme orientação consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo deliberada por CPI é válida quando atendidos os requisitos legais: (i) existência de causa provável amparada em fatos concretos, (ii) deliberação colegiada, e (iii) fundamentação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, reconheceu-se o cumprimento do dever de motivar com base em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou-se que atos restritivos de direitos — como



a exposição de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes, sem impor o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Em reforço, entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos.

Considerando a natureza e o volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da AAPEN PROCESSAMENTO DE DADOS CADASTRAIS LTDA, a fim de esclarecer a origem, a destinação e a eventual relação dos recursos com repasses intermediados por Eric Fidelis, subsidiando tecnicamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



32



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 33.896.525/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação apoia-se nas informações contidas no Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, em matérias jornalísticas e nas investigações levadas a efeito pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que examina repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente relacionadas a servidores do INSS.

Conforme o RIF mencionado, sobressaem movimentações financeiras relevantes envolvendo empresas de informática e tecnologia, com possíveis conexões a operações associativas de aposentados e pensionistas. A HIGHWAY COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, TI E SEGURANÇA LTDA



(CNPJ nº 33.896.525/0001-06), constituída em 11/06/2019, tem como sócios-administradores o Sr. Igor Oliveira Freitas (desde 04/03/2020) e a Sra. Cecília Rodrigues Mota (desde 21/06/2024), o que evidencia continuidade de gestão vinculada a redes de empresas e entidades envolvidas em transações de grande vulto. Há indícios de que a empresa integre a malha ligada à AAPB, CAAP e AAPEN, operadas por Cecília Rodrigues Mota.

O RIF do Sr. Eric Fidelis registra transferências expressivas para pessoas jurídicas e sociedades individuais dessa rede: a AAPB teria recebido cerca de R\$ 20,1 milhões; a CAAP, aproximadamente R\$ 12,1 milhões; e a Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota, cerca de R\$ 7,5 milhões. Entre outros destinatários, constam R\$ 510 mil para a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda. e R\$ 504 mil para a AAPEN. A HIGHWAY teria movimentado aproximadamente R\$ 803 mil, e a Mota e Oliveira Cadastro e Processamentos de Dados Ltda., R\$ 185 mil, o que evidencia a dimensão financeira das operações envolvendo entidades de aposentados, sociedades de advocacia e empresas de informática.

Estima-se que o conjunto AAPB–CAAP–AAPEN tenha promovido descontos da ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento acentuado no período recente. Destaca-se, nesse cenário, a AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação anterior levou à extinção do acordo com o INSS em 2019, mas que celebrou novo ajuste em 2023, sob a gestão de André Fidelis.

A vinculação da HIGHWAY a essa rede de entidades que realizam descontos associativos é de grande relevo, tendo em vista que essas organizações foram alvo de investigações da Polícia Federal, constam em auditorias da CGU e figuram em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB), PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP) e PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP). Ressalte-se, ainda, que Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Fidelis, atua como intermediário de transações entre essas entidades e pessoas jurídicas, conforme registros do COAF e da Polícia Federal.



Para além da análise de extratos bancários e documentos contábeis isolados, é indispensável requisitar Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado junto à UIF/COAF relativamente à HIGHWAY COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, TI E SEGURANÇA LTDA. O RIF — estruturado a partir de parâmetros de atipicidade, identificação de contrapartes e padrões transacionais — viabiliza a reconstrução precisa dos fluxos financeiros, a verificação de compatibilidade entre a movimentação e a capacidade econômico-fiscal declarada, a individualização de beneficiários finais e a detecção de fracionamentos, circularidade de recursos e uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a apuração permaneceria segmentada, sem a visão sistêmica necessária para mensurar a real extensão das operações sob investigação.

Diante do exposto, mostra-se plenamente justificada a requisição de RIF atualizado e a verificação documental e financeira da HIGHWAY COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, TI E SEGURANÇA LTDA, com o objetivo de subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI do INSS e esclarecer a origem, a destinação e a eventual vinculação dos recursos a repasses intermediados por Eric Fidelis.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



33



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, CNPJ nº 19.435.508/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, em reportagens jornalísticas e em investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do INSS.

Conforme o RIF mencionado, destacam-se movimentações financeiras relevantes envolvendo empresas de informática e tecnologia, com possíveis conexões a operações associativas de aposentados e pensionistas. A MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA (CNPJ nº 19.435.508/0001-40), aberta em 01/02/2017, tem como sócios-administradores os Srs. Igor Oliveira Freitas, desde 01/02/2017, e Elenilde dos Santos da Silva, desde 21/02/2020. Embora o sobrenome Mota figure na razão social da empresa, Cecília



Rodrigues Mota não consta como sócia. Ressalta-se, entretanto, que Igor Oliveira Freitas também é sócio da HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, empresa de informática em que Cecília Rodrigues Mota figura como sócia, indicando possível vínculo operacional e de gestão entre as duas sociedades.

O RIF do Sr. Eric Fidelis registra transferências significativas de recursos para pessoas jurídicas e sociedades individuais vinculadas à rede de entidades representativas de aposentados e pensionistas: AAPB recebeu cerca de R\$ 20,1 milhões, CAAP aproximadamente R\$ 12,1 milhões, e a Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota R\$ 7,5 milhões. Outras entidades, como a AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda, receberam cerca de R\$ 510 mil, e a AAPEN R\$ 504 mil. A HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA movimentou cerca de R\$ 803 mil, enquanto a MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA registrou aproximadamente R\$ 185 mil, evidenciando a relevância financeira dessas operações.

Estima-se que a rede de entidades mencionada (AAPB, CAAP e AAPEN) tenha efetuado descontos da ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento abrupto durante o governo Lula 3. Destaca-se o caso da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação anterior resultou na extinção de seu acordo com o INSS em 2019, mas que firmou novo acordo em 2023 sob a gestão de André Fidelis.

O possível vínculo da MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA com essa rede é relevante, considerando que as entidades foram alvo de investigações da Polícia Federal, constam em auditorias da CGU e em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB); PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP); PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP). Ressalta-se que Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Fidelis, atua como intermediário de transações entre essas entidades e pessoas jurídicas, conforme registros do COAF e da Polícia Federal.



À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo deliberada por CPI é válida quando atendidos os requisitos legais: (i) existência de causa provável amparada em fatos concretos, (ii) deliberação colegiada, e (iii) fundamentação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, reconheceu-se o cumprimento do dever de motivar com base em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou-se que atos restritivos de direitos — como a exposição de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou-se que a motivação da CPI deve indicar as razões determinantes, sem impor o mesmo grau de exaustividade próprio de decisões judiciais.

Em reforço, entendimento recente do STF (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva para as diligências que determinam no curso de seus trabalhos.

Diante da natureza e do volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, a fim de esclarecer origem, destinação e eventual relação dos recursos com repasses intermediados por Eric Fidelis, subsidiando os trabalhos desta CPMI do INSS.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



34



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, CNPJ nº 19.435.508/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação apoia-se nas informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Fidelis, em matérias jornalísticas e nas investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que examina repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente relacionadas a servidores do INSS.

Conforme o RIF citado, sobressaem movimentações financeiras relevantes envolvendo empresas de tecnologia e processamento de dados, com potenciais conexões a operações associativas de aposentados e pensionistas. A MOTA & OLIVEIRA Cadastro e Processamentos de Dados Ltda.



(CNPJ nº 19.435.508/0001-40), constituída em 01/02/2017, tem como sócios-administradores o Sr. Igor Oliveira Freitas (desde 01/02/2017) e a Sra. Elenilde dos Santos da Silva (desde 21/02/2020). Embora o sobrenome Mota conste na razão social, Cecília Rodrigues Mota não integra o quadro societário. Ressalta-se, entretanto, que Igor Oliveira Freitas também figura como sócio da HIGHWAY Comércio e Serviços de Informática, TI e Segurança Ltda., empresa na qual Cecília Rodrigues Mota é sócia, o que indica possível vínculo operacional e de gestão entre as duas sociedades.

O RIF do Sr. Eric Fidelis registra transferências expressivas a pessoas jurídicas e sociedades individuais ligadas à rede de entidades representativas de aposentados e pensionistas: a AAPB teria recebido cerca de R\$ 20,1 milhões; a CAAP, aproximadamente R\$ 12,1 milhões; e a Sociedade Individual de Advocacia de Cecília Rodrigues Mota, cerca de R\$ 7,5 milhões. Consta, ainda, a destinação de R\$ 510 mil à AAPEN Processamento de Dados Cadastrais Ltda. e de R\$ 504 mil à AAPEN. No mesmo contexto, a HIGHWAY teria movimentado aproximadamente R\$ 803 mil, enquanto a MOTA & OLIVEIRA registrou cerca de R\$ 185 mil, evidenciando a materialidade financeira dessas operações.

Estima-se que o conjunto AAPB-CAAP-AAPEN tenha realizado descontos da ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento acentuado no período recente. Destaca-se o histórico da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação anterior levou à extinção do acordo com o INSS em 2019; não obstante, novo ajuste foi firmado em 2023, sob a gestão de André Fidelis.

O possível nexo da MOTA & OLIVEIRA com essa rede é particularmente relevante, uma vez que tais entidades foram alvo de investigações da Polícia Federal, constam em auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e integram Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107669/2025-06 (AAPB); PAR nº 00190.107671/2025-77 (AAPEN, ex-ABSP); e PAR nº 00190.107673/2025-66 (CAAP). Ressalte-se, ainda, que Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor da DIRBEN/INSS, André Fidelis, figura como



intermediário de transações entre tais entidades e pessoas jurídicas, conforme apontado por COAF e PF.

Para além da verificação de extratos e documentos contábeis isolados, revela-se indispensável requisitar Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado junto à UIF/COAF relativamente à MOTA & OLIVEIRA Cadastro e Processamentos de Dados Ltda. O RIF permitirá reconstruir com precisão os fluxos financeiros, confrontar a movimentação com a capacidade econômico-fiscal declarada, identificar beneficiários finais e detectar fracionamentos, circularidade de valores e eventual uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a apuração ficaria fragmentada, sem a visão sistêmica necessária para aferir a real extensão das operações sob investigação.

Diante do exposto, mostra-se plenamente justificada a requisição de RIF atualizado e a análise documental e financeira da MOTA & OLIVEIRA Cadastro e Processamentos de Dados Ltda., com o objetivo de subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI do INSS e esclarecer, com base objetiva, a origem, a destinação e a eventual vinculação dos recursos a repasses intermediados por Eric Fidelis.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



35



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Federação de Apoio aos Idosos, CNPJ nº 44.209.546/0001-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se em informações constantes do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, reportagens jornalísticas e investigações oficiais conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura a existência de repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas com possíveis vínculos com servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, a Federação de Apoio aos Idosos (CNPJ nº 44.209.546/0001-22), criada em outubro de 2021, registrou movimentações financeiras de aproximadamente R\$ 950 mil. A entidade possivelmente integra a rede de associações ligadas à Universo e à APDAP PREV, operadas pelos senhores Alexsandro Prado Santos e Sandro Temer de Oliveira, conforme informações da CGU e da Polícia Federal. Ressalta-se que



o presidente da Federação também preside o Instituto Guadalupe, apontado em documentos oficiais como intermediário de transações financeiras entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas.

Segundo os registros do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, as transações observadas revelam movimentações financeiras significativas envolvendo diversas pessoas jurídicas e indivíduos vinculados a essa rede, perfazendo montante da ordem de R\$ 140 milhões. Destaca-se a ADS Soluções e Marketing Ltda., que recebeu múltiplos repasses, totalizando aproximadamente R\$ 124 milhões, seguido pela Universo – Associação dos Aposentados e Pensionistas, com valores somando cerca de R\$ 10,3 milhões, e pela BR Tecnologia em Desenvolvimento de Softwares Ltda., com aproximadamente R\$ 2,1 milhões. Outras entidades, como a APDAP PREV e a Federação de Apoio aos Idosos, movimentaram respectivamente cerca de R\$ 1,79 milhão e R\$ 950 mil. Adicionalmente, transações individuais foram registradas em nome de Alexsandro Prado Santos (aproximadamente R\$ 415 mil) e Ivaldo Carvalho Silveira (cerca de R\$ 183 mil), evidenciando o fluxo de recursos entre associações, empresas e operadores individuais no contexto das operações associativas investigadas.

Estima-se que a rede de entidades mencionada tenha realizado descontos da ordem de R\$ 704 milhões, registrando crescimento significativo durante o governo Lula 3. Chama atenção, nesse contexto, o caso da AAPEN (antiga ABSP), cuja atuação anterior já havia resultado na extinção de seu acordo pelo INSS em 2019, em razão de irregularidades identificadas em fiscalização. Não obstante, sob a gestão do Sr. André Fidelis, foi firmado novo acordo em 2023, no mesmo período do governo Lula 3, levantando questionamentos sobre a reativação de entidades anteriormente suspensas, bem como sobre a supervisão e critérios adotados pelo INSS para autorizar descontos em folha de pagamento de aposentados e pensionistas.

O possível vínculo da pessoa jurídica mencionada com essas entidades é relevante, considerando que elas foram objeto de investigações conduzidas



pela Polícia Federal, constam em relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e integram o rol de organizações investigadas em Processos Administrativos de Responsabilização, a saber: PAR nº 00190.107575/2025-29 (APDAP, ex-Acolher) e PAR nº 00190.107583/2025-75 (Universo).

Frisa-se que Eric Douglas Martins Fidelis é filho de André Fidelis, ex-diretor da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) do INSS, tendo seu nome registrado em relatórios do COAF e da Polícia Federal como intermediário de transações financeiras entre operadores de entidades associativas de aposentados e pensionistas e pessoas jurídicas, o que reforça a necessidade de apuração detalhada das transações.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a transferência de sigilo por CPI é legítima quando observados três requisitos: (i) existência de causa provável sustentada por fatos concretos, (ii) deliberação colegiada da comissão e (iii) motivação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, o STF reconheceu que o dever de motivar pode se apoiar em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou que atos restritivos de direitos — como a revelação de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou que a CPI deve indicar as razões determinantes da quebra, sem necessidade do mesmo grau de exaustividade típico das decisões judiciais.

Em complemento, entendimento recente (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que as CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva ao determinar diligências no curso de seus trabalhos.

Considerando a natureza e o volume das movimentações, justifica-se a verificação documental e financeira da FEDERAÇÃO DE APOIO AOS IDOSOS, a fim de esclarecer a origem, a destinação e a eventual relação dos recursos com



repasses intermediados por Eric Fidelis, subsidiando tecnicamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



36



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Federação de Apoio aos Idosos, CNPJ nº 44.209.546/0001-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação ampara-se em dados extraídos do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Eric Fidelis, além de matérias jornalísticas e de investigações da Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura repasses de valores entre entidades representativas de aposentados e pensionistas e pessoas físicas e jurídicas possivelmente vinculadas a servidores do INSS.

Conforme o RIF citado, verificam-se movimentações financeiras relevantes envolvendo empresas de tecnologia e processamento de dados, com possíveis nexos com operações associativas de aposentados e pensionistas. A Federação de Apoio aos Idosos (CNPJ nº 44.209.546/0001-22), constituída em outubro de 2021, teria movimentado aproximadamente R\$ 950 mil. A entidade aparenta integrar a rede ligada à Universo e à APDAP PREV, administradas por



Alexsandro Prado Santos e Sandro Temer de Oliveira, segundo informações da CGU e da Polícia Federal. Ressalte-se que o presidente da Federação também preside o Instituto Guadalupe, apontado em documentos oficiais como intermediário de transações financeiras entre associações de aposentados/pensionistas e terceiros.

Ainda de acordo com o RIF do Sr. Eric Fidelis, as transações mapeadas atingem patamar expressivo e envolvem múltiplas pessoas jurídicas e indivíduos ligados à referida rede, somando cerca de R\$ 140 milhões. Destacam-se: ADS Soluções e Marketing Ltda. (aprox. R\$ 124 milhões), Universo – Associação dos Aposentados e Pensionistas (cerca de R\$ 10,3 milhões) e BR Tecnologia em Desenvolvimento de Softwares Ltda. (aprox. R\$ 2,1 milhões). Outras movimentações incluem APDAP PREV (por volta de R\$ 1,79 milhão) e a própria Federação de Apoio aos Idosos (cerca de R\$ 950 mil), além de transferências individuais registradas para Alexsandro Prado Santos (aprox. R\$ 415 mil) e Ivaldo Carvalho Silveira (aprox. R\$ 183 mil), evidenciando fluxo de recursos entre associações, empresas e operadores individuais.

Estima-se que esse conjunto de entidades tenha efetuado descontos em benefícios previdenciários na ordem de R\$ 704 milhões, com crescimento significativo no período recente. Nesse cenário, chama a atenção o histórico da AAPEN (ex-ABSP), cuja atuação pretérita levou à extinção do acordo com o INSS em 2019 por irregularidades, mas que voltou a firmar acordo em 2023, durante a gestão do Sr. André Fidelis, reabrindo discussões sobre critérios de supervisão e autorização de descontos em folha.

O possível elo da Federação de Apoio aos Idosos com essa rede é relevante, dado que tais entidades foram objeto de inquéritos da PF, constam em auditorias da CGU e figuram em Processos Administrativos de Responsabilização: PAR nº 00190.107575/2025-29 (APDAP, ex-Acolher) e PAR nº 00190.107583/2025-75 (Universo). Some-se a isso que Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Fidelis (ex-diretor da DIRBEN/INSS), é apontado por COAF e PF como intermediário



de transações entre operadores das entidades e pessoas jurídicas, reforçando a necessidade de escrutínio financeiro aprofundado.

Para além da análise de extratos ou peças contábeis isoladas, mostra-se essencial requisitar Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado à UIF/COAF relativamente à Federação de Apoio aos Idosos e contrapartes correlatas. O RIF permitirá reconstruir com precisão os fluxos de recursos, verificar a compatibilidade entre a movimentação e a capacidade económico-fiscal declarada, individualizar beneficiários finais e detectar fracionamentos, circularidade de valores e eventual uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a apuração permaneceria fragmentada, sem a visão sistêmica necessária para dimensionar a real extensão das operações sob investigação.

Diante do exposto, justifica-se a requisição de RIF atualizado e a verificação documental e financeira da Federação de Apoio aos Idosos, de modo a subsidiar tecnicamente os trabalhos desta CPMI do INSS e esclarecer, com base objetiva, a origem, a destinação e a eventual vinculação dos recursos a repasses intermediados por Eric Fidelis.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



37



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Rosiane Ramos Salomão, CPF nº 089.665.179-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações



sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade aprofundar as investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das movimentações financeiras realizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), especialmente aquelas que envolvem transferências em favor da Sra. Rosiane Ramos Salomão, CPF nº 089.665.179-78, esteticista residente em Florianópolis (SC), sem relação comercial identificada com a CONTAG.

De acordo com informações publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo em 7 de outubro de 2025, e com base em Relatório de Inteligência Financeira (RIF) encaminhado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à CPI do INSS, foram registradas três transferências bancárias, totalizando R\$ 1,5 milhão, realizadas pela Contag à mencionada beneficiária entre maio de 2024 e maio de 2025.



A Contag, em nota pública, negou a realização de tais pagamentos e afirmou desconhecer qualquer vínculo com a destinatária dos recursos. No entanto, diante da gravidade e do volume das movimentações reportadas, impõe-se a necessidade de esclarecimento técnico e documental sobre a origem, destinação e natureza das transações financeiras.

Ressalte-se que a Contag figura entre as principais entidades beneficiadas pelos descontos associativos incidentes sobre benefícios previdenciários, movimentando cerca de R\$ 500 milhões por ano, conforme dados da Controladoria-Geral da União (CGU) e de investigações policiais já em curso. Há indícios de que parte desses valores tenha sido arrecadada por meio de descontos automáticos não autorizados em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a decretação de transferência de sigilo por CPI é legítima quando observados três requisitos: (i) existência de causa provável sustentada por fatos concretos, (ii) deliberação colegiada da comissão e (iii) motivação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, o STF reconheceu que o dever de motivar pode se apoiar em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou que atos restritivos de direitos — como a revelação de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou que a CPI deve indicar as razões determinantes da quebra, sem necessidade do mesmo grau de exaustividade típico das decisões judiciais. Em complemento, entendimento recente (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que as CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva ao determinar diligências no curso de seus trabalhos.

Nesse contexto, a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Rosiane Ramos Salomão são medidas indispensáveis para o pleno esclarecimento dos fatos, permitindo rastrear o fluxo financeiro, identificar eventuais intermediários e



apurar a existência de irregularidades ou desvios de finalidade na aplicação dos recursos.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



38



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da Senhora Rosiane Ramos Salomão, CPF nº 089.665.179-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo aprofundar as apurações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as movimentações financeiras atribuídas à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), com ênfase nas transferências em favor da Sra. Rosiane Ramos Salomão (CPF nº 089.665.179-78), esteticista residente em Florianópolis/SC, para a qual não se identifica relação comercial com a CONTAG.

Conforme noticiado por O Estado de S. Paulo em 7/10/2025 e com base em Relatório de Inteligência Financeira (RIF) remetido pelo COAF à CPI do INSS, teriam sido registradas três transferências bancárias, entre maio/2024



e maio/2025, somando R\$ 1,5 milhão, realizadas pela CONTAG à mencionada beneficiária.

Em nota pública, a CONTAG negou a realização dos pagamentos e declarou desconhecer qualquer vínculo com a destinatária. Diante da gravidade e do montante das operações relatadas, mostra-se imprescindível o esclarecimento técnico e documental quanto à origem, destinação e natureza dessas transações.

Ressalta-se que a CONTAG figura entre as principais entidades beneficiadas por descontos associativos incidentes sobre benefícios previdenciários, movimentando aproximadamente R\$ 500 milhões/ano, segundo dados da Controladoria-Geral da União (CGU) e de investigações policiais em andamento. Há indícios de que parcela desses valores possa ter sido arrecadada por meio de descontos automáticos não autorizados em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

É indispensável requisitar o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) atualizado junto à UIF/COAF, abrangendo a CONTAG e a Sra. Rosiane Ramos Salomão. O RIF permitirá reconstruir com precisão o fluxo dos recursos, identificar beneficiários finais e eventuais intermediários, confrontar a movimentação com a capacidade econômico-fiscal declarada e detectar possíveis fracionamentos, circularidade de valores e uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a investigação permaneceria fragmentada, sem a visão sistêmica necessária para aferir a real extensão das operações sob apuração.

Nesse contexto, o acesso integral ao RIF correspondente configura medida necessária, adequada e proporcional para o pleno esclarecimento dos fatos, possibilitando rastrear os caminhos do dinheiro, verificar a existência de



irregularidades e apurar eventuais desvios de finalidade na aplicação dos recursos vinculados aos descontos associativos.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



39



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Rosiane Ramos Salomão, CNPJ nº 49.994.988/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED



(Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade aprofundar as investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das movimentações financeiras realizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), especialmente aquelas que envolvem transferências em favor da empresa Rosiane Ramos Salomão, inscrita no CNPJ nº 49.994.988/0001-40, com opção pelo Simples Nacional desde 20 de março de 2023.

De acordo com informações publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo em 7 de outubro de 2025 e com base em Relatório de Inteligência Financeira (RIF) encaminhado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à CPI do INSS, foram registradas três transferências bancárias, totalizando R\$ 1,5 milhão, realizadas pela Contag entre maio de 2024 e maio de 2025, em favor de Rosiane



Ramos Salomão, esteticista residente em Florianópolis (SC), sem que tenha sido identificada relação comercial legítima entre as partes.

A Contag, em nota pública, negou ter realizado os pagamentos e afirmou desconhecer qualquer vínculo com a destinatária. Entretanto, considerando o volume expressivo das transações e a ausência de justificativa econômica identificada, torna-se imprescindível apurar se os valores foram efetivamente transferidos à empresa em nome de Rosiane Salomão, bem como a natureza das operações financeiras envolvidas.

Cumprе destacar que a Contag figura entre as entidades que mais arrecadam por meio de descontos associativos sobre benefícios previdenciários, movimentando valores superiores a R\$ 500 milhões anuais, conforme dados da Controladoria-Geral da União (CGU) e de investigações da Polícia Federal. Parte desses recursos é suspeita de ter origem em descontos automáticos não autorizados aplicados sobre aposentadorias e pensões do INSS.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a decretação de transferência de sigilo por CPI é legítima quando observados três requisitos: (i) existência de causa provável sustentada por fatos concretos, (ii) deliberação colegiada da comissão e (iii) motivação que explicita as razões da medida. No MS 23.860, o STF reconheceu que o dever de motivar pode se apoiar em indícios objetivos; no MS 24.817, afirmou que atos restritivos de direitos — como a revelação de operações financeiras — exigem decisão colegiada, sob pena de nulidade; e no MS 24.749, assentou que a CPI deve indicar as razões determinantes da quebra, sem necessidade do mesmo grau de exaustividade típico das decisões judiciais.

Em complemento, entendimento recente (MS 37.970 MC-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski) reiterou que as CPIs partem de elementos indiciários, exercem função investigativa de natureza política e não estão obrigadas a fundamentação exaustiva ao determinar diligências no curso de seus trabalhos.



Diante desse contexto, requer-se a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Rosiane Ramos Salomão (CNPJ nº 49.994.988/0001-40), bem como o acesso integral ao RIF correspondente, a fim de permitir o rastreamento do fluxo financeiro, a identificação de eventuais intermediários e a apuração de possíveis irregularidades, fraudes ou desvios de finalidade relacionados às movimentações investigadas no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



40



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Rosiane Ramos Salomão, CNPJ nº 49.994.988/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo aprofundar as apurações desta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das movimentações financeiras da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), com foco nas transferências em favor da empresa Rosiane Ramos Salomão (CNPJ 49.994.988/0001-40), optante pelo Simples Nacional desde 20/03/2023.

Conforme noticiado por O Estado de S. Paulo em 7/10/2025, e à luz do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) encaminhado pelo COAF à CPI do INSS, foram identificadas três transferências bancárias realizadas pela CONTAG entre maio/2024 e maio/2025, totalizando R\$ 1,5 milhão, em favor de Rosiane Ramos



Salomão, esteticista residente em Florianópolis/SC, sem relação comercial legítima identificada com a Confederação.

Em nota pública, a CONTAG negou a realização dos pagamentos e afirmou desconhecer qualquer vínculo com a destinatária. Diante do montante envolvido e da ausência de justificativa econômica aparente, impõe-se verificar se os valores foram efetivamente remetidos à empresa em nome de Rosiane Salomão e qual a natureza das operações financeiras correspondentes.

Registre-se que a CONTAG figura entre as entidades com maior arrecadação por descontos associativos incidentes sobre benefícios previdenciários, movimentando mais de R\$ 500 milhões ao ano, segundo dados da CGU e de investigações policiais em curso. Há indícios de que parcela desses recursos tenha sido obtida por meio de descontos automáticos não autorizados em aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

O RIF ora solicitado permitirá reconstituir com precisão o fluxo dos recursos, identificar beneficiários finais e eventuais intermediários, confrontar as movimentações com a capacidade econômico-fiscal declarada e detectar possíveis fracionamentos, circularidade de valores ou uso de interpostas pessoas. Sem esse insumo técnico e independente, a apuração permaneceria fragmentada, sem a visão sistêmica necessária para dimensionar a real extensão das operações sob investigação.

Diante desse quadro, requer-se o acesso integral ao RIF correspondente, a fim de rastrear o caminho do dinheiro, identificar intermediários e apurar eventuais irregularidades, fraudes ou desvios de finalidade relacionados às movimentações ora examinadas por esta CPI.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



41



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Adv Servicos LTDA, CNPJ nº 48.846.820/0001-25, referentes ao período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A ADV Serviços LTDA - CNPJ: 48.846.820/0001-25, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 08 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.



Seu sócio-administrador, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, além de também aparecer em transações financeiras com a AMAR BRASIL, é Procurador da Master Prev Clube de Benefícios, da ANDAPP - ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS e da AASAP - ASSOCIACAO DE AMPARO SOCIAL AO APOSENTADO E PENSIONISTA. Ele é um dos "jovens ricos" apontado pela reportagem do Metrôpoles "Farra do INSS: jovens ricos dirigem entidades que faturaram R\$700 milhões":

Documentos internos dessas entidades e relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostram como esse grupo desviava para suas próprias empresas o dinheiro arrecadado por essas associações e como elas criaram um sistema próprio de biometria para fraudar assinaturas dos aposentados que filiavam (<https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-doinss-novos-ricos-entidades>).

Assim, é essencial que esta CPMI tenha acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira da empresa, para confrontar com o relatório dos diretores e presidentes da entidade citada. Examinar esse fluxo financeiro é, portanto, crucial para desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para subsidiar os trabalhos desta Comissão, o Relatório de Inteligência Financeira da ADV Serviços LTDA, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



42



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Jbg Apoio Empresarial LTDA, CNPJ nº 48.850.427/0001-05, referentes ao período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A Jbg Apoio Empresarial LTDA - CNPJ nº 48.850.427/0001-05, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 09 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.



Assim, é essencial que esta CPMI tenha acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira da empresa, para confrontar com o relatório dos diretores e presidentes da entidade citada. Examinar esse fluxo financeiro é, portanto, crucial para desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para subsidiar os trabalhos desta Comissão, o Relatório de Inteligência Financeira da Jbg Apoio Empresarial LTDA, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



43



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Mkt Connection Group LTDA, CNPJ nº 48.867.990/0001-96, referentes ao período de 12 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A Mkt Connection Group LTDA - CNPJ nº 48.867.990/0001-96, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 12 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.



Assim, é essencial que esta CPMI tenha acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira da empresa, para confrontar com o relatório dos diretores e presidentes da entidade citada. Examinar esse fluxo financeiro é, portanto, crucial para desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para subsidiar os trabalhos desta Comissão, o Relatório de Inteligência Financeira da Mkt Connection Group LTD, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

44



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa Amj Security LTDA, CNPJ nº 48.851.145/0001-22, referentes ao período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A Amj Security LTDA - CNPJ 48.851.145/0001-22, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 09 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.



Seu sócio-administrador, Americo Monte Junior, além de também aparecer em transações financeiras com a AMAR BRASIL, é dirigente da ANDAPP - ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. Ele é um dos "jovens ricos" apontado pela reportagem do Metrôpoles "Farra do INSS: jovens ricos dirigem entidades que faturaram R\$700 milhões":

Documentos internos dessas entidades e relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostram como esse grupo desviava para suas próprias empresas o dinheiro arrecadado por essas associações e como elas criaram um sistema próprio de biometria para fraudar assinaturas dos aposentados que filiavam (<https://www.metropoles.com/sao-paulo/farra-doinss-novos-ricos-entidades>).

Assim, é essencial que esta CPMI tenha acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira da empresa, para confrontar com o relatório dos diretores e presidentes da entidade citada. Examinar esse fluxo financeiro é, portanto, crucial para desvendar o esquema de corrupção e desvio que drenou os recursos dos aposentados do país.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para subsidiar os trabalhos desta Comissão, o Relatório de Inteligência Financeira da Amj Security LTDA, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



45



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o senhor **JOSÉ FERREIRA DA SILVA (FREI CHICO)**, **VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (SINDNAPI)**, na condição de **TESTEMUNHA**, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do senhor José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, para depor perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é uma medida inafastável e de urgência manifesta, dada a sua posição de liderança em uma das entidades centrais do nebuloso esquema de descontos indevidos que vitimou milhões de aposentados e pensionistas. Na qualidade de Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI), o depoente tem o dever de esclarecer o assombroso e inexplicável crescimento na arrecadação de sua entidade, que saltou de R\$ 23,3 milhões em 2020 para a cifra colossal de R\$ 154,7 milhões em 2024. Tal multiplicação de receita, em um



período concomitantemente marcado por denúncias massivas de filiações não consentidas e pela deflagração da "Operação Sem Desconto", levanta gravíssimas suspeitas sobre a origem espúria desses recursos, extraídos diretamente dos parques proventos da população mais vulnerável do país. Afigura-se, portanto, como uma afronta à inteligência desta Comissão e ao povo brasileiro a tentativa de normalizar um enriquecimento de tal magnitude sem o devido escrutínio, sendo imperativo que o senhor Ferreira da Silva detalhe, sob juramento, as práticas administrativas e as estratégias de filiação que justificariam essa trajetória financeira meteórica e profundamente suspeita.

A necessidade de ouvir o depoente torna-se ainda mais premente quando se constata a existência de uma grotesca anomalia administrativa que beneficiou diretamente o SINDNAPI, configurando um possível caso de tratamento privilegiado e de deliberada flexibilização de normas de segurança. Investigações preliminares apontam que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dispensou, de forma seletiva e inexplicável, a exigência de biometria facial para as filiações ao sindicato dirigido pelo convocado, precisamente no período entre 2023 e 2024. Esta isenção, uma flagrante violação dos protocolos de segurança destinados a proteger os beneficiários, abriu uma fenda monumental que, na prática, legalizou a fraude em escala industrial, facilitando a efetivação de descontos sem a necessária e inequívoca autorização das vítimas. É inconcebível que o vice-presidente de uma entidade de tal porte não tivesse conhecimento ou não tenha atuado para obter tal vantagem competitiva e operacional. Seu depoimento é, pois, crucial para desvelar as tratativas e os agentes públicos que permitiram essa exceção, cuja existência por si só exala o odor fétido da conivência e do possível tráfico de influência, agravado pela notória relação de parentesco do depoente com o Presidente da República.

Diante do exposto, a alegação de que o senhor José Ferreira da Silva não figura como "alvo direto" em investigações da Polícia Federal é um argumento pueril e absolutamente irrelevante para os trabalhos desta CPMI, cujo escopo não se limita à persecução penal, mas abrange a investigação de falhas



administrativas, responsabilidades políticas e omissões sistêmicas. Como Vice-Presidente do SINDNAPI durante o auge do esquema, o convocado estava em posição de poder e dever fiduciário. Sua conduta recai, inevitavelmente, sobre duas hipóteses, ambas gravíssimas: ou foi partícipe consciente de um esquema de enriquecimento ilícito às custas de aposentados, ou incorreu em uma omissão dolosa e negligência indesculpável, ao ignorar os sinais evidentes de uma fraude que ocorria sob sua gestão. Em qualquer dos cenários, seu testemunho não é apenas colaborativo, mas absolutamente indispensável para que esta Comissão possa mapear a arquitetura completa da fraude, identificar os responsáveis em todas as esferas e propor medidas que extirpem, de uma vez por todas, essa modalidade de crime organizado que se infiltrou no coração do sistema de seguridade social brasileiro.

Dessa forma, considera-se que o senhor **JOSÉ FERREIRA DA SILVA (FREI CHICO)**, VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (SINDNAPI), tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



46



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva, o Frei Chico, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O escândalo dos descontos associativos revelou fraudes que atingiram ao menos 2,3 milhões de aposentados e movimentaram cerca de R\$6,3 bilhões, com pico de R\$2 bilhões em apenas um ano[1]. O Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), do qual Frei Chico é vice-presidente, está no centro desse esquema; o portal mostrou que uma empresa de familiares de dirigentes, a Gestora Eficiente, recebeu R\$4,1 milhões em “comissões” por processar filiações de aposentados, sendo denunciada por descontar valores sem consentimento.

Segundo o Metrôpoles, o faturamento do Sindnapi saltou de R\$23 milhões em 2020 para R\$ 154,7 milhões em 2024, um crescimento de 563,9% em poucos anos. Esse aumento abrupto, apontado no Portal da Transparência, exige explicações sobre a origem dos recursos e a ligação com os descontos em benefícios de aposentados. A oitiva de Frei Chico, como dirigente, é necessária para detalhar



como o sindicato conseguiu tamanho incremento e se havia controle sobre os convênios firmados.

As reportagens revelaram também que Tonia Galleti, diretora jurídica do Sindnapi e amiga de Carlos Lupi, alertou o então ministro em junho de 2023 sobre irregularidades, mas o tema não foi tratado. Frei Chico deve esclarecer se participou dessas discussões e quais providências foram adotadas internamente. A mesma matéria mostra que a Gestora Eficiente é ligada a familiares de dirigentes do sindicato; portanto, o depoimento do vice-presidente é fundamental para explicar como a entidade escolhia parceiras e remunerava empresas ligadas a membros da própria direção.

Diante desse quadro, a convocação de Frei Chico como testemunha é imprescindível para que a comissão esclareça: os mecanismos que permitiram ao Sindnapi multiplicar seu faturamento; as relações do sindicato com empresas e lobistas ligados ao esquema, inclusive a Gestora Eficiente; a existência de imóveis e estruturas financiadas com recursos de aposentados; e eventuais planos de continuar a exploração via crédito consignado.

Sendo assim, solicito aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/inss-caixinha-sindicato>

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)



47

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. **Mauricio Marcon**)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), o Sr. **José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico**, para prestar esclarecimentos acerca de sua atuação e das atividades da referida entidade no que se refere ao esquema de desvio de recursos de aposentados por meio de descontos indevidos em seus benefícios.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), o Sr. **José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico**, para prestar esclarecimentos acerca de sua atuação e das atividades da referida entidade no



que se refere ao esquema de desvio de recursos de aposentados por meio de descontos indevidos em seus benefícios.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS tem por finalidade investigar irregularidades e práticas que possam ter contribuído para a fragilidade da gestão previdenciária e a ocorrência de fraudes, desvios e prejuízos ao erário e aos beneficiários em questão.

Nesse sentido, o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) foi citado como entidade envolvida no esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

De acordo com relatório da Polícia Federal, a entidade teve aumento incomum de arrecadação ligada ao INSS, passando de R\$ 17 milhões em 2019 para R\$ 90 milhões em 2023, totalizando R\$ 259 milhões.

Portanto, torna-se imprescindível a oitiva do Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, o qual integrou a direção da entidade no período investigado. Seu testemunho é da mais alta relevância para esta CPMI, tendo em vista o pleno esclarecimento das práticas adotadas pela entidade, a cadeia de decisões que permitiram a ocorrência das irregularidades investigadas, e a sua responsabilidade pessoal e da instituição no que tange ao tema.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2025.

Deputado Federal Mauricio Marcon
PODE/RS



48

REQUERIMENTO Nº , DE 2025 – CPMI DO INSS

(Do Sr. Delegado Fabio Costa)

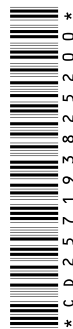
Requeiro a **CONVOCAÇÃO** do dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **convocação do Sr. José Ferreira da Silva, o Frei Chico, dirigente do SINDNAPI**, para prestar depoimento.

JUSTIFICATIVA

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI) tem papel de destaque na interlocução com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), representando uma ampla base de segurados que são diretamente afetados pelas políticas previdenciárias.



O Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, exerce funções de liderança no sindicato, participando de negociações, debates e mobilizações que impactaram diretamente a condução de políticas voltadas aos aposentados e pensionistas.

Sua convocação é necessária para que esta Comissão possa esclarecer a atuação do SINDNAPI no período em que esteve sob sua direção, apurando se houve participação, conhecimento ou omissão em relação a práticas de fraudes, concessões irregulares de benefícios ou eventuais desvios que envolvem a representação dos segurados perante o INSS.

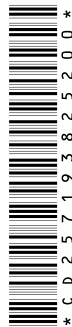
A oitiva de Frei Chico permitirá compreender melhor como se dava a relação entre o sindicato e o INSS, verificar a existência de eventuais irregularidades e avaliar se a entidade, em algum momento, foi utilizada de forma indevida em esquemas de fraude ou em articulações que resultaram em prejuízos para a Previdência Social e para os próprios aposentados.

Assim, sua presença é imprescindível para o esclarecimento dos fatos e para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Sala das Sessões, em de de 2025.

DEPUTADO DELEGADO FABIO COSTA

PP/AL



49



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva, Vice-presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Sr. José Ferreira da Silva, Vice-presidente Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindinapi). Conhecido pelo apelido de “Frei Chico”, desde 2008 faz parte da diretoria do Sindinapi e, em 2023, assumiu o cargo de Vice-Presidente da entidade. A Sindinapi é umas das 11 entidades investigadas na “Operação Sem Desconto”, deflagrada pela Polícia Federal em abril de 2025. Segundo apontou a CGU, muitos entrevistados afirmaram não serem filiados à entidade, e, ainda assim, os descontos foram executados.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2025.

Deputada Bia Kicis
(PL - DF)

50



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva, Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O SINDNAPI figura entre as entidades mais beneficiadas pelo mecanismo de descontos associativos operado via INSS, tendo recebido mais de R \$ 1 bilhão entre 2008 e 2025, segundo dados oficiais corrigidos monetariamente. No entanto, a análise técnica aponta para um conjunto robusto e convergente de irregularidades, privilégios e indícios de favorecimento institucional que exigem esclarecimentos públicos e imediatos por parte da entidade.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



51



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

As apurações conduzidas por esta CPMI e informações oriundas da imprensa nacional indicam a existência de desvios de vulto na gestão de benefícios previdenciários, por meio de descontos realizados em aposentadorias sem a devida autorização dos beneficiários. Em especial, segundo investigação da Polícia Federal divulgada pela Revista Oeste, o Sindnapi teria acumulado aproximadamente R\$ 259 milhões, entre 2019 e 2024, mediante cobranças irregulares, sem comprovação de autorização expressa dos segurados lesados.

Esse quadro ganha maior gravidade diante do fato de que, em agosto de 2023, o Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico e irmão do presidente da República, assumiu a vice-presidência do sindicato com apoio direto do Chefe do Executivo. Tal circunstância reforça a necessidade de escrutínio parlamentar, não apenas para apurar os mecanismos internos que permitiram o enriquecimento



da entidade, mas também para esclarecer se houve eventual influência política na condução de sua administração.

Ressalta-se ainda que, apesar do volume significativo dos valores envolvidos, a Advocacia-Geral da União (AGU) não incluiu o Sindnapi nem seus dirigentes entre as entidades e pessoas jurídicas alvo de pedidos de bloqueio de recursos ou de quebras de sigilo. Tal decisão foi justificada pelo então ministro Jorge Messias sob o argumento de que a entidade não preenchia os critérios mínimos adotados pelo INSS para a caracterização de fraude. Essa exclusão gera dúvidas relevantes sobre possíveis omissões do poder público e eventuais favorecimentos institucionais que precisam ser esclarecidos perante esta Comissão.

Diante desse cenário, a convocação do Sr. José Ferreira da Silva é imprescindível para que ele esclareça a dinâmica dos descontos praticados pelo sindicato, a existência ou não de autorização formal dos aposentados, a origem e destinação dos recursos acumulados, a relação de sua gestão com autoridades políticas e os motivos pelos quais o Sindnapi e seus dirigentes foram excluídos de medidas judiciais de bloqueio ou de responsabilização patrimonial.

A oitiva é fundamental para delimitar responsabilidades administrativas, políticas e eventualmente criminais, além de fornecer subsídios concretos para que esta CPMI formule recomendações que fortaleçam os mecanismos de controle, impeçam a repetição de práticas abusivas e assegurem que os recursos previdenciários sejam preservados em benefício exclusivo dos segurados.



Diante do exposto, peço aos Pares apoio na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



52



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDINAPI), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do senhor **José Ferreira da Silva**, conhecido como **Frei Chico**, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito revela-se medida urgente e inadiável. Na condição de **Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI)**, ocupa posição de liderança em uma das entidades diretamente ligadas ao esquema de descontos irregulares que atingiu milhões de beneficiários da Previdência Social.

É imperativo que o depoente esclareça o crescimento exponencial da arrecadação do sindicato, que passou de **R\$ 23,3 milhões em 2020 para R\$ 154,7 milhões em 2024**. Esse salto, ocorrido em meio a denúncias massivas de filiações não autorizadas e à deflagração da **Operação Sem Desconto**, suscita sérias dúvidas sobre a legitimidade desses recursos, obtidos à custa dos proventos da população



mais vulnerável do país. Ignorar tal discrepância seria desrespeitar a inteligência desta Comissão e do povo brasileiro.

A urgência de sua oitiva se reforça diante da constatação de uma grave anomalia administrativa em benefício direto do SINDNAPI: a dispensa seletiva, pelo INSS, da exigência de biometria facial para filiações ao sindicato justamente entre 2023 e 2024. Essa flexibilização, em violação a protocolos de segurança, abriu espaço para fraudes em larga escala, permitindo descontos automáticos sem a devida autorização dos segurados. É inconcebível supor que o vice-presidente da entidade desconhecesse ou não tivesse participação na obtenção de tal vantagem. Seu depoimento é essencial para esclarecer quem foram os agentes públicos envolvidos nessa exceção irregular, que sugere conivência institucional e até mesmo possível tráfico de influência, agravado por sua relação de parentesco com o Presidente da República.

A alegação de que o convocado não é alvo direto da Polícia Federal é irrelevante para os trabalhos desta CPMI. O escopo desta Comissão vai além da investigação criminal: abrange falhas administrativas, responsabilidades políticas e omissões sistêmicas. Como dirigente do SINDNAPI no auge do esquema, o senhor José Ferreira da Silva tinha poder de decisão e dever fiduciário. Nesse contexto, só restam duas hipóteses — ambas graves: participação consciente em enriquecimento ilícito às custas de aposentados ou omissão dolosa diante de fraudes evidentes sob sua gestão. Em qualquer cenário, seu testemunho é indispensável para desvendar a estrutura da fraude, identificar os responsáveis e propor medidas que erradiquem práticas criminosas que corroem a seguridade social brasileira.



Diante de todo o exposto, resta claro que o senhor **José Ferreira da Silva (Frei Chico)** tem muito a contribuir para o pleno esclarecimento dos fatos. Solicita-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento de convocação.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.

Deputado Lucas Redecker
(PSDB - RS)



53



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagens noticiadas revelaram que dirigentes do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) recebiam comissões a cada desconto aplicado sobre benefícios de aposentados, alcançando pelo menos R \$ 4,1 milhões, entre 2020 e 2023.

A empresa Gestora Eficiente Ltda., ligada a familiares de dirigentes do sindicato, teria sido beneficiada com vultosos pagamentos, em parceria com o banco Bmg e a seguradora Generali, dentro de esquema que resultou em milhares de reclamações de aposentados e em processos judiciais. O caso ficou conhecido como a “Farra do INSS” e motivou a Operação Sem Desconto da Polícia Federal.

Entre os nomes envolvidos está o próprio Sindnapi, sediado em São Paulo e ligado à Força Sindical, que tem como vice-presidente o Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os documentos levantados indicam crescimento explosivo no número de filiados do sindicato e forte aumento nas receitas obtidas por meio dos descontos



compulsórios, saltando de R\$ 23 milhões em 2020 para R\$ 154,7 milhões em 2024, um acréscimo de 563,9%.

Diante da gravidade dos indícios, da conexão do Sindnapi com altas autoridades políticas e da necessidade de apurar responsabilidades, é imprescindível a convocação de Frei Chico para prestar os devidos esclarecimentos perante esta Comissão.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)



54



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando o papel de José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, como vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI), entidade que tem sido alvo de investigação na CPMI das Fraudes do INSS devido a suspeitas de irregularidades em descontos associativos aplicados a aposentados e pensionistas, é imprescindível que ele seja convocado para prestar depoimento à Comissão.

A CPMI tem aprovado requerimentos que miram especificamente investigações relacionadas ao Sindnapi, buscando informações sobre suas prestações de contas, convênios, assim como a identificação das contas bancárias indicadas pela entidade para o recebimento de recursos do Fundo do Regime Geral da Previdência Social. Esses fatos indicam a necessidade de esclarecimento sobre possíveis vínculos e responsabilidades de Frei Chico no esquema investigado.



Além disso, há indícios de que o Sindnapi, sob a sua vice-presidência, pode ter se beneficiado de práticas irregulares para coleta de recursos, o que torna o depoimento dele essencial para a elucidação dos fatos, o rastreamento do “caminho do dinheiro” e para garantir a transparência e a correta apuração das eventuais fraudes.

Portanto, a convocação de Frei Chico é crucial para que a CPMI adquira todas as informações necessárias para o pleno exercício de suas funções investigativas, promovendo a responsabilização dos envolvidos e a proteção dos direitos dos aposentados e pensionistas atingidos.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)



55



CONGRESSO NACIONAL
Deputado José Medeiros

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor JOSÉ FERREIRA DA SILVA, vice-presidente SINDNAPI, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como investigado.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do senhor José Ferreira da Silva, conhecido como “Frei Chico”, é medida imprescindível para o pleno esclarecimento das irregularidades, desvios de recursos e crimes cometidos no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), especialmente relacionados às cobranças indevidas e descontos automáticos de contribuições associativas não autorizadas em benefícios de aposentados e pensionistas.

De acordo com investigações da Polícia Federal e relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU), o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI), do qual José Ferreira da Silva é vice-presidente, está no centro do esquema investigado pela Operação *Sem Desconto*, que apura fraudes bilionárias em descontos irregulares nos benefícios previdenciários. O prejuízo estimado supera R\$ 6,3 bilhões entre



2019 e 2024, (<https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/operacao-sem-desconto-pf-novas-provas-fraude-inss-estados/>).

Segundo a CGU, o SINDNAPI prestou declaração falsa ao omitir que José Ferreira da Silva, irmão do Presidente da República, integrava a diretoria da entidade, contrariando exigência legal que veda parcerias com parentes de agentes públicos (<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cgu-diz-que-sindnapi-omitiu-presenca-de-irmao-de-lula-no-sindicato/>).

O Exmo..Sr Relator da CPMI identificou possíveis crimes de corrupção e tráfico de influência na celebração de parcerias entre o INSS e o SINDNAPI durante o período em que José Ferreira da Silva exercia função de direção (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/09/cpmi-do-inss-relator-ve-organizacao-criminosa-em-sindicato>), o que afronta a Lei nº 13.019/2014.

Revelou-se que a Polícia Federal apreendeu cofre e dinheiro vivo na sede do sindicato, reforçando a gravidade das suspeitas (<https://revistaoeste.com/politica/policia-federal-apreende-cofre-e-dinheiro-vivo-em-sindicato-do-irmao-de-lula/>). Além disso, foi noticiado que a CPMI autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos dirigentes do SINDNAPI (<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/cpmi-quebra-sigilos-sindicato-irmao-lula-vice-presidente/>).

A convocação de José Ferreira da Silva é, portanto, indispensável para apurar se houve participação direta, intermediação ou influência política indevida



sobre dirigentes e servidores do INSS, e para esclarecer eventuais vantagens ilícitas decorrentes de sua atuação institucional.

O presidente da CPMI, senador Carlos Viana, declarou à Revista Veja (<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/presidente-da-cpmi-do-inss-quer-convocar-irmao-de-lula/>) que considera urgente a oitiva de José Ferreira da Silva, reforçando a necessidade de transparência e imparcialidade nas investigações. Há ainda menções históricas à atuação de Frei Chico junto a empresas privadas e à Odebrecht, conforme registrado em biografias divulgadas na internet.

Diante da relevância e da gravidade dos fatos apurados, esta convocação visa garantir o pleno exercício do dever constitucional de fiscalização do Parlamento, assegurando que nenhum cidadão, independentemente de laços familiares com o poder, fique imune à investigação dos órgãos competentes.

Destarte, peço apoio aos pares que aprovem este Requerimento.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2025.

Deputado José Medeiros
(PL - MT)



56

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025/CPMI nº _____
Criada pelo RQN 7/2025

Postula que seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor ADELINO RODRIGUES JUNIOR, CPF 727.462.111-49.

Senhor Presidente,

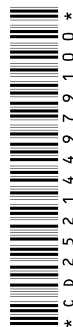
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento o senhor ADELINO RODRIGUES JUNIOR, CPF 727.462.111-49, pelos fatos e fundamentos na sequência expostos.

JUSTIFICAÇÃO

As investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Sem Desconto, divulgadas pela revista Piauí¹, apontaram a existência de uma organização criminosa complexa, estruturada para fraudar beneficiários do INSS por meio de descontos indevidos em benefícios previdenciários. Dentro dessa estrutura, diversos operadores e sócios do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, desempenharam papel estratégico na manutenção da fraude. Entre eles, destaca-se o senhor Adelino Rodrigues Júnior, cuja convocação a esta CPMI é medida indispensável para o esclarecimento dos fatos.

Relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) evidenciam que empresas ligadas ao grupo do Careca movimentaram vultosos recursos de forma incompatível com suas atividades

¹ Acessada em <https://s3.amazonaws.com/uploads.piaui.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2025/06/06110142/Representacao-da-PF-para-realizacao-da-Operacao-Sem-Desconto.pdf>, no dia 18/08/2025.



econômicas. Em diversos casos, constatou-se a circulação de dinheiro sem justificativa plausível, alcançando empresas ligadas ou relacionadas a Adelino Rodrigues Júnior, o que demonstra sua relevância para o esquema e a necessidade de apuração detalhada de sua participação.

A própria Advocacia-Geral da União (AGU), em manifestação cautelar, destacou que o núcleo de sócios e operadores do Careca do INSS era utilizado para dar aparência de legalidade a negócios simulados, permitindo a lavagem de capitais e a ocultação de patrimônio. Nesse cenário, Adelino Rodrigues Júnior surge como figura central a ser ouvida, uma vez que atuou em empreendimentos e movimentações diretamente vinculadas à rede operada por Antônio Carlos Camilo Antunes.

Reportagens veiculadas por veículos como a CNN Brasil e o Estadão reforçam que a organização mantinha padrão de vida absolutamente incompatível com os rendimentos formais declarados, incluindo imóveis de luxo, veículos de alto valor e até estruturas em paraísos fiscais. A participação de Adelino Rodrigues Júnior, como sócio em empreendimentos ligados ao grupo, deve ser esclarecida pela via de depoimento direto, de modo a apurar a efetiva extensão de suas responsabilidades no núcleo empresarial da fraude.

Além disso, a representação da Polícia Federal que embasou a Operação Sem Desconto² deixou claro que a atuação do Careca não se dava de forma isolada, mas com apoio de sócios, laranjas e operadores. Adelino Rodrigues Júnior, segundo os indícios coletados, integra este círculo restrito de pessoas utilizadas para movimentar recursos ilícitos e dar continuidade ao esquema de lavagem de dinheiro. Sua convocação permitirá que esta Comissão confronte tais informações e busque confirmar ou refutar a versão apresentada nos documentos oficiais.

A oitiva do senhor Adelino Rodrigues Júnior é, portanto, essencial para que a CPMI avance no rastreamento da cadeia de comando e de execução da fraude, permitindo identificar como se davam os fluxos financeiros, quais eram as empresas utilizadas como fachada e qual a relação entre os sócios e operadores do Careca do INSS. A sua presença também possibilitará esclarecer potenciais vínculos com agentes públicos ou privados que possam ter dado suporte ao esquema.

Por fim, a convocação encontra amparo no art. 58, §3º, da Constituição Federal, bem como nos arts. 1º e 2º da Lei nº

² Acessada em <https://s3.amazonaws.com/uploads.piaui.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2025/06/06110142/Representacao-da-PF-para-realizacao-da-Operacao-Sem-Desconto.pdf>, no dia 18/08/2025.



1.579/1952, e é plenamente adequada ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A oitiva do senhor Adelino Rodrigues Júnior contribuirá de forma decisiva para a elucidação das responsabilidades, o rastreamento do dinheiro público desviado e a responsabilização dos envolvidos em um dos maiores esquemas de fraude previdenciária já identificados no país.

Sala das Comissões,

Deputada **ADRIANA VENTURA**

NOVO - SP



57



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO Nº DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Adelino Rodrigues Junior**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Adelino Rodrigues Junior** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro



Social (INSS). O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a apuração das responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do senhor **Adelino Rodrigues Júnior**, cujo nome foi citado em relatório da **Polícia Federal (PF)** referente às fraudes no **INSS**, no qual se aponta sua participação no esquema.

Segundo o referido documento, pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas receberam somas expressivas de entidades associativas, bem como de empresas intermediárias a elas relacionadas. Ressalta-se, ainda, que o convocado é sócio da empresa **DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros**, juntamente com **Domingos Sávio de Castro**, ambos igualmente investigados.

Assim, a convocação proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fraude-no-inss-investigados-tinham-empresas-carros-de-luxo-e-joias/>



58



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI
- INSS - CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.****REQUERIMENTO Nº DE 2025**

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Adelino Rodrigues Junior**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Adelino Rodrigues Junior** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**

O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a apuração das responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do senhor **Adelino Rodrigues Júnior**, cujo nome foi citado em relatório da





CONGRESSO NACIONAL

Polícia Federal (PF) referente às fraudes no **INSS**, no qual se aponta sua participação no esquema.

Segundo o referido documento, pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas receberam somas expressivas de entidades associativas, bem como de empresas intermediárias a elas relacionadas. Ressalta-se, ainda, que o convocado é sócio da empresa **DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros**, juntamente com **Domingos Sávio de Castro**, ambos igualmente investigados.

Assim, a convocação proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ALENCAR SANTANA

Deputado Federal – PT/SP

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fraude-no-inss-investigados-tinham-empresas-carros-de-luxo-e-joias/>



59



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO Nº DE 2025

Requer que seja convocado **a prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor Adelino Rodrigues Junior.**

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento **o Senhor Adelino Rodrigues Junior** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**

O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos



benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a apuração das responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do senhor **Adelino Rodrigues Júnior**, cujo nome foi citado em relatório da **Polícia Federal** (PF) referente às fraudes no **INSS**, no qual se aponta sua participação no esquema.

Segundo o referido documento, pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas receberam somas expressivas de entidades associativas, bem como de empresas intermediárias a elas relacionadas. Ressalta-se, ainda, que o convocado é sócio da empresa **DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros**, juntamente com **Domingos Sávio de Castro**, ambos igualmente investigados.

Assim, a convocação proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Deputados (as):

Senadores (as)

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fraude-no-inss-investigados-tinham-empresas-carros-de-luxo-e-joias/>



60



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Adelino Rodrigues Junior, Sócio da DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 – CN, com a finalidade de investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas. As apurações buscam compreender a atuação de entidades associativas, empresas e pessoas físicas que, de acordo com investigações da Polícia Federal e da Advocacia-Geral da União (AGU), estariam envolvidas na prática de retenções indevidas e na criação de estruturas voltadas à obtenção ilícita de recursos públicos.

No âmbito dessas investigações, foi identificada a atuação da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros, da qual o senhor Adelino Rodrigues Júnior é sócio. Segundo depoimentos colhidos pela Polícia Federal e divulgados pela imprensa, a referida empresa teria desempenhado papel relevante no funcionamento do chamado “SAC das fraudes”, estrutura montada para atender e intermediar demandas de beneficiários lesados por descontos ilegais, ao mesmo



tempo em que buscava encobrir e operacionalizar a manutenção do esquema criminoso. Tais elementos indicam possível participação direta ou indireta do convocado na engrenagem utilizada para a prática das irregularidades.

Diante da gravidade das informações e da necessidade de esclarecer a atuação de empresas privadas na operacionalização do esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas, a oitiva do senhor Adelino Rodrigues Júnior se mostra imprescindível para o aprofundamento das investigações desta CPMI. Sua convocação é medida relevante e necessária para subsidiar os trabalhos parlamentares, garantir transparência e auxiliar na responsabilização dos envolvidos. Assim, solicita-se a aprovação do presente Requerimento e a indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2025.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)



61



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO Nº DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Adelino Rodrigues Junior**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Adelino Rodrigues Junior** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro



Social (INSS). O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a apuração das responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do senhor **Adelino Rodrigues Júnior**, cujo nome foi citado em relatório da **Polícia Federal** (PF) referente às fraudes no **INSS**, no qual se aponta sua participação no esquema.

Segundo o referido documento, pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas receberam somas expressivas de entidades associativas, bem como de empresas intermediárias a elas relacionadas. Ressalta-se, ainda, que o convocado é sócio da empresa **DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros**, juntamente com **Domingos Sávio de Castro**, ambos igualmente investigados.

Assim, a convocação proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Paulo Pimenta
Deputado Federal (PT-RS)

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fraude-no-inss-investigados-tinham-empresas-carros-de-luxo-e-joias/>



62



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento o senhor ADELINO RODRIGUES JUNIOR, representante legal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), na condição de INVESTIGADO, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do senhor Adelino Rodrigues Junior é uma medida inadiável e indispensável para a elucidação das engrenagens de um esquema criminoso que, conforme apurado pela Polícia Federal na "Operação Sem Desconto", logrou se infiltrar nas estruturas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para lesar aposentados e pensionistas em escala industrial. A investigação revela que o convocado não é uma figura periférica, mas um operador central e multifacetado, que atuava simultaneamente como procurador da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) e como intermediário financeiro do núcleo da organização. Essa dupla função o posiciona como um



elo nevrálgico, utilizando a fachada de representação legal de uma entidade associativa para conferir um verniz de legitimidade a um sofisticado esquema de desvio de recursos, tornando seu depoimento crucial para expor a metodologia de cooptação e o abuso de instrumentos formais para fins ilícitos.

A profundidade do envolvimento do senhor Adelino Rodrigues Junior é materializada por fluxos financeiros de vulto, que o colocam no epicentro da lavagem de dinheiro e da distribuição de ganhos ilícitos. Relatórios de Inteligência Financeira demonstram que, em sociedade com outro operador central, Domingos Savio de Castro, o convocado participou ativamente do envio de mais de R\$ 2 milhões (R\$ 2.037.166,61) ao principal lobista do esquema, Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS". Além de sua função como canalizador de recursos, Adelino figura como beneficiário direto de quantias massivas e incompatíveis com sua capacidade econômica declarada, recebendo mais de R\$ 2,6 milhões em suas contas por meio de transações fragmentadas, uma tática clássica para dificultar o rastreamento e ocultar a origem espúria dos valores. A oitiva do investigado é, portanto, essencial para que esta CPMI possa mapear a rota do dinheiro e quantificar o dano causado pela organização criminosa, expondo a arquitetura financeira que sustentava a fraude.

O ponto mais alarmante e que torna esta convocação um ato de urgência máxima é a evidência contundente que liga o investigado diretamente à corrupção da mais alta cúpula do INSS. A Polícia Federal identificou que Adelino Rodrigues Junior foi o responsável direto por transferir R\$ 59.000,00 para a conta pessoal da senhora Thaisa Hoffmann Jonasson, companheira do então Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS), Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho. Este ato não pode ser interpretado senão como um pagamento de vantagem indevida, um indício robusto de corrupção passiva destinado a comprar o silêncio, a conivência ou a colaboração do principal responsável pelo assessoramento jurídico da autarquia. É um ataque frontal à integridade institucional do Estado, demonstrando uma audácia criminosa que



alcançou o mais alto nível de supervisão legal do INSS. Ignorar a necessidade de ouvir o pagador dessa propina seria uma omissão grave desta Comissão, que tem o dever de investigar a fundo até que ponto a estrutura de poder do Instituto foi deliberadamente comprometida para garantir a perpetuação de um esquema bilionário de fraudes contra os cidadãos mais vulneráveis.

Dessa forma, considera-se que o senhor ADELINO RODRIGUES JUNIOR, representante legal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



63



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja CONVOCADO o senhor ADELINO RODRIGUES JUNIOR, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito aprovada pelo Requerimento nº 7/2025, o qual subscrevi como coautor, tem como finalidade a investigação do mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Os descontos irregulares tiveram início há anos atrás, impulsionados pelo afrouxamento das regras de fiscalização e de monitoramento de entidades associativas. De 2019 a 2024, houve um aumento significativo de descontos associativos direto na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, sendo que de 2020 a 2024, o número aumentou 77 vezes, saindo de 18.690 para 1,4 milhão.

Nesse contexto, a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), e identificou diferentes



* C D 2 5 1 7 7 1 4 8 6 7 0 0 *

atores envolvidos nos atos criminosos, sendo que os núcleos principais de investigação envolvem desde servidores públicos até pessoas inocentes que foram utilizadas como laranjas nas entidades associativas. De modo resumido, as investigações apontam que associações e entidades de classe cobravam mensalidades indevidas diretamente nos contracheques de beneficiários, sem o conhecimento ou consentimento destes, com base em documentos e assinaturas fraudulentas.

Até o momento, estima-se que os descontos podem chegar a mais de R\$ 6 bilhões, sendo que o INSS considera que foram em média 4,1 milhões de beneficiários possivelmente prejudicados, resultando em suspensão de diversos acordos com entidades e necessidade de ressarcimento aos aposentados.

Importante ressaltar que o senhor Adelino Rodrigues Junior compõe o grupo de pessoas que movimentou valores ilícitos e participou diretamente no processo de lavagem de dinheiro das entidades associativas. Assim, sua convocação revela-se necessária para que esta Comissão possa confrontar as informações oficiais disponíveis e verificar sua veracidade, confirmando-as ou afastando-as.

Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de convocação, a fim de que possamos analisar em profundidade todos os elementos que compõem o complexo arcabouço dos fatos que são objeto desta CPMI.

Sala da Comissão, de de .

Deputado Duarte Jr.
(PSB - MA)



64



Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

REQUERIMENTO Nº , DE 2025/CPMI – FRAUDE DO INSS
(Da Sra. Coronel Fernanda)

Postula seja CONVOCADA para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor Alan Santos, atualmente ocupa cargo Diretor de Relacionamento e Negócios da empresa pública DATAPREV.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento o senhor Alan Santos, atualmente ocupante do cargo Diretor de Relacionamento e Negócios da empresa pública DATAPREV, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br





Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Considerando a necessidade de aprofundar a apuração dos fatos no âmbito das investigações sobre irregularidades e fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e em observância ao Princípio da Verdade Real (ou Material), que rege o processo administrativo e impõe à Administração o dever de buscar a verdade dos fatos para além das provas e argumentos inicialmente produzidos, justifica-se a convocação de Alan Santos para prestar depoimento.

Embora as investigações recentes sobre esquemas de fraude e corrupção no INSS não apontem, até o presente momento, registros ou indícios diretos de envolvimento pessoal de Alan Santos em tais irregularidades, sua atuação em cargos de direção e em conselhos do INSS, conforme amplamente documentado em notícias e registros institucionais, confere-lhe conhecimento privilegiado sobre os procedimentos internos, mecanismos de controle e as discussões relativas à prevenção e combate a fraudes, especialmente no que tange a empréstimos consignados e descontos indevidos em benefícios.

A ausência de indícios diretos de participação em ilícitos não elide a relevância de seu depoimento para o esclarecimento de aspectos operacionais e decisórios que podem ser cruciais para a compreensão da dinâmica das fraudes investigadas. Pelo contrário, a menção de seu nome em contextos institucionais, onde participou ativamente de debates e proposições de medidas para coibir fraudes e aprimorar controles, reforça a pertinência de sua oitiva como fonte de informações qualificadas.

Nesse sentido, a convocação de Alan Santos não se configura como um ato de imputação, mas sim como uma diligência instrutória essencial para a elucidação completa dos fatos, em conformidade com o devido processo legal e o interesse público na apuração da verdade. Seu depoimento poderá fornecer elementos valiosos para a investigação, contribuindo para a identificação de lacunas nos sistemas de controle, a compreensão das vulnerabilidades exploradas pelos fraudadores e o aprimoramento das políticas de segurança e integridade do INSS.

Assim, a oitiva de Alan Santos é medida que se impõe para a plena consecução dos objetivos da investigação, garantindo a busca pela verdade real e a efetividade da apuração das irregularidades no âmbito do INSS.



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br





Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Sala das Comissões, em de de 2025.

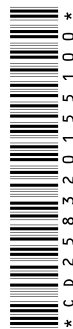
Deputada Coronel Fernanda

PL-MT



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 2º andar,
gabinete 242 dep.coronelfernanda@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258320155100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Fernanda



65



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Alan Santos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Alan Santos é servidor de carreira do INSS há mais de 25 anos, tendo exercido funções estratégicas na área de tecnologia e informação, como Coordenador de Tecnologia e Informação (2008–2009 e 2012–2015) e Assessor da Presidência do Instituto. Desde 2019, ocupa a Diretoria de Relacionamento e Negócios da Dataprev, empresa pública responsável pela gestão dos sistemas tecnológicos que viabilizam a folha de pagamento e os empréstimos consignados do INSS.

Durante sua gestão, foram implementadas soluções e parcerias que modernizaram a plataforma de consignados, coincidindo temporalmente com o aumento expressivo de denúncias de descontos indevidos em contracheques de aposentados e pensionistas, decorrentes de supostas filiações não autorizadas a associações diversas.

Ressalte-se que, segundo relato da Auditora da Controladoria-Geral da União (CGU), Eliane Viegas Mota, ao ser questionada por esta CPMI sobre a



fiscalização dos cadastramentos de associados, afirmou que tal fiscalização ocorria de forma sistêmica, por meio dos sistemas internos responsáveis pelo controle.

Diante disso, e considerando o relato cima mencionado, a oitiva do Sr. Alan Santos é imprescindível para esclarecer a extensão de sua responsabilidade sobre a implantação e supervisão dessas plataformas/sistemas, bem como para apurar se houve omissão, falhas de controle ou facilitação de práticas lesivas aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Sala da Comissão, 4 de setembro de 2025.

Deputada Bia Kicis
(PL - DF)



66



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora CLELIA LUCIA CAMILO DE MORAIS ANTUNES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Consta dos autos do Inquérito Policial nº IPL 2024.0045640, disponibilizado em matéria publicada pela Revista Piauí, a informação de que a Sra. CLELIA LUCIA CAMILO DE MORAIS ANTUNES teria recebido, em 15 de julho de 2020, o valor de R\$ 1.649.120,00 do Sr. Rubens Oliveira Costa.

Rubens Oliveira Costa é um dos investigados no âmbito da Operação Sem Desconto, por ser sócio de diversas empresas ligadas a Antonio Carlos Camilo Antunes (o “Careca do INSS”) e que figuram no centro de movimentações financeiras atípicas e volumosas. Além disso, Rubens é sócio de Thaisa Hoffman Jonasson, esposa do Procurador do INSS Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, e que teria recebido valores expressivos. Rubens ainda tem vínculo societário com o investigado Alexandre Guimarães, ex-diretor do INSS. Com efeito, Rubens atuou como um operador financeiro chave dentro do esquema investigado, facilitando ocultação patrimonial, intermediando o desvio de recursos públicos e viabilizando a movimentação dos recursos até seus usuários finais.



Ressalte-se que Clelia Antunes é irmã do investigado Antonio Carlos Camilo Antunes e com ele manteve sociedade até 06 de novembro de 2020 na empresa ANTUNES & CAMILO LTDA (CNPJ 33476607000100). Clelia exerce o cargo de Técnico de Nível Médio III no Ministério das Cidades desde 13/04/2009, tendo ocupado cargos DAS 102.3 e 102.1 no Ministério das Cidades e no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Tendo em vista a transação financeira vultosa com Rubens Oliveira, operador chave do esquema criminoso, seu histórico de vínculo societário com Antonio Carlos Camilo Antunes contemporâneo à referida transação, é necessário que a Sra. Clelia Antunes seja ouvida para que se entenda sua relação com os mencionados investigados.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator



67



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor REISSANLUZ SOUSA DE OLIVEIRA, CPF 941.734.862-00, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito identificou, ao longo das diligências, elementos que tornam relevante a oitiva do senhor REISSANLUZ SOUSA DE OLIVEIRA, na condição de testemunha, para que seja ouvido perante esta CPMI.

Nesse sentido, a partir da atuação profissional da referida testemunha, por ter sido um dos pilotos que mais realizou voos na aeronave Beech Aircraft, modelo F90, prefixo PT-LPL, ligada indiretamente a ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES, o “Careca do INSS”, o depoimento do senhor REISSANLUZ poderá contribuir para esclarecer a esta CPMI alguns pontos relevantes para revelar vínculos entre investigados, no contexto das investigações sobre as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social. Com efeito, por ter conhecimento de quem utilizava as aeronaves como passageiro, o coloca em posição privilegiada de oferecer informações relevantes sobre possíveis conexões com práticas fraudulentas que afetaram milhões de aposentados e pensionistas.



Dessa forma, sua presença perante esta CPMI é medida necessária para o pleno entendimento dos fatos em apuração, permitindo que os membros desta Comissão obtenham esclarecimentos diretos e relevantes sobre vínculos entre os investigados.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator



68



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **Senhor JOSE ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**, para discorrer sobre supostas ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.**

De acordo com o relatório da Polícia Federal (PF), o senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira, ex-ministro da Previdência de Jair Bolsonaro (PL), e de José Laudenor. Todos os envios, de acordo com o órgão comunicante, foram realizados sem justificativa aparente.



Diante desses elementos, a oitiva do Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES se mostra fundamental para o aprofundamento das investigações parlamentares. Sua convocação poderá esclarecer os mecanismos utilizados para fraudar os sistemas do INSS, detalhar sua relação com as entidades conveniadas, os fluxos financeiros entre empresas ligadas a ele e servidores públicos, além de colaborar com a identificação de eventuais responsabilidades administrativas, cíveis e penais de outros envolvidos no esquema.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Paulo Pimenta

Deputado Federal (PT-RS)



69



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado **a prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES.**

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, **o Senhor JOSE ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**, para discorrer sobre supostas ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.**

De acordo com o relatório da Polícia Federal (PF), o senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira, ex-ministro da Previdência de Jair Bolsonaro (PL), e de José Laudenor. Todos os envios, de acordo com o órgão comunicante, foram realizados sem justificativa aparente.



Diante desses elementos, a oitiva do Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES se mostra fundamental para o aprofundamento das investigações parlamentares. Sua convocação poderá esclarecer os mecanismos utilizados para fraudar os sistemas do INSS, detalhar sua relação com as entidades conveniadas, os fluxos financeiros entre empresas ligadas a ele e servidores públicos, além de colaborar com a identificação de eventuais responsabilidades administrativas, cíveis e penais de outros envolvidos no esquema.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Deputados (as):

Senadores (as)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

70



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **Senhor JOSE ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**, para discorrer sobre supostas ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.**

De acordo com o relatório da Polícia Federal (PF), o senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira, ex-ministro da Previdência de Jair Bolsonaro (PL), e de José Laudenor. Todos os envios, de acordo com o órgão comunicante, foram realizados sem justificativa aparente.

Diante desses elementos, a oitiva do Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES se mostra fundamental para o aprofundamento das investigações parlamentares. Sua convocação poderá esclarecer os mecanismos utilizados para fraudar os sistemas do INSS, detalhar sua relação com as entidades conveniadas, os fluxos financeiros entre empresas ligadas a ele e servidores públicos, além de colaborar com a identificação de eventuais responsabilidades administrativas, cíveis e penais de outros envolvidos no esquema.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual





CONGRESSO NACIONAL

solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a realização do depoimento.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

ALENCAR SANTANA

Deputado Federal – PT/SP



71



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor José Arnaldo Bezerra Guimarães**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **Senhor JOSE ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES**, para discorrer sobre supostas ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.**

De acordo com o relatório da Polícia Federal (PF), o senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira, ex-ministro da Previdência de Jair Bolsonaro (PL), e de José Laudenor. Todos os envios, de acordo com o órgão comunicante, foram realizados sem justificativa aparente.



Diante desses elementos, a oitiva do Senhor JOSÉ ARNALDO BEZERRA GUIMARÃES se mostra fundamental para o aprofundamento das investigações parlamentares. Sua convocação poderá esclarecer os mecanismos utilizados para fraudar os sistemas do INSS, detalhar sua relação com as entidades conveniadas, os fluxos financeiros entre empresas ligadas a ele e servidores públicos, além de colaborar com a identificação de eventuais responsabilidades administrativas, cíveis e penais de outros envolvidos no esquema.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG



72



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Considera-se relevante a oitiva do Senhor Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal, que ocupou cargos relevantes na estrutura de coordenação e supervisão da política previdenciárias e do INSS entre 2019 e 2022, quando a tecnologia da fraude dos descontos associativos foi desenvolvida e implantada. Foi Procurador-Geral Federal entre 10/11/2021 e 31/12/2022, responsável pela defesa judicial do INSS e supervisão da atuação do então Procurador-Chefe do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, de quem era o chefe imediato. Ainda, foi Diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho entre 2019 e 2020, e Assessor do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência de 2020 a 2021.



Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento do Senhor Miguel Cabrera Kauam, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



73



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor João Branco Garcia, sócio administrador da Jbg Apoio Empresarial LTDA., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

O sr. João Branco Garcia é sócio administrador da Jbg Apoio Empresarial LTDA - CNPJ nº 48.850.427/0001-05, que segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 09 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.

Assim, mostra-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento do Senhor João Branco



Garcia, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



74



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o senhor **PHILIPPE ROTERS COUTINHO, AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL (PF)**, na condição de **INVESTIGADO**, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

A "Operação Sem Desconto", conduzida pela Polícia Federal em cooperação com a Controladoria-Geral da União, expôs as entranhas de um esquema criminoso de dimensões abissais, que subtraiu, de forma sistemática e contínua entre 2019 e 2024, mais de R\$ 6,3 bilhões dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. A longevidade e a magnitude desta fraude apontam para uma falha sistêmica devastadora nos mecanismos de controle do Estado, agravada de maneira inaudita pela suspeita de envolvimento direto de agentes públicos, cuja função primordial seria precisamente a de proteger o cidadão e a ordem legal. Neste cenário de corrupção institucionalizada, a figura do agente da Polícia Federal Philippe Roters Coutinho emerge como um elemento de particular gravidade,



representando a potencial perversão de uma das mais respeitadas instituições da República para a facilitação de atividades ilícitas. Sua convocação é, portanto, uma medida inadiável para que esta Comissão possa dissecar a infiltração criminosa no aparelho estatal.

Os indícios que pesam sobre o senhor Philipe Roters Coutinho são robustos, contundentes e ultrapassam a esfera da mera suspeita. Investigações revelaram que, em 28 de novembro de 2024, o agente utilizou sua posição e recursos da corporação, incluindo uma viatura oficial, para prover uma escolta irregular a figuras centrais do esquema, como o empresário Danilo Berndt Trento e o então procurador-geral do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, por áreas restritas do Aeroporto de Congonhas. Este último é apontado como um dos principais beneficiários do esquema, com um enriquecimento ilícito que supera R\$ 18 milhões. A gravidade deste ato é amplificada pela apreensão, em seu apartamento, da exorbitante quantia de US\$ 199,6 mil em espécie, além de um arsenal e pedras preciosas, fatos que, somados a um padrão de viagens atípicas a Brasília, configuram um mosaico probatório que desautoriza qualquer narrativa de coincidência ou ingenuidade.

Diante do exposto, o depoimento do senhor Philipe Roters Coutinho é absolutamente imprescindível para o avanço dos trabalhos desta CPMI. Sua defesa preliminar, que tenta reduzir a escolta de investigados a um mero "favor" a um amigo, soa como um acinte à inteligência desta Comissão e da sociedade brasileira, especialmente quando confrontada com a vultosa quantia em dinheiro vivo encontrada em sua posse. É imperativo que o convocado esclareça, sob o juramento de dizer a verdade, a origem lícita de tais valores, a natureza de sua relação com a cúpula da organização criminosa, e a extensão do uso de sua função e de recursos públicos para blindar ou facilitar as operações fraudulentas. A elucidação de seu papel é crucial não apenas para determinar sua responsabilidade individual, mas também para mapear a profundidade da infiltração do crime organizado nas instituições de Estado e para subsidiar a proposição de mecanismos



de controle interno que previnam, de uma vez por todas, que agentes da lei se convertam em cúmplices do crime.

Dessa forma, considera-se que o senhor **PHILIPPE ROTERS COUTINHO, AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL (PF)**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 28 de julho de 2025.

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



75



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Philipe Roters Coutinho, Agente da Polícia Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Philipe Roters Coutinho, Agente da Polícia Federal, deve ser convocado para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em razão de fatos graves que indicam possível envolvimento em atividades criminosas vinculadas à fraude no INSS. Segundo informações oficiais, o servidor foi flagrado portando US\$#200 mil em espécie, quantia incompatível com sua remuneração, levantando suspeitas de enriquecimento ilícito.

Adicionalmente, há indícios de que Philipe Roters Coutinho teria utilizado seu cargo para fornecer suporte operacional ao grupo criminoso investigado, o que configura potencial violação de deveres funcionais e atentado à integridade das investigações conduzidas pela Polícia Federal.

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de esclarecimento sobre sua atuação e eventuais conexões com o esquema de fraude, sua convocação



se mostra imprescindível para a completa apuração dos fatos e eventual responsabilização.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



76



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Philipe Roters Coutinho**.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **senhor Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal**.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convocar o agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho para prestar esclarecimentos no âmbito da CPMI do INSS, diante de sua suspeita de envolvimento em fraudes que beneficiaram empresários e causaram prejuízos a aposentados e pensionistas desde 2019.

Consta em relatório da Polícia Federal a apreensão de US\$ 200 mil em seu poder, bem como indícios de condutas incompatíveis com suas atribuições funcionais, incluindo condução de investigados por área restrita do Aeroporto de Congonhas e utilização de viatura oficial da corporação para fins privados.

A oitiva do agente Philipe Roters Coutinho é, portanto, essencial para o esclarecimento dos fatos, identificação de responsabilidades e efetividade das investigações conduzidas pela CPMI, assegurando a integridade do processo de apuração.

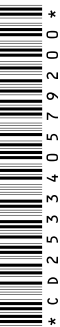
Sala da Comissão, de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG



1ª PARTE - DELIBERATIVA

77



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS - CRIADA
PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado **a prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor Philipe Roters Coutinho.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, **o senhor Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.**

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convocar o agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho para prestar esclarecimentos no âmbito da CPMI do INSS, diante de sua suspeita de envolvimento em fraudes que beneficiaram empresários e causaram prejuízos a aposentados e pensionistas desde 2019.

Consta em relatório da Polícia Federal a apreensão de US\$ 200 mil em seu poder, bem como indícios de condutas incompatíveis com suas atribuições funcionais, incluindo condução de investigados por área restrita do Aeroporto de Congonhas e utilização de viatura oficial da corporação para fins privados.

A oitiva do agente Philipe Roters Coutinho é, portanto, essencial para o esclarecimento dos fatos, identificação de responsabilidades e efetividade das investigações conduzidas pela CPMI, assegurando a integridade do processo de apuração.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.



78



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Philipe Roters Coutinho, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Policial Federal (afastado na Operação Sem Desconto)

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convocar o agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho para prestar esclarecimentos no âmbito da CPMI do INSS, diante de sua suspeita de envolvimento em fraudes que beneficiaram empresários e causaram prejuízos a aposentados e pensionistas desde 2019.

Consta em relatório da Polícia Federal a apreensão de US\$ 200 mil em seu poder, bem como indícios de condutas incompatíveis com suas atribuições funcionais, incluindo condução de investigados por área restrita do Aeroporto de Congonhas e utilização de viatura oficial da corporação para fins privados.

A oitiva do agente Philipe Roters Coutinho é, portanto, essencial para o esclarecimento dos fatos, identificação de responsabilidades e efetividade das investigações conduzidas pela CPMI, assegurando a integridade do processo de apuração.



Diante da relevância e da gravidade dos fatos, a convocação do senhor Philipe Roters Coutinho é imprescindível para que esta Comissão possa cumprir seu papel de esclarecer responsabilidades e garantir a responsabilização de todos os envolvidos.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2025.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Senador PT/ES



79



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI
- INSS - CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.**

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Philipe Roters Coutinho.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento, o senhor Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convocar o agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho para prestar esclarecimentos no âmbito da CPMI do INSS, diante de sua suspeita de envolvimento em fraudes que beneficiaram empresários e causaram prejuízos a aposentados e pensionistas desde 2019.

Consta em relatório da Polícia Federal a apreensão de US\$ 200 mil em seu poder, bem como indícios de condutas incompatíveis com suas atribuições funcionais, incluindo condução de investigados por área restrita do Aeroporto de Congonhas e utilização de viatura oficial da corporação para fins privados.

A oitiva do agente Philipe Roters Coutinho é, portanto, essencial para o esclarecimento dos fatos, identificação de responsabilidades e efetividade das investigações conduzidas pela CPMI, assegurando a integridade do processo de apuração.





CONGRESSO NACIONAL

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.
Deputado Federal Orlando Silva PCdoB /SP



80



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Philippe Roters Coutinho**.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **senhor Philippe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal**.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convocar o agente da Polícia Federal Philippe Roters Coutinho para prestar esclarecimentos no âmbito da CPMI do INSS, diante de sua suspeita de envolvimento em fraudes que beneficiaram empresários e causaram prejuízos a aposentados e pensionistas desde 2019.

Consta em relatório da Polícia Federal a apreensão de US\$ 200 mil em seu poder, bem como indícios de condutas incompatíveis com suas atribuições funcionais, incluindo condução de investigados por área restrita do Aeroporto de Congonhas e utilização de viatura oficial da corporação para fins privados.

A oitiva do agente Philippe Roters Coutinho é, portanto, essencial para o esclarecimento dos fatos, identificação de responsabilidades e efetividade das investigações conduzidas pela CPMI, assegurando a integridade do processo de apuração.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Paulo Pimenta

Deputado Federal (PT-RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257919330300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



81



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal afastado, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando o relevante papel da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) na elucidação dos esquemas de fraudes praticados contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), justifica-se a oitiva do agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho, o depoimento é fundamental para esclarecer fatos e responsabilidades relacionados à sua atuação no contexto da investigação.

Em maio de 2025, Philipe Roters Coutinho foi flagrado durante uma operação da Polícia Federal portando aproximadamente US\$ 200 mil em dinheiro vivo, valor incompatível com sua renda oficial, fato que reforça a suspeita de sua participação em esquema criminoso voltado à fraude no INSS.

Além disso, há indícios de que ele facilitava o trânsito irregular de investigados pela área restrita do Aeroporto de Congonhas, bem como concedia caronas em viaturas oficiais a pessoas envolvidas no esquema ilícito, conforme apurado pelas investigações.



Diante da gravidade do caso e do potencial envolvimento do servidor público em desvios que causaram prejuízos bilionários aos cofres públicos e prejuízo social aos beneficiários do INSS, é imprescindível que Philipe Roters Coutinho seja convocado para prestar esclarecimentos detalhados perante esta CPMI, contribuindo para o pleno esclarecimento dos fatos, identificação de outros envolvidos e prevenção de ilícitos futuros.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)



82



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor João Carlos Camargo Júnior, sócio administrador da Mkt Connection Group LTDA., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

O sr. João Carlos Camargo Júnior é sócio administrador da **Mkt Connection Group LTDA - CNPJ nº 48.867.990/0001-96**, que segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teria recebido repasses de dezenas de milhões de reais da AMAR BRASIL, entidade com grandes indícios de fraude nos descontos dos beneficiados do INSS. Além dos valores, chama atenção o fato da empresa ter sido criada em 12 de dezembro de 2022, um mês após a assinatura do ACT da AMAR BRASIL com o INSS.

Assim, mostra-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento do Senhor João



Carlos Camargo Júnior, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



83



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Vinicius Ramos da Cruz, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) é a segunda maior investigada pela Polícia Federal no escândalo dos descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com R\$ 484 milhões descontados entre os anos de 2019 e 2024, ficando atrás somente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que efetuou R\$ 2,1 bilhões em descontos no período.

O senhor Vinicius Ramos da Cruz é cunhado do presidente da Conafer, o Sr. Carlos Lopes. Além disso, Vinicius é casado com Thamyres de Oliveira, que é contadora da Conafer. Sendo assim, tendo como base esses relacionamentos com integrantes da Conafer, entendemos que o Sr. Vinicius pode trazer valiosos esclarecimentos a respeito dos descontos irregulares efetuados em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Além disso, o senhor Vinicius Ramos da Cruz é presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT), organização que supostamente desenvolve ações



assistenciais em parceria com a Conafer e, segundo informações da imprensa, Silas Vaz, secretário da Conafer, tornou-se proprietário de pelo menos dois aviões, ambos comprados diretamente do presidente do ITT, Vinícius Ramos da Cruz, o que demonstra possível incompatibilidade do seu patrimônio com a renda declarada.

Diante do exposto, é importante o comparecimento do senhor Vinicius Ramos da Cruz perante esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, para a apresentação e esclarecimento de tais fatos.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)
Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do INSS



84



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Alexandre Caetano dos Reis**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Alexandre Caetano dos Reis** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas**. No relatório da Polícia Federal (PF), o Senhor Alexandre Caetano dos Reis é apontado como sócio



de Antonio Carlos Camilo Antunes, principal operador do esquema de desvio de dinheiro de aposentados e pensionistas, na empresa CAMILO & ANTUNES LIMITED (RPDL LTD33), sediada nas Ilhas Virgens Britânicas. A empresa, que adquiriu quatro imóveis em 2024, totalizando R\$11.050.000,00, seria uma *offshore* constituída por Antonio Carlos a fim de blindar o patrimônio ilegítimo amealhado.

Desta forma, revela-se de grande importância para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para o depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Deputados (as):

Senadores (as)



85



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Alexandre Caetano dos Reis**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Alexandre Caetano dos Reis** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.** No relatório da Polícia Federal (PF), o Senhor Alexandre Caetano dos Reis é apontado como sócio de Antonio Carlos Camilo Antunes, principal operador do esquema de desvio de dinheiro de aposentados e pensionistas, na empresa CAMILO & ANTUNES LIMITED (RPDL LTD33), sediada nas Ilhas Virgens Britânicas. A empresa, que adquiriu quatro imóveis em 2024, totalizando R\$11.050.000,00, seria uma *offshore* constituída por Antonio Carlos a fim de blindar o patrimônio ilegítimo amealhado.

Desta forma, revela-se de grande importância para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para o depoimento.





CONGRESSO NACIONAL

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ALENCAR SANTANA
Deputado Federal – PT/SP



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256105381500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alencar Santana

* C D 2 5 6 1 0 5 3 8 1 5 0 0 *

86



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor Alexandre Caetano dos Reis.**

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento **o Senhor Alexandre Caetano dos Reis** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no INSS.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.** No relatório da Polícia Federal (PF), o Senhor Alexandre Caetano dos Reis é apontado como



sócio de Antonio Carlos Camilo Antunes, principal operador do esquema de desvio de dinheiro de aposentados e pensionistas, na empresa CAMILO & ANTUNES LIMITED (RPDL LTD33), sediada nas Ilhas Virgens Britânicas. A empresa, que adquiriu quatro imóveis em 2024, totalizando R\$11.050.000,00, seria uma *offshore* constituída por Antonio Carlos a fim de blindar o patrimônio ilegítimo amealhado.

Desta forma, revela-se de grande importância para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para o depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG



87



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO Nº DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Thiago Schettini**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Thiago Schettini** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do INSS.

O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”,



deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante disso, torna-se imprescindível apurar as responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do Senhor **Thiago Schettini**. Ressalta-se que o convocado é apontado como facilitador em esquemas investigados, sendo alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal (PF). Consta que recebeu valores da **UNASPUB** e da empresa **Prospect Consultoria Empresarial Ltda.**, de propriedade de **Antonio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “*Careca do INSS*”.

De acordo com informações da PF, há fortes indícios de conexão entre viagens realizadas e operações financeiras suspeitas. Ademais, o Senhor Thiago Schettini figurou como um dos acompanhantes em viagens da Senhora **Cecília Rodrigues Mota**, investigada por fraudes no âmbito do INSS.

Assim, a convocação ora proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

Deputados (as):

Senadores (as)

<https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/inss-pf-cita-transacoes-suspeitas-de-ex-ministro-de-jair-bolsonaro>



88



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS -
CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Thiago Schettini**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Thiago Schettini** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do INSS.

O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante disso, torna-se imprescindível apurar as responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do **Senhor Thiago Schettini**. Ressalta-se que o convocado é apontado como facilitador em esquemas





CONGRESSO NACIONAL

investigados, sendo alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal (PF). Consta que recebeu valores da **UNASPUB** e da empresa **Prospect Consultoria Empresarial Ltda.**, de propriedade de **Antonio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “*Careca do INSS*”.

De acordo com informações da PF, há fortes indícios de conexão entre viagens realizadas e operações financeiras suspeitas. Ademais, o Senhor Thiago Schettini figurou como um dos acompanhantes em viagens da Senhora **Cecília Rodrigues Mota**, investigada por fraudes no âmbito do INSS.

Assim, a convocação ora proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ALENCAR SANTANA

Deputado Federal – PT/SP

<https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/inss-pf-cita-transacoes-suspeitas-de-ex-ministro-de-jair-bolsonaro>



89



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO Nº DE 2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor **Thiago Schettini**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579, de 1952 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento o **Senhor Thiago Schettini** para discorrer sobre supostas ações vinculadas a fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

JUSTIFICATIVA

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O escândalo de fraudes no INSS, diz respeito a um esquema criminoso responsável por desviar e lavar recursos destinados aos beneficiários do INSS.

O esquema envolvia a realização de descontos irregulares e sem autorização nos benefícios de aposentados e pensionistas. A operação policial denominada “Sem Desconto”,



deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Diante disso, torna-se imprescindível apurar as responsabilidades decorrentes de ações e omissões. Por esse motivo, apresento este requerimento solicitando a convocação do Senhor **Thiago Schettini**. Ressalta-se que o convocado é apontado como facilitador em esquemas investigados, sendo alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal (PF). Consta que recebeu valores da **UNASPUB** e da empresa **Prospect Consultoria Empresarial Ltda.**, de propriedade de **Antonio Carlos Camilo Antunes**, conhecido como “*Careca do INSS*”.

De acordo com informações da PF, há fortes indícios de conexão entre viagens realizadas e operações financeiras suspeitas. Ademais, o Senhor Thiago Schettini figurou como um dos acompanhantes em viagens da Senhora **Cecília Rodrigues Mota**, investigada por fraudes no âmbito do INSS.

Assim, a convocação ora proposta mostra-se de grande importância para o andamento das investigações da CPMI, motivo pelo qual solicitamos a aprovação do Requerimento e a definição de data para a realização do depoimento.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2025

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG

<https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/inss-pf-cita-transacoes-suspeitas-de-ex-ministro-de-jair-bolsonaro>



90



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS
CPMI – INSS – 2025 ((RQN 7/2025))**REQUERIMENTO N.º , DE 2025**

Requer seja convocada a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a Senhora Maria Luiza Ferreira Abreu, Presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, a **CONVOCAÇÃO** da Senhora Maria Luiza Ferreira Abreu, Presidente da CAAP – Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A **convocação** da Presidência da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP) é necessária para esclarecer questões relacionadas à atuação da entidade no contexto do escândalo envolvendo o INSS, que apontou possíveis irregularidades na gestão e descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Há indícios de que a entidade tenha participado de práticas que resultaram em prejuízos a beneficiários do INSS, sem o devido consentimento, configurando potencial atuação irregular ou fraudulenta.

A **convocação** para oitiva da Presidência da CAAP é essencial para identificar os responsáveis pela gestão da associação, compreender a participação no contexto das irregularidades detectadas no INSS e fornecer elementos que permitam à CPMI aprofundar a investigação sobre os impactos sofridos pelos aposentados e pensionistas.





CONGRESSO NACIONAL

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

ROGÉRIO CORREIA
Deputado Federal – PT/MG



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258753586200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia



91



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI
- INSS - CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.**

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado **a prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor Lenilson Queiroz de Araújo.**

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste esclarecimentos, **o Senhor Lenilson Queiroz de Araújo, OUVIDOR** da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, em relação aos fluxos de recebimento e tratamento de reclamações, denúncias e demais procedimentos enviados pelos segurados à Ouvidoria, em relação a ocorrência de descontos de mensalidade associativa de forma indevida.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas".**

Requer-se a solicitação de comparecimento do senhor **Lenilson Queiroz de Araújo, OUVIDOR** do INSS, por ser relevante para os trabalhos desta Comissão o entendimento sobre o recebimento, processamento e encaminhamentos relativos a reclamações, denúncias e demais procedimentos enviados pelos segurados relativos a ocorrência de descontos de mensalidade associativa de forma indevida.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, o depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Paulo Pimenta

Deputado Federal (PT-RS)



92



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS - CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja **convocado** a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o **Senhor Lenilson Queiroz De Araújo**.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **convocação** para que preste esclarecimentos, o **Senhor Lenilson Queiroz De Araújo**, ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, em relação aos fluxos de recebimento e tratamento de reclamações, denúncias e demais procedimentos enviados pelos segurados à Ouvidoria, em relação a ocorrência de descontos de mensalidade associativa de forma indevida.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, **para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas**".

Requer-se a solicitação de comparecimento do senhor **Lenilson Queiroz de Araújo**, ouvidor do INSS, por ser relevante para os trabalhos desta Comissão o entendimento sobre o recebimento, processamento e encaminhamentos relativos a reclamações, denúncias e demais procedimentos enviados pelos segurados relativos a ocorrência de descontos de mensalidade associativa de forma indevida.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, o depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

ROGÉRIO CORREIA

Deputado Federal – PT/MG



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254094581300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia



93



CONGRESSO NACIONAL
GABINETE DA SENADORA SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em Brasília, José Roberto Peres, informações sobre o procedimento de inspeção de embarque no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em Brasília, José Roberto Peres, informações sobre o procedimento de inspeção de embarque no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

Nesses termos, requisita-se:

1. Se, no dia **28 de novembro de 2025**, o Senhor **Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho** – CPF nº 026.937.574-01 –, ao embarcar no **Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek**, com destino ao **Aeroporto de Congonhas/SP**, submeteu-se ao sistema de inspeção de embarque (raio-X ou outro meio equivalente).
2. Cópia das **imagens e registros disponíveis** relativos a tal ocorrência.



JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo obter, junto à Superintendência Regional da Polícia Federal em Brasília, informações sobre o processo de inspeção de embarque do Senhor **Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho – CPF nº 026.937.574-01**, no dia **28 de novembro de 2025**, no **Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek**, com destino ao Aeroporto de Congonhas/SP, incluindo a confirmação de eventual submissão ao sistema de inspeção (raio-X ou outro meio equivalente), bem como o envio das imagens e registros disponíveis.

Tal solicitação se fundamenta nas investigações em curso no âmbito desta CPMI do INSS, que buscam apurar fraudes em larga escala cometidas contra aposentados e pensionistas, com indícios de participação de diferentes agentes públicos e privados. O acesso a tais informações permitirá verificar os deslocamentos e circunstâncias relacionados ao referido agente, contribuindo para o esclarecimento de seus vínculos com operadores do esquema e da extensão de sua atuação.

A medida é imprescindível para subsidiar os trabalhos da Comissão, garantindo a rastreabilidade dos fatos investigados e reforçando a transparência e a segurança da apuração.

Dessa forma, roga-se pelo apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2025.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



94



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO, RODRIGO LUIS SANFURGO DE CARVALHO, informações sobre voos e horários nos quais os investigados citados embarcaram no aeroporto de Congonhas, ou neste aeroporto aterrissaram.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO, RODRIGO LUIS SANFURGO DE CARVALHO, informações sobre voos e horários nos quais os investigados citados embarcaram no aeroporto de Congonhas, ou neste aeroporto aterrissaram.

Nesses termos, requisita-se ao Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo que determine sejam indicados todos os dias, voos e horários nos quais os investigados:

i) ANDRE PAULO FELIX FIDELIS (53614810410), Analista do Seguro Social, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS;



ii) REINALDO CARLOS BARROSO DE ALMEIDA (17700027234), Técnico do Seguro Social, INSTITUO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL;

iii) GEOVANI BATISTA SPIECKER (93491050120), Técnico do Seguro Social, INSTITUO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL;

iv) ALEXANDRE GUIMARAES (23848448149), Diretor de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos, Instituto Nacional do Seguro Social;

v) JUCIMAR FONSECA DA SILVA (65644638200), Técnico do Seguro Social, Instituto Nacional do Seguro Social;

vi) GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO (32847052879), Técnico do Seguro Social, Instituto Nacional do Seguro Social;

vii) ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (12713580854), Procurador Federal, Instituto Nacional do Seguro Social;

viii) VANDERLEI BARBOSA DOS SANTOS (29548211831), Técnico do Seguro Social, Instituto Nacional do Seguro Social;

ix) CECÍLIA RODRIGUES MOTA, (426.945.313-34); VIRGILIO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (CPF 02693757401), embarcaram no aeroporto de Congonhas ou neste aeroporto aterrissaram bem como determine sejam analisados todos os vídeos dos referidos embarques e desembarques, indicando a existência de qualquer encontro entre eles e o agente da polícia federal PHILIPPE ROTERS COUTINHO (CPF 54923654520);

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo solicitar ao Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo a apresentação de todos os registros referentes aos dias, voos e horários nos quais os investigados **André Paulo Felix Fidelis, Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, Geovani Batista Spiecker, Alexandre Guimarães, Jucimar Fonseca da Silva, Guilherme**



Gastaldello Pinheiro Serrano, Alessandro Antonio Stefanutto, Vanderlei Barbosa dos Santos, Cecília Rodrigues Mota e Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho tenham embarcado ou desembarcado no Aeroporto de Congonhas, incluindo a análise de imagens de vídeo dos respectivos embarques e desembarques.

A medida busca verificar eventuais encontros desses investigados com o agente da Polícia Federal **Philippe Roters Coutinho (CPF 549.236.545-20)**, mencionado em investigações como possível facilitador de atividades relacionadas às fraudes no âmbito do INSS. A apuração desses registros é fundamental para identificar contatos, conexões e potenciais articulações entre servidores do Instituto Nacional do Seguro Social e o referido agente, o que pode esclarecer aspectos ainda obscuros do esquema criminoso que vitimou milhões de aposentados e pensionistas.

A aprovação deste requerimento é, portanto, imprescindível para assegurar a completa elucidação dos fatos, a responsabilização dos envolvidos e o pleno exercício do dever desta CPMI de investigar com rigor as fraudes que corroeram a confiança no sistema previdenciário.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2025.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



95

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Data Leak e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à operação citada, que investigou fraudes envolvendo o uso indevido de dados de beneficiários do INSS.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Data Leak e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à operação citada, que investigou fraudes envolvendo o uso indevido de dados de beneficiários do INSS.

Nesses termos, requisita-se:

1. Acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à Operação Data Leak;
2. Caso haja sigilo ou informações em segredo, requer o envio a esta CPMI, conforme os ditames legais sobre a transferência de sigilo;
3. Esclarecimentos complementares por parte do Diretor-Geral da Polícia Federal sobre;



- 3.1. os resultados completos da Operação Data Leak;
- 3.2. os perfis e envolvimento dos servidores públicos e demais agentes investigados;
- 3.3. as medidas adotadas para responsabilização e prevenção de novas fraudes;
- 3.4. os impactos concretos da operação no combate às práticas ilícitas e na proteção dos beneficiários;
- 3.5. as dificuldades institucionais encontradas no enfrentamento dessas fraudes, incluindo eventuais lacunas legais ou procedimentais.

JUSTIFICAÇÃO

A Operação Data Leak, conduzida pela Polícia Federal, evidenciou graves vulnerabilidades na proteção de dados de beneficiários do INSS, revelando o uso indevido de informações sigilosas por servidores públicos e empresas privadas para a prática de fraudes e oferta abusiva de produtos financeiros. Esses fatos demonstram a complexidade e o alcance dos esquemas fraudulentos, bem como a necessidade de medidas mais rigorosas de proteção e fiscalização.

Diante disso, torna-se imprescindível requisitar informações detalhadas à Polícia Federal sobre a Operação Data Leak, incluindo os resultados da investigação, os perfis dos envolvidos, as medidas adotadas e os impactos concretos no combate às fraudes. Tais informações são essenciais para que esta CPMI possa compreender plenamente os métodos utilizados pelos criminosos, as falhas institucionais identificadas a época, bem como os efeitos sobre os beneficiários do INSS.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)



96



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Gilberto Waller Júnior, informações sobre registros de entrada nas dependências do INSS.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Gilberto Waller Júnior, informações sobre registros de entrada nas dependências do INSS.

Nesses termos, requisita-se:

1. Relatório completo dos registros de entrada do Senhor Philipe Roters Coutinho – CPF 549.236.545-20 - nas dependências INSS, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025 e, em caso de entrada, com quem foi realizada reunião e imagens eventualmente disponíveis

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo obter, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o relatório completo dos registros de entrada do Senhor **Philipe Roters Coutinho – CPF 549.236.545-20**, nas dependências do



órgão, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025, incluindo, em caso de efetiva entrada, a identificação das pessoas com quem tenha se reunido e, se disponíveis, as imagens correspondentes.

Tal solicitação se fundamenta nas investigações em curso no âmbito desta CPMI, que buscam apurar fraudes em larga escala cometidas contra aposentados e pensionistas, com indícios de participação de diferentes agentes públicos e privados. O acesso detalhado a tais registros permitirá verificar a frequência, os contatos e a natureza da presença do referido agente nas instalações do INSS, contribuindo para esclarecer eventuais vínculos com operadores do esquema e a extensão de sua atuação.

A medida é imprescindível para subsidiar os trabalhos da Comissão, garantindo a rastreabilidade dos fatos investigados e reforçando a transparência e a segurança da apuração.

Dessa forma, roga-se pelo apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 11 de setembro de 2025.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



97



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre a relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação, bem como a identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre a relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação, bem como a identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.

Nesses termos, requisita-se, em formato digital, relatório detalhado contendo:

1. relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação.
2. identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.



JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem por finalidade subsidiar os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura possíveis irregularidades e fraudes no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A obtenção de relatório detalhado contendo a relação de todos os descontos indevidos efetuados em benefícios previdenciários, discriminados por unidade da Federação, é medida essencial para permitir análise técnica e comparativa sobre a extensão e distribuição geográfica dessas ocorrências.

Além disso, a identificação dos beneficiários que já receberam a restituição dos valores indevidamente descontados possibilitará à CPMI verificar a efetividade das ações corretivas implementadas pelo INSS, bem como o eventual descumprimento de prazos, falhas de comunicação ou inconsistências nos procedimentos de devolução.

Tais informações são imprescindíveis à transparência e à responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos, permitindo que esta Comissão identifique padrões de atuação, aperfeiçoe o diagnóstico sobre a origem dos descontos irregulares e proponha medidas legislativas e administrativas aptas a prevenir novas ocorrências.

Dessa forma, o atendimento ao presente requerimento contribuirá diretamente para o cumprimento da função constitucional de fiscalização e controle atribuída ao Parlamento, fortalecendo o compromisso desta CPMI com a defesa do interesse público e a integridade da política previdenciária nacional.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)



98



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Rogério Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja enviado à Mesa e consequentemente ao Presidente do Senado Federal pedido para que seja incluído na Ordem do Dia do Senado Federal o Projeto de Lei 1.546, de 2024. .

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 1546/2024 foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 03 de setembro de 2025. Dentre outras medidas, a matéria propõe o fim dos descontos associativos pelo INSS.

Durante os trabalhos dessa comissão, já ficou claro que essa possibilidade se tornou um esquema bilionário de cobranças não autorizadas em benefícios de aposentados e pensionistas, com explosão de deduções em 2023 e 2024.

Isso se deu pelo enfraquecimento de medidas de controle, de forma a não permitir aos aposentados tomar conhecimento, cancelar ou revalidar de forma individual qualquer desconto indevido. Trata-se da contramão do pacote antifraudes, estipulado pela Medida Provisória (MP) nº 871, de 18 de janeiro de 2019.



Naquela ocasião, pela primeira vez em quase 30 anos, houve atitude do Poder Executivo no sentido de moralizar os descontos indevidos. Com efeito, foi imposto que a autorização do desconto deveria ser revalidada anualmente.

Não há dúvidas que a sociedade deseja que as 41 entidades credenciadas sejam investigadas e que tais práticas não se repitam. Diante disso, e considerando as limitações do INSS, em conseguir verificar autorizações expressas de descontos, além da não existência de remuneração do Estado pelo serviço de promover o desconto para sindicatos e associações privadas, entendemos que o Congresso Nacional deve revogar o dispositivo o inciso V do art. 115 da Lei nº 8.213/1991.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2025.

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

99



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, representar junto à Senhora Presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, para que tome as medidas necessárias e cabíveis para promover a rescisão dos contratos vigentes entre o Banco do Brasil e o escritório Nelson Willians Advogados e/ ou o NW Group., em razão dos fatos apurados junto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Instituto Nacional da Seguridade Social.

JUSTIFICAÇÃO

Como se sabe, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem os poderes próprios das autoridades de investigação e judiciais, salvo exceções constitucionais, podendo, entre outras diligências, requer cópia de documentos junto aos órgãos públicos ou privados. O **Ministro André Mendonça do Supremo Tribunal Federal** leciona que:

“ A Constituição da República confere às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. 2. A reserva de jurisdição, apesar de incidente sobre as hipóteses de busca domiciliar (art. 5º, inc. XI, da CRFB), de interceptação telefônica (art. 5º, inc. XII, da CRFB) e de decretação da prisão, salvo a determinada em flagrante delito (art. 5º, inc. LXI, da CRFB), não se



estende às quebras de sigilo – inclusive fiscal e bancário –, por tratar-se de medida abrigada pelo art. 58, § 3º, da CRFB ” (Grifei – MS nº 39.382, 2ª Turma, DJe 13.8.2024).

Pois bem, desde os primeiros depoimentos de representantes da DPU e CGU, entre outros, constatamos que as fraudes ocorreram em descontos associativos sem autorização, bem como empréstimos consignados sem a anuência do contratante. Ademais, o advogado Eli Cohen, que detalhou o esquema de fraudes do INSS para determinado veículo de imprensa, reafirmou junto à CPMI o esquema fraudulento, **indicando possível relação de Maurício Camisotti com o advogado Nelson Wilians no referido ilícito.**

Referida relação, a propósito, acabou sendo desvendada pelos relatórios de órgãos de controle da República Federativa do Brasil, que revelaram operações vultuosas e suspeitas entre citados personagens. Nelson Wilians pouco falou em seu depoimento na CPMI, mas foi o suficiente para atestar sua relação com Maurício Camisotti.

Por outro lado, é fato público e notório, amplamente noticiado pela imprensa e debatido na CPMI, que o advogado **Nelson Wilians** tem, desde 2016, um grande contrato com **Banco do Brasil**, com valores astronômicos, para cuidar de processos judiciais da instituição.

Ademais, considerando os indícios e materialidade dos crimes, a presente CPMI requereu a prisão preventiva e quebra de sigilos do advogado Nelson Wilians. Para além disso, segundo o site oficial do Banco do Brasil[1], que informa os processos de apuração de irregularidade, o escritório recebeu diversas multas e advertências por descumprimento dos contratos, o que, somado aos demais elementos deste requerimento, recomendam o imediato cancelamento dos contratos, considerando a regra constitucional da moralidade pública prevista no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento.



[1] <https://www.bb.com.br/site/compras-contratacao-e-venda-deimoveis/compras-e-contratacoes/processos-de-apuracao-de-irregularidade/>

Sala da Comissão, de de .

Deputado Sidney Leite
(PSD - AM)



100



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, do art. 3º-A e art. 6º da Lei 1.579 de 1952 e do art. 311 e seguintes do DecretoLei 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal), representar pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, do investigado MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO, CPF: 066.031.078-30, nascido em 22/09/1964, natural de Pompeia/SP, vulgarmente conhecido como MILTON CAVALO, atualmente Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI do INSS) identificou, ao longo de suas diligências, sobretudo em depoimentos de testemunhas e investigados, análise de documentos sigilosos, como quebras de sigilo fiscal, bancário e de Relatórios de Inteligência Financeira recebidos, a imprescindibilidade da decretação da prisão preventiva do investigado MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO.

Com efeito, na condição de Presidente do SINDNAPI, MILTON BAPTISTA comandou esquema criminoso que desviou milhões de reais dos benefícios previdenciários de aposentados entre 2015 e 2025, mediante fraude massiva comprovada pelo fato de que 96,8% dos 262 mil beneficiários que



contestaram os descontos afirmaram não os ter autorizado. A materialidade delitiva resta demonstrada pelos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) que identificaram documentos de filiação fabricados por funcionária do SINDNAPI após solicitação do INSS, termos de adesão sem assinatura eletrônica válida ou biometria facial, e metadados revelando criação de arquivos em datas posteriores às supostas autorizações, configurando falsificação grosseira destinada a iludir a fiscalização.

A autoria do representado emerge do fato de ter assinado pessoalmente o Termo de Responsabilidade e Compromisso em novembro de 2023, declarando sob as penas dos artigos 171 e 299 do Código Penal que enviaria apenas inclusões com assinatura eletrônica avançada e biometria facial válidas, compromisso sistematicamente descumprido conforme demonstrado pela análise técnica da CGU. Há ainda fortes evidências do crime de lavagem de capitais (Lei nº 9613/98) em virtude da transferência de milhões de reais para empresas controladas por familiares de MILTON BAPTISTA e demais dirigentes do SINDINAPI, sendo aproximadamente R\$ 2.800.000,00 para a Gestora Eficiente, controlada por sua esposa Daugliesi Giacomassi Souza e por Carlos Afonso Galleti e Nita Gabriela Inocentini, respectivamente genro e filha do ex-presidente do SINDNAPI João Batista Inocentini; aproximadamente R\$ 6.500.000,00 para a empresa Esférica Assessoria pertencente a Carlos Eduardo T. Junior, também genro de João Batista Inocentini; R\$ 3.200.000,00 para escritório de advocacia PELLEGRINO & GALETTI ADVOGADOS, também pertencente a Carlos Afonso Galleti; e pela movimentação de R\$ 6.500.000,00 em espécie classificada pelo COAF como complexa e de difícil rastreamento, criando-se verdadeiro ciclo de ocultação patrimonial coroado pela abertura de offshore em Delaware por sua esposa em janeiro de 2024.

A prisão preventiva mostra-se imprescindível ante a provável continuidade delitiva demonstrada pela deflagração de nova fase da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga os descontos indevidos em aposentadorias do INSS. Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão verificou-se que no quinto andar funciona a presidência do sindicato,



atualmente ocupada por Milton Baptista de Souza. No quarto andar fica a agência da cooperativa de crédito Coopernapi, vinculada ao Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob) e que tem como presidente LILIANE STELLA BEIL, que também é assessora financeira do SINDNAPI, o qual transferiu aproximadamente R\$ 750.000,00 à COOPERNAPI. Já no terceiro andar foi localizada a empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática. Verifica-se, portanto, que todas as empresas que receberam valores do SINDINAPI continuam normalmente suas atividades, demonstrando a existência concreta de fatos contemporâneos aptos a justificar a decretação da prisão preventiva. Há ainda a necessidade de garantir a instrução processual ante o encerramento abrupto da Gestora Eficiente e de filial da SICOOB CREDMETAL (em que MILTON é diretor-presidente) baixadas juntas em 13 de agosto de 2025 evidenciando possível destruição de provas. Adicionalmente há o risco concreto de fuga para o exterior facilitado pela offshore constituída em jurisdição que protege sigilo dos beneficiários finais, o que comprometeria sobremaneira a aplicação da lei penal. Por fim, há a gravidade em concreto da conduta que lesou centenas de milhares de aposentados vulneráveis mediante organização criminosa sofisticada envolvendo falsificação documental massiva, uso indevido de dados biométricos, triangulação com instituições financeiras e apropriação de meio bilhão de reais, demonstrando a continuidade delitiva e incompatibilidade absoluta com o estado de liberdade.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento de representação pela prisão preventiva de MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Deputado Alfredo Gaspar
(UNIÃO - AL)
Relator



101



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

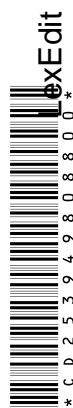
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, o afastamento imediato e a substituição das diretorias das associações, sindicatos e empresas investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), com encaminhamento ao Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para análise e deliberação.

Tal solicitação fundamenta-se na investigação realizada pela CGU, que, em 2 de setembro de 2025, resultou na instauração de 40 Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) contra 38 associações e 3 empresas, todas acusadas de cometer fraudes nos descontos associativos indevidos incidentes sobre benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a aposentados e pensionistas, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

Segue a lista de associações, sindicatos e empresas com processos administrativos de responsabilização (PAR) instaurados no dia 02 de setembro pela Controladoria Geral da União – CGU:

AAB – Associação dos Aposentados do Brasil – CNPJ:
07.521.300/0001-65



AAPB – Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CNPJ: 06.062.946/0001-69

AAPEN – APPN Benefícios – CNPJ: 07.508.538/0001-50

AASAP – Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista – CNPJ: 43.508.418/0001-17

AASPA – Associação de Assistência Social à Pensionistas e Aposentados – CNPJ: 46.833.928/0001-58

ABAPEN – Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação – CNPJ: 02.216.963/0001-52

ABRAPPS (antiga ANAPPS) – Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do INSS – CNPJ: 10.804.925/0001-04

ABRASPREV – Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social – CNPJ: 03.289.751/0001-68

AMAR BRASIL (ABCB) – Amar Brasil Clube de Benefícios – CNPJ: 39.911.488/0001-44

AMBEC – Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos – CNPJ: 08.254.798/0001-00

AMPABEN BRASIL (antiga ABENPREV) – Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CNPJ: 29.992.407/0001-24

ANDDAP – Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 30.701.604/0001-26

APDAP PREV (antiga Acolher) – Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 07.699.920/0001-99

AP BRASIL – Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – CNPJ: 41.001.558/0001-79



ASABASP BRASIL – Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil – CNPJ: 41.034.197/0001-67

CAAP – Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 04.721.637/0001-28

CABPREV – Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS – CNPJ: 11.394.951/0001-09

CBPA – Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura – CNPJ: 38.062.390/0001-05

CEBAP – Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 09.152.106/0001-85

CENAP.ASA – Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio – CNPJ: 23.490.345/0001-76

CINAAP – Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 37.014.107/0001-07

COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – CNPJ: 91.340.141/0001-09

CONAFER – Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores Familiares do Brasil – CNPJ: 14.815.352/0001-00

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CNPJ: 33.683.202/0001-34

CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CNPJ: 08.427.212/0001-61

KEEPER – Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas – CNPJ: 15.081.025/0001-34



MASTER PREV – Master Prev Clube de Benefícios – CNPJ:
43.012.440/0001-71

PREVABRAP (antiga ASBRAPI) – Associação Brasileira dos
Aposentados, Pensionistas e Idosos – CNPJ: 41.191.842/0001-55

RIAAM – Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil –
CNPJ: 09.100.605/0001-29

SINAB – Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil – CNPJ:
23.713.047/0001-06

SINDIAPI/UGT – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e
Idosos da UGT – CNPJ: 11.509.421/0001-69

SINDNAPI/FS – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e
Idosos da Força Sindical – CNPJ: 04.040.532/0001-03

SINTAPI-CUT – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e
Idosos da CUT – CNPJ: 04.077.473/0001-48

SINTRAAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e
Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu – CNPJ: 04.506.612/0001-01

UNABRASIL (antiga UNSBRAS) – União dos Aposentados e Pensionistas
do Brasil – CNPJ: 00.215.187/0001-40

UNASPUB* – União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos – CNPJ:
08.168.653/0001-96

UNIBAP – União Brasileira de Aposentados da Previdência – CNPJ:
13.416.634/0001-71

UNIVERSO (AAPPS) – Universo Associação dos Aposentados e
Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social – CNPJ: 08.302.024/0001-07



JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem como objetivo resguardar o interesse público e a integridade das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

Em 2 de setembro de 2025, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou 40 Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) contra 38 associações e 3 empresas, todas apontadas como envolvidas em fraudes nos descontos associativos indevidos aplicados sobre benefícios previdenciários pagos pelo INSS a aposentados e pensionistas.

A gravidade das irregularidades, que afetam diretamente a renda de milhares de segurados, exige medidas urgentes para impedir a continuidade das práticas ilícitas e garantir que as investigações transcorram sem interferências por parte dos atuais dirigentes.

A presença dos atuais administradores pode:

- Comprometer a coleta de provas, mediante alteração ou destruição de registros e documentos relevantes.
- Facilitando a destruição de provas documentais, o que prejudica e dificulta o andamento das investigações.
- Influenciar testemunhas ou empregados, dificultando a apuração dos fatos pela CPMI e pela CGU.

O afastamento imediato e a substituição provisória das diretorias das entidades investigadas vêm ao encontro do princípio constitucional da moralidade administrativa (art. 37 da CF) e da proteção ao erário, além de se alinharem às atribuições da CPMI para adotar medidas cautelares necessárias ao regular andamento das apurações, conforme previsão do art. 58, §3º, da Constituição.



Manter tais medidas até a conclusão das investigações e a confirmação de inexistência de processos em curso assegurará a preservação da prova, a proteção dos beneficiários e a credibilidade desta Comissão perante a sociedade.

Assim, diante da robustez das evidências colhidas pela CGU e da potencial continuidade dos prejuízos, solicita-se o deferimento imediato do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)

